

NOVOS RUMOS

ANO II

Rio de Janeiro, semana de 13 a 19 de maio de 1960

Nº 63

Diretor — Mário Alves

Redator-Chefe — Orlando Bomfim Jr.

Gerente — Guttemberg Cavalcanti

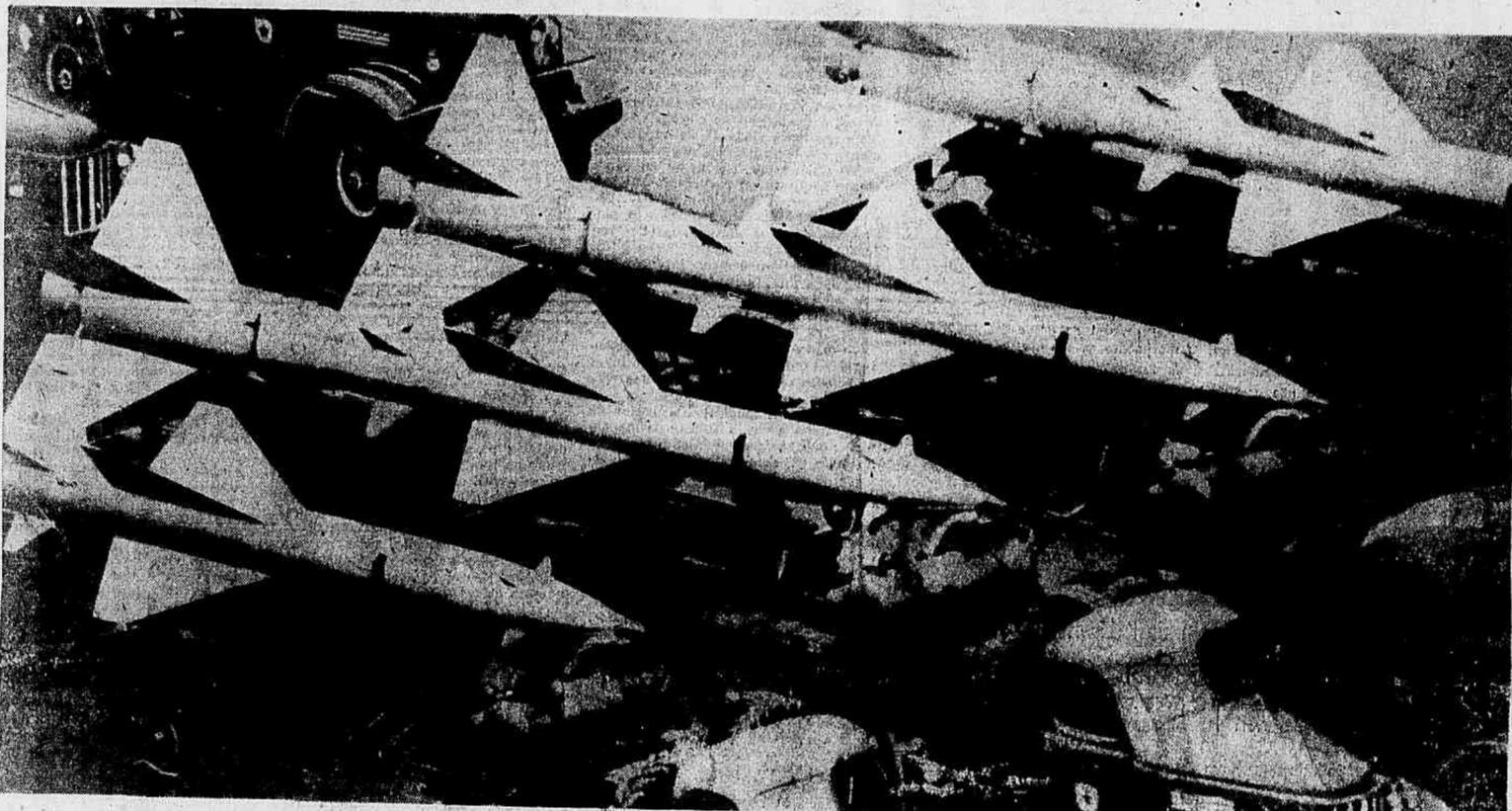
ESTES ACIONARAM O FOCUETE



LIBRARY DIVISION
MAY 20 1960
LR FILE COPY
PLEASE RETURN

Aparhados Com a Mão na Massa

ESTADOS UNIDOS CONFESSAM SUA POLITICA DE GANGSTERS



A UMA semana da conferência de cúpula em Paris, a opinião pública mundial continua abalada pelo ato de agressão e espionagem praticado pelos Estados Unidos contra a União Soviética. Não satisfeitos em planejar e executar esta medida de banditismo às vésperas de uma reunião em que se deposita tantas esperanças, os estrategistas da guerra fria passaram à defesa descarada da espionagem e dos métodos de força para resolver os problemas internacionais. As advertências soviéticas, o Departamento de Estado respondeu que com a invariável realizando espionagem e utilizará seus «direitos» de agredir a União Soviética a partir das bases que possui em países vizinhos da URSS. Ao mesmo tempo que reafirma suas intenções pacíficas e sua disposição a firmar um acordo de desarmamento universal e completo na própria conferência de cúpula, se os países imperialistas se dispuserem a isto, a União Soviética advertiu o governo norte-americano que será obrigada a adotar medidas de represália contra os Estados Unidos se estes continuarem com seus métodos de «gangsters». Reportagens na 7ª página do 1º caderno e na 8ª do 2º. Nas fotos: ao alto, a equipe da bateria que abateu o avião, sargento Fedorov, praça Baiboradin, cabo Kouzneiov, praças Tourkine e Kondratyev; à esquerda, foguetes soviéticos quando desfilavam na Praça Vermelha.

Jânio:
como um pobretão
se tornou milionário

EM SUA campanha eleitoral para governador de São Paulo, Jânio Quadros declarou que sua fortuna se limitava a um depósito bancário de 20 contos, um aparelho de rádio, uma televisão e uma casinha. Apesar disso, vivia como um nababo. Já fez quatro viagens aos Estados Unidos, Europa, Ásia e África. Na última dessas viagens, levando um séquito de seis pessoas e fazendo dois meses de turismo, Jânio gastou mais de 29 milhões. Veja de onde vem esse dinheiro lendo a 1ª página do 2º caderno.

Soviéticos
provam
«e aprovam»

DEPOIS de assinar um contrato de compra de 63 mil sacas de café brasileiro, o sr. Gavriil Gorchkov (foto), representante da empresa «Prodiptorg», de Moscou, saboreia, satisfeito, uma xícara do famoso «Santos Tipo 4». Toda a Delegação Comercial Soviética no Brasil compareceu na noite de sexta-feira passada à sala da presidência do Instituto Brasileiro do Café, onde foi firmado o primeiro contrato direto entre brasileiros e soviéticos para a venda de café. O ambiente era de extrema cordialidade e alegria e uma salva de palmas soou quando o presidente do IBC, sr. Renato Costa Lima, abraçou o representante da «Prodiptorg». Pequeno exército de repórteres, fotógrafos e cinegrafistas registrou o fato. Na 2ª página do 2º caderno publicamos completa reportagem sobre as atividades da Missão Comercial Soviética no Brasil.

Justiça
americana
sob processo

EUA: E' BARATA
A VIDA HUMANA

Leia na 7ª página
do 2º caderno

Reportagem de
Luiz Ernesto Jr.



A Conferência de Cúpula

LUIZ CARLOS PRESTES

DEVE reunir-se no próximo dia 16, em Paris, a chamada conferência de cúpula. Sugerida pelo governo da União Soviética desde novembro de 1957 e calorosamente apoiada por todos os povos amantes da paz, foi finalmente aceita pelos chefes de governo dos Estados Unidos, Grã-Bretanha e França, após a visita de Nikita Krushchov aos Estados Unidos, em setembro último.

DEVE-SE à diminuição da tensão internacional a convocação desse encontro que tem, no momento, a maior importância. O entendimento direto entre os chefes de governo das quatro potências muito poderá contribuir para que novos passos sejam dados no caminho que permita livrar a humanidade dos horrores da guerra.

A POSSIBILIDADE de evitar a guerra depende de grandes modificações que se darão no mundo nos últimos anos, alterando profundamente a situação internacional. Acelerou-se cada vez mais o processo de desintegração do sistema colonialista e imperialista e, simultaneamente, com o aparecimento do sistema mundial socialista, surgiu um novo tipo de relações internacionais entre Estados, baseado no princípio do internacionalismo proletário, quer dizer, do apoio mútuo e da solidariedade fraternal entre os Estados. Além disto, manifestam-se mudanças cada vez mais evidentes na correlação de forças no mundo inteiro a favor da paz e do socialismo. Tudo isso cria, sem dúvida, condições novas e favoráveis a mudanças radicais na natureza das relações internacionais, especialmente por meio da abolição da guerra na vida social.

A COEXISTÊNCIA pacífica impõe-se cada vez mais como um fato real e ineludível, já que reflete a existência no mundo contemporâneo de dois sistemas sociais antagônicos. Vivemos no mundo inteiro a época da transição do capitalismo ao socialismo — etapa inevitável no desenvolvimento da sociedade. É evidente que entre os dois sistemas — o capitalista e o socialista — tem agora lugar uma emulação no terreno econômico e, igualmente, uma luta ideológica. Trata-se de decidir da maneira por que se resolverá o problema da superioridade de um sistema sobre o outro, se por meio da competição pacífica ou se pelo de novos embates bélicos. Para evitar-se uma nova conflagração mundial, que seria no mundo de hoje uma guerra com armas nucleares, uma catástrofe de proporções inimagináveis, não resta outro caminho senão reconhecer a necessidade da coexistência pacífica de Estados com sistemas sociais diferentes — capitalistas e socialistas — e de estabelecer entre eles relações normais — desenvolver o comércio, estreitar os laços culturais, ampliar a cooperação científica. Não há para a humanidade outra saída, porque outra saída só pode ser a guerra.

CRESCEM por isso, no mundo, as tendências que favorecem a diminuição da tensão internacional. Não obstante, nos maiores países capitalistas, nos países que participam da OTAN em primeiro lugar, são ainda poderosas as forças que se opõem ao alívio da tensão internacional e que insistem em defender uma política baseada em ameaças guerreiras ou na chamada «guerra fria». Tornam-se, no entanto, cada dia mais se-

rias nos meios imperialistas as contradições geradas pela própria «guerra fria». Se, de um lado, estão os senhores da reação interessados nos lucros que lhes assegura a corrida armamentista, de outro, não podem deixar de compreender os riscos de uma guerra, em cujas labaredas desaparecerá sua fortuna e será inexoravelmente golpeado de morte o próprio sistema capitalista. O episódio recente da incursão de um avião norte-americano em território soviético com fins de espionagem pôs completamente a nu o quanto se torna difícil ao governo dos Estados Unidos conciliar as duas tendências que hoje dividem os círculos dirigentes do imperialismo.

NÉSTAS condições, é de imaginar que os entendimentos diretos entre os chefes de governo das quatro grandes potências permitam avanços no terreno da coexistência pacífica, especialmente no que tange a um acordo a respeito dos problemas internacionais mais urgentes, tais como os relativos ao desarmamento universal e absoluto, à conclusão do tratado de paz com a Alemanha, incluída a criação de uma cidade livre em Berlim ocidental, a proibição das experiências com armas atômicas e de hidrogênio, às relações entre os países do Leste e do Oeste.

PARTICULARMENTE importante é o problema de desarmamento universal e total. Os povos do mundo inteiro não podem deixar de saudar, por isso, as propostas do governo soviético no sentido de chegar-se à destruição completa das armas de guerra. Nada melhor do que isto para colocar todos os Estados em condições idênticas de não poder nenhum deles empreender ações militares contra outro.

PARA nós, latino-americanos, que travamos luta cada dia mais aguda contra o colonialismo ianque, pela emancipação completa de nossas pátrias, o desarmamento universal e total significará a destruição da máquina bélica dos Estados Unidos, máquina que se levanta como ameaça permanente a nossos povos, como instrumento de opressão a serviço dos monopólios que nos exploram e espoliam. Sem a máquina militar ianque não teria sido possível à United Fruit intervir na Guáternala, não seria possível aos círculos mais reacionários do imperialismo ianque levar adiante, a extremos ainda mais criminosos, sua agressão, já em desenvolvimento ao povo cubano e ao governo revolucionário de Fidel Castro.

NO momento, pois, em que se reúnem em Paris os chefes de governo das quatro grandes potências, tudo devemos fazer para manifestar nossa vontade de paz, nosso desejo ardente de que se chegue nesse caminho ao entendimento que significar um progresso no caminho da solução dos problemas internacionais mais prementes e agudos. Através de mensagens, de manifestações de rua, de reuniões públicas, etc., devemos fazer chegar aos chefes de governo que se reunirão em Paris nossa firme vontade de lutar contra a guerra, em defesa da paz mundial e do direito dos povos a decidir livremente de seus destinos. Exijamos do governo brasileiro, tanto do presidente Kubitschek como dos parlamentares, que temem neste momento, em nome do Brasil, uma posição clara, capaz de refletir os sentimentos de paz e liberdade de nosso povo, bem como suas aspirações de progresso social.

Um Documento Antiunitário

JOVER TELLES

Neste ano, os trabalhadores comemoraram condignamente sua data internacional. Além das manifestações operárias noutros Estados, realizaram-se, em homenagem ao dia 1.º de Maio, as sessões de encerramento dos Congressos Sindicais dos Trabalhadores nos Estados de S. Paulo, Santa Catarina, nas regiões Norte e Nordeste do país, e o do Estado do Rio.

Nessas comemorações e conclaves, participaram trabalhadores que seguem as mais diversas orientações: católicos, socialistas, trabalhistas, comunistas, peripetistas partidários da CIOSL e da ORIT, da F.S.M., da central internacional católica, etc., etc. Não obstante, todos, irmanados pelo trabalho e pela luta, membros de uma só classe que tem interesses comuns — a classe dos proletários — em uníssono ergueram bem alto as bandeiras da solidariedade e da unidade internacional dos trabalhadores, da paz e da fraternidade entre os povos, da luta pela completa emancipação econômica e política do Brasil e por seu desenvolvimento independente, da luta pela reforma agrária, pelas liberdades democráticas e sindicais, pela unidade e a autonomia sindical. Enfim, ergueram a bandeira da luta unitária pela conquista de suas reivindicações econômicas, políticas e sociais.

Infelizmente, contrariando o caráter unitário, democrático e político, de que se vem impregnando o movimento operário no Brasil, e que marcou as comemorações do 1.º de Maio, os altos dirigentes da CNTI, da CNTC e da CNTT, olvidando e por cima das decisões tomadas pela II Conferência Sindical Nacional e pelos demais congressos e convenções sindicais e sem consultar os Conselhos de Representantes dessas organizações de cúpula e as demais entidades sindicais de âmbito nacional, resolveram dar a nota dissonante ao publicar, em nome do movimento sindical, um documento antiunitário elaborado tendo por base «... vários documentos sigilosos sobre o movimento sindical brasileiro (!!)» que foram apresentados no Congresso Internacional da Confederação Internacional dos Sindicatos Livres, em Bruxelas, e que determinaram a «... mudança de orientação das Confederações» (!!!).

Como é claro, os principais dirigentes das Confederações citadas, ao invés de se colocarem à frente das lutas pela conquista do Programa aprovado pela II Conferência Sindical Nacional e de cumprirem, assim, a função de mandatários que são do movimento operário, ao invés de, democraticamente, submeterem-se às decisões coletivas dos trabalhadores, que em qualquer ocasião e lugar deveriam defender, preferiram reunir-se com os senhores Hildenbroek e Sanchez Madariaga, das direções da CIOSL e da ORIT, respectivamente, para aceitar um documento elaborado em outras terras com o escopo de dificultar o processo de unidade internacional e nacional do proletariado. Como diz o povo: «E' a carreta adiante dos bois».

E' lamentável ter a CNTI, que ultimamente vinha ocupando posição unitária, aceito tal documento, num evidente passo atrás em relação a suas atitudes anteriores. Isso demonstra que os senhores Decolcino e Ari Campolina não reconheceram ainda o erro por eles cometido na mensagem à Convenção Nacional do PTB, com a qual, juntamente com o projeto Lima Filho, pretendiam introduzir a política partidária nos sindicatos. Mostra também que esses senhores não assimilaram a lição que o movimento operário lhes deu ao rejeitar unanimemente aquela tentativa. Ficamos tristes com isso. Mas que se há de fazer? Ao invés de extrair as conclusões lógicas fornecidas pela vida e adaptarem-se às necessidades e ao sentimento real do movimento sindical, preferem bancar os sacabanas duros. Tenhamos paciência. Com o tempo aprenderão, ajudados pela posição firme e unitária dos trabalhadores.

E' verdade que o documento ora apresentado pelas 3 Confederações contém pontos programáticos positivos que merecem o apoio dos trabalhadores, de vez que não contradizem as resoluções já aprovadas pelo movimento sindical. Mas outros itens e, principalmente, a essência antiunitária do documento são prejudiciais e não podem ser aceitos pela classe operária. Qual é a linha traçada e que pretendem os autores do documento?

1 — Ao reafirmarem seus vínculos inquebrantáveis com o movimento sindical internacional livre liderado pelas acima mencionadas organizações (a CIOSL e a ORIT), pretendem subordinar o movimento sindical brasileiro à linha discriminatória e divisionista que vem mantendo. Pretendem continuar a sustentar a política de «guerra fria» no movimento operário internacional e assim manter sua divisão. Querem, com isso, abrir caminho para que os magnatas dos trus-

tes internacionais desencadeiem a 3ª. Guerra Mundial, na qual pereçam abasados nas chamas atômicas centenas de milhões de seres humanos. Sob o pretexto de que não são livres, querem desconhecer a existência dos trabalhadores dos países socialistas, e o dos países coloniais, dependentes e capitalistas, não aderidos à CIOSL e a ORIT. No documento não se faz uma única vez na luta pela paz, reivindicação mais sentida, por que a mais humana, por todos os trabalhadores e por todos os povos. Não, essa linha da CIOSL e da ORIT não convém à classe operária.

Os trabalhadores, em nossa terra, compreendem que a luta contra os fatores de guerra, pela proibição das armas atômicas e de hidrogênio e pelo desarmamento geral, exige a ação unida dos operários de todos os países. Nesse sentido, a III Conferência Sindical dos Trabalhadores do então Distrito Federal Justa e unânime resolveu apoiar a mensagem de unidade que a Federação Sindical Mundial dirigiu à CIOSL. Se é possível o intercâmbio de visitas entre Khrushchov e Eisenhower, se o clima da «guerra fria» vai cedendo lugar à «coexistência pacífica» entre todas as nações, por que não será possível estabelecer também a unidade operária no plano internacional? Por que não será possível o entendimento entre a CIOSL e a F.S.M. na luta pela paz e pelos demais interesses dos trabalhadores? Este é o sentido da ação do movimento operário no Brasil: manter e reforçar sua própria unidade e exercer pressão sobre as organizações sindicais internacionais para que restabeleçam, no mais breve prazo, a unidade mundial dos trabalhadores.

Ao defenderem a linha da CIOSL e a ORIT, os autores do documento pretendem afastar os trabalhadores brasileiros de uma posição solidária com a heróica luta que nossos irmãos cubanos travam contra os imperialistas ianques e contra a sabotagem interna. Dizem defender a unidade continental dos trabalhadores, mas é sabido que os trabalhadores cubanos e chilenos se desfiliam da CIOSL e da ORIT e unificaram suas forças em centrais sindicais únicas. Os trabalhadores uruguaios, também marcham para uma central unitária e independente em relação àquelas organizações. Os trabalhadores brasileiros compreendem que a luta dos operários cubanos, argentinos, sul-coreanos e de todos os demais países, é parte de sua própria luta. Compreendem que a unidade dos trabalhadores latino-americanos é imprescindível para que a classe operária possa exercer seu papel dirigente na luta libertadora e democrática de cada país. Por isso, na II Conferência Sindical Nacional decidiram pugnar pela realização do «Encontro Sindical Latino-Americano», no qual participem, sem qualquer restrição, todas as entidades e dirigentes sindicais, que estejam dispostos a dar passos ao sentido da unidade de ação.

2 — Os autores do documento objetivam minar o processo de unidade do movimento sindical brasileiro. Querem evitar que os inimigos da democracia possam infiltrar-se em nosso (!) movimento sindical. «Pretendem lutar contra as «tendências totalitárias» no movimento sindical e incentivar «... as atividades de organizações tais como o movimento sindical livre». Portanto, sindicatos, «totalitários» e movimento sindical não livre, serão todos aqueles que não rezearem pela cartilha da CIOSL e da ORIT. E' a política discriminatória e divisionista em ação. E' o retrocesso a posições já superadas pelo movimento operário no Brasil. E' o contrário de tudo o que tem sido aprovado nos congressos e conferências sindicais.

Seria de esperar que fossem mais prudentes. Pois se entendem que o movimento sindical livre é sinônimo de filiação à CIOSL e à ORIT, deviam ter em conta que no Brasil, entre mais de 1.500 entidades sindicais, apenas as 3 Confederações citadas filiaram-se a essas organizações internacionais. E não por decisão democrática do movimento operário, mas por força de um decreto

governamental. Portanto, se forem conseqüentes na aplicação da linha traçada, ficarão sózinhos, uma vez que as 3 Confederações, todo o movimento sindical brasileiro poderia ser considerado por eles não livre, «totalitário» e «inimigo da democracia». Vejam a que absurdo chegariam.

Alinda mais, a II Conferência Sindical Nacional decidiu realizar, no mês de Maio do corrente ano, um Grande Congresso Sindical Nacional, com o objetivo de «consolidar a unidade da classe operária sob uma única orientação e direção». Decidiu, também, atribuir às organizações sindicais nacionais a incumbência de convocar o referido Congresso, até a segunda quinzena de dezembro de 1959. Por sua vez, nos congressos sindicais, ultimamente realizados nos Estados, os trabalhadores resolveram marcar para 11 de Julho próximo a instalação ou o encerramento do Congresso, como homenagem à queda da Bastilha, e a lutar, no mesmo, pela estruturação de um organismo sindical nacional, que englobe e coordene nacionalmente a ação dos trabalhadores. Pois bem. Os pais do documento em foco abstrairam-se de tais decisões e até o momento não tomaram nenhuma medida para organizar e convocar o Congresso. Ao contrário, simplificarão tudo. Resolveram estabelecer um comitê formado pelos Presidentes das 3 Confederações que ficará encarregado de dirigir e supervisionar a política a se seguir em cada caso de julgar e solucionar qualquer divergência que pudesse surgir deste acróus. Assim, trabalhadores — dizem — sem necessidade do Congresso Sindical Nacional, ai está, dado de mão beijada, o órgão nacional coordenador de vosso movimento sindical. E com a vantagem de ter também, sem necessidade de vosso esforço, elaborado a linha a seguir.

3 — Os credores do documento objetivam afastar o movimento sindical da luta política. Apresentam um programa limitado, exclusivamente sindical, de tipo «trade-unionista». Nada dizem sobre a luta pela emancipação nacional, contra os trusts norte-americanos. Nada dizem sobre a limitação da remessa dos lucros das empresas estrangeiras, sobre a nacionalização dos frigoríficos, sobre a encampação das subsidiárias da Bond and Share, sobre a defesa da Petrobrás, e sobre tantas outras decisões de conteúdo antiliberalista e democrático tomadas nos congressos e conferências sindicais. Enfim, querem isolar o proletariado de seus aliados na luta contra os imperialistas e os latifundiários. Limitar a ação da classe operária ao terreno econômico e sindical e impedir o proletariado de conquistar posição dirigente na luta de nosso povo por um desenvolvimento independente, democrático e progressista do país.

Nisto consiste a essência do documento das 3 Confederações. E' natural, portanto, a indignação que lava na entidade e entre os dirigentes sindicais. Mais do que nunca é necessário manter-se vigilante, denunciar toda e qualquer medida discriminatória que venha ferir a unidade do movimento operário, e, simultaneamente, reforçar o trabalho unitário nos sindicatos, federações e confederações, bem como desenvolver novos esforços para enraizar os sindicatos nas empresas e para organizar a luta pela conquista das reivindicações aprovadas pela II Conferência Sindical Nacional. As tentativas de dividir o movimento sindical, os comunistas respondem com sua política de unidade e, juntamente com os trabalhadores e dirigentes sindicais de outras tendências políticas e ideológicas, tudo farão para ajudar a realizar um grande Congresso Sindical Nacional em Julho próximo.

Os líderes das 3 Confederações, sob a pressão dos dirigentes da CIOSL e da ORIT, assinaram um infeliz documento. E' de se esperar que, sob a pressão das lutas da classe operária, do protesto dos dirigentes sindicais e à base de melhor exame, reconsiderem na prática a atitude tomada e mudem de rumo. E' o que o movimento operário deseja.

Defende Teu Direito

M. O. (RIO DE JANEIRO) — Com tal procedimento fica o consultante sujeito à qualquer punição, inclusive a dispensa, sem que o empregador pague indenização e Aviso Prévio, pois cometeu falta prevista no art. 482 da C. L. T.

Quanto às férias, elas deverão ser pagas de forma simples. Só há pagamento de férias em dobro quando o empregador deixa de satisfazê-las durante os doze meses seguintes ao período aquisitivo.

M. A. P. (FLORIANÓPOLIS) — O consultante é garcom. Além de salário fixo de Cr\$ 4.500,00 mensais, recebe, a título de gorjeta, Cr\$ 2.500,00 sendo de Cr\$ 7.000,00 a sua remuneração. Remodelando o estabelecimento foi determinado ao consultante que trabalhasse no «Café Expresso», mediante a paga mensal de Cr\$ 4.500,00.

O procedimento do empregador não encontra amparo na lei. Segundo o art. 457 da Consolidação: «Compreendem-se na remuneração do empregado, para todos os efeitos legais, além do salário devido e pago diretamente pelo empregador, como contraprestação do serviço, as gorjetas que receber». E, de acordo com o art. 468 da mesma lei, as alterações contratuais só serão lícitas quando mutuamente acordadas, e, ainda assim, desde que não resultem, direta ou indiretamente, prejuízos ao empregado, sob pena de nulidade da cláusula infringente desta garantia.

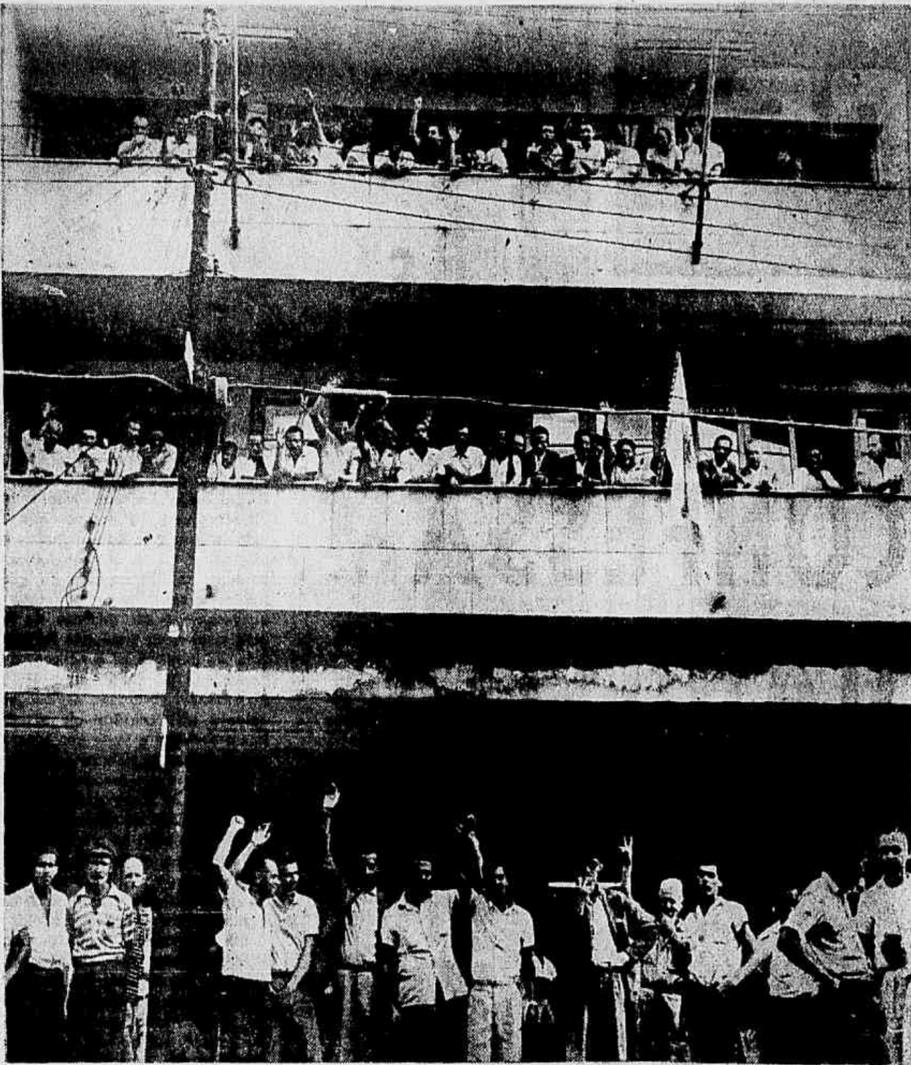
O consultante, pois, poderá se dirigir à Justiça do Trabalho, pleiteando as diferenças vencidas e as que se vencerem, até que o antigo critério seja restabelecido.

J. S. (SÃO GONÇALO) — Por motivo religioso, o consultante folgava aos sábados e trabalhava aos domingos, situação que perdurou durante 15 anos.

Presentemente, por ato unilateral do empregador, foi proibido de trabalhar aos domingos, e, como não trabalha aos sábados, perde, sistematicamente um dia na semana, além do repouso semanal.

Entendemos que as condições contratuais anteriormente vigentes e ratificadas por 15 longos anos de prática ininterrupta e pacífica, não poderiam ser alteradas por ato unilateral do empregador, sem o consentimento do empregado, de acordo com o art. 408 da Consolidação, já mencionado na consulta anterior. E alteração contratual típica, que não encontra apoio na lei. Não importa a causa que determinou o estabelecimento da condição contratual. De acordo com o contrato de trabalho, o empregado pauta toda a sua vida, assume outras responsabilidades que são, igualmente, sérias e respeitáveis.

E aconselhável que o consultante, através do seu Sindicato ou com assistência de advogado, compareça à Justiça do Trabalho, pleiteando o restabelecimento das condições contratuais anteriormente vigentes e o pagamento dos dois dias, por semana, que vem deixando de receber.



Duas greves vitoriosas

VITORIOSA A GREVE NA BOND AND SHARE

Um Caso de Três Anos Resolvido em Três Dias

Reportagem de NILSON AZEVEDO

Uma greve que durou apenas três dias resolveu um problema que vinha se arrastando sem solução há mais de três anos. Isso aconteceu na Cia. Brasileira de Energia Elétrica, subsidiária do truste ianque Bond and Share, que explora o fornecimento de energia elétrica em uma vasta área do território fluminense. A CBEE vinha se negando a pagar, desde dezembro de 1956, um aumento salarial de 800 cruzeiros a que os seus empregados têm direito. Cansados de esperar, premiados pela elevação do custo de vida, os trabalhadores desencadearam a greve a zero hora do dia 29 de abril, encerrando o movimento vitoriosamente a zero hora do dia 2 de maio.

Niterói, a capital fluminense, dias antes já havia se solidarizado com a greve dos operários navais, que reclamavam o cumprimento do acordo salarial. Logo depois, no dia 29, entraram em greve os trabalhadores da CBEE e mais de 3 mil motoristas, tracadores e despachantes de ônibus de Niterói, São Gonçalo, Caxias, Meriti e outros municípios. O Primeiro de Maio foi comemorado ao fogo das lutas reivindicatórias.

A greve na CBEE foi a primeira nos 55 anos de existência da empresa no Estado do Rio. Os trabalhadores, reunidos no seu Sindicato, sob a liderança dos líderes José Aquino Santana, Rubens Gonçalves e Calatino José Viana, fizeram vitoriosamente a greve que para muita gente parecia impossível. O decreto 9.070, que proíbe o exercício do direito de greve nas atividades fundamentais, foi deixado para trás. Após

três dias de paralisação, os operários conquistaram o que reclamavam há mais de três anos.

A vitória

Pelo acordo firmado entre empregadores e as autoridades, os trabalhadores passarão a receber, a partir de 1.º de maio de 1958, o adicional de 800 cruzeiros mensais que pleiteavam. O pagamento dos atrasados correspondentes a 24 meses será efetuado em 18 prestações mensais. O acordo estabelece que nenhum grévista será punido.

A luta do pessoal da CBEE vinha desde dezembro de 1956, quando a Companhia, ilegalmente, deixou de pagar o aumento de 800 cruzeiros mensais, determinado pela Portaria 913, de 11 de setembro daquele ano. A CBEE pagou apenas durante os meses de setembro e outubro, suspendendo o pagamento em dezembro. Desde então os trabalhadores começaram a reclamar a diferença. Durante esse período houve muita conversa e nenhum resultado. Com a greve, entretanto, a coisa mudou de figura. Bataram polícia na rua. Prenderam trabalhador dentro das usinas geradoras, importaram técnicos de São Paulo, fizeram o diabo. Mas não houve jeito. A greve foi vitoriosa. Os trabalhadores, depois de aprovarem a assinatura do acordo, dançaram e cantaram até de manhã.

Encampação

A luta dos trabalhadores da CBEE não terminou com a conquista dos atra-

sados. A sede do seu Sindicato, agora, é o quartel-general da campanha pela encampação do truste ianque de energia elétrica, que explora os seus empregados e sabota o desenvolvimento industrial do Estado do Rio. Na passeata que realizaram pelas ruas de Niterói, rumo ao Palácio do Ingá, os trabalhadores da CBEE, ao lado dos operários navais, dos rodoviários e dos empregados dos demais setores profissionais, dirigiram-se ao governador Roberto Silveira, exigindo a encampação dos bens da Companhia, que desde 1955 devia ter passado às mãos do Estado, sem nenhum ônus para o Governo Fluminense. O Governador Roberto Silveira, embora queixando-se da «ingratidão» dos trabalhadores, que permaneceram em greve até mesmo no Primeiro de Maio, prometeu pedir o imediato tombamento dos bens da CBEE.

O deputado Adolfo de Oliveira, por outro lado, apresentou à Assembleia Legislativa um projeto autorizando o Poder Executivo a proceder, dentro de 90 dias, ao levantamento completo da situação jurídica e técnica da concessão outorgada a Cia. Brasileira de Energia Elétrica, subsidiária da «Electric Bond and Share», a fim de ser providenciado, pelos meios legais, a incorporação do seu acervo à Empresa Fluminense de Eletricidade.

Os rodoviários

Os trabalhadores de Niterói, e dos municípios de São Gonçalo, Magé, Caxias, Meriti, Petrópolis e Três Rios tiveram um autêntico Primeiro de Maio. Não foi apenas a greve do pessoal da CBEE que deu um colorido diferente às comemorações do Dia do Trabalhador. Os operários navais, embora houvessem suspenso a sua greve no dia 26 de abril, permaneciam mobilizados para uma nova paralisação. Os rodoviários, entretanto, foram mais longe. Eles paralisaram todo o serviço de ônibus e locação em quatro municípios de 29 de abril até 5 de maio, quando encerraram a greve com uma grande vitória, alcançando aumento salarial, sem que o mesmo fosse condicionado ao reajustamento das tarifas. Pelo acordo, os motoristas passarão a receber Cr\$ 460,00 por dia; os despachantes, Cr\$ 360,00; os tracadores, Cr\$ 260,00; e os demais terão um aumento de 30%. O Governador Roberto Silveira não gostou das greves. Mas os trabalhadores gostaram. Com as greves eles conquistaram um pouco mais de pão. Outra coisa, eles aprenderam que à unidade dentro dos seus sindicatos e nos locais de trabalho é sempre um fator de vitória.

Já saiu em português

Sob o patrocínio da Academia de Ciências da URSS. 1 volume, 830 páginas, em brochuras.

Cr\$ 650,00

Temos em nosso Departamento de «Atualidades Soviéticas», edições recentíssimas sobre filosofia, economia, história, medicina, educação, ciência e técnica, agrobiologia, ballet, novelas e clássicos da literatura.



Livraria das Bandeiras Ltda.

Rua Riachuelo, 342 — Loja 2
Fone: 36-4871 — São Paulo.

Atendemos pelo Reembolso Postal.

NOVO LIVRO DE FILOSOFIA MARXISTA

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO FORMALISMO E DAS CONTRADIÇÕES

por Álvaro de Faria

Nesta obra o autor se propõe a dar uma solução à questão que segundo o «Kommunist», órgão do Comitê Central do PCUS, é a tarefa marxista de nossos dias: a de encontrar a unidade da dialética, da teoria do conhecimento e da lógica.

1 volume, brochura, com 410 páginas. Cr\$ 180,00

Livraria das Bandeiras Ltda. Rua Riachuelo, 342 — Loja 2. Telefone: 36-4871 — São Paulo. Atendemos pelo Reembolso Postal.

Panorama

A Vice

A reviravolta que se deu na UDN com a renúncia definitiva do ex-governador Leandro Maciel não serviu apenas para eliminar de uma vez a manobra demagógica com que o janismo tentava ludibriar o Nordeste...

Homem tradicionalmente identificado com a UDN e não trazendo a marca de coronel do nordeste, que tanto assusta os plutocratas paulistas, o senador mineiro afasta sem nenhuma dúvida a concorrência de Ferrari na área janista...

A disputa em torno da vice deverá, dêse modo, ferir-se no mesmo campo em que se fere a luta pela presidência, com dois contendores (Jango e Milton Campos) identificados com os sistemas de força estruturais em torno das candidaturas Lott e Jânio...

Está fora de qualquer dúvida a superioridade de forças da candidatura do presidente do PTB. A apuração do pleito não trará, certamente, qualquer surpresa: deverá repetir-se, desta vez com uma margem muito maior a favor de Jango...

Salvo novas alterações, pouco prováveis, o quadro para a sucessão da vice-presidência está definido. E os seus pólos são mesmo as candidaturas de João Goulart e Milton Campos...

E, sendo esse o quadro, tudo tende a que se possa considerar como certa a reeleição de João Goulart — objetivo pelo qual lutam os nacionalistas e democratas brasileiros.

Almir Matos

Lott, os pernambucanos e a legalidade do PCB

Deu lugar a diferentes versões na imprensa carioca a interperação feita por um popular ao marechal Teixeira Lott, no comício recentemente realizado no Recife...

Em face disso, e a fim de informar corretamente os leitores sobre a resposta dada pelo orador e a reação dos assistentes ao comício, reproduzimos abaixo o trecho em que o «Jornal do Comércio» de Recife, em sua edição de 30 de abril último, relata o ocorrido:

«Que é que acha da legalidade do PCB?», perguntaram no comício ao marechal Lott, que respondeu (sem erguer nem diminuir o tom de voz) ser contrário. Da grande massa presente, onde havia inúmeros comunistas, partiram sinais de desagrado...

«A posição ocupada hoje pelo país custou muito sangue brasileiro, inclusive pernambucano; por isso é que o Brasil só pode ser governado por brasileiro, e daí a minha posição nacionalista, que não admite interferência estrangeira nos assuntos do Brasil...»

A reação dos milhares de pernambucanos presentes ao comício é uma prova de que a legalidade para o Partido Comunista não é uma exigência apenas dos militantes do PCB, mas das grandes massas de nosso povo...

O noticiário do «Jornal do Comércio» de Recife indica, aliás, que o ex-ministro da Guerra, ao perceber o profundo desagrado criado por suas primeiras palavras, teve o cuidado de procurar justificar a sua posição, referindo-se expressamente então à «interferência estrangeira» também dos Estados Unidos...

Dispensamo-nos de comentar aqui o sentido obscurantista dessa posição do marechal Teixeira Lott, que já foi objeto de um artigo publicado em nossa edição anterior...



CADA SEMANA, NOVOS COMITÊS LOTT-JANGO

Mais de trezentos comitês nacionalistas Lott-Jango já se instalaram e estão em funcionamento no Estado da Guanabara. E novos comitês se instalam cada semana, difundindo nos subúrbios e bairros dessa cidade a campanha pela eleição dos candidatos nacionalistas...

18,30 horas na Praça Barbosa Lima. Em Parada de Lucas surgiu mais um comitê, cuja diretoria foi empossada em solenidade no Cine Lucas. Em Oswaldo Cruz, com a participação de grande número de populares, foi instalado num concorrido comício (foto) o comitê nacionalista, com sede na rua Carolina Machado nº 964 aptº 202...

Light e Exportadores Contra a Autonomia da Guanabara

A pretexto de combater os desmandos em que é tão fértil a Câmara do ex-Distrito Federal, está sendo desfechada por certos jornais — sobretudo o «Correio da Manhã» e o «Jornal do Brasil» — uma violenta campanha que visa, na verdade, acabar com a autonomia do Estado da Guanabara...

encontrem simples interventores, com os quais mais facilmente possam obter favores e realizar faule-truas. Pelo menos dois desses grupos econômicos podem ser de logo identificados: a Associação Comercial (que, como se sabe, manda no «Correio da Manhã») e a Light. A Associação expressa os interesses fraudulentos dos exportadores de café, que devem à antiga Prefeitura um bilhão e meio de cruzeiros em impostos atrasados...

Os Partidos Não Ajudam Mas os Comitês Lott-Jango se Alastram no Est. do Rio

O Diretório Estadual do Movimento Nacionalista Lott-Jango, no Estado do Rio, tem sua sede numa pequena sala de sobreloja, modesta e, mesmo, acanhada, em um edifício não menos modesto de Niterói. Uma mesa, algumas cadeiras, um pequeno armário, um mapa fixado à parede — e é tudo. Durante grande parte do dia, sempre que não é hora de reunião ou outras ocasiões especiais, quem lá for apenas encontrará um ou dois, talvez três ativistas do Diretório debruçados sobre a mesa, conversando baixo, tomando notas a lápis e espetando bandeirinhas de várias cores no mapa da parede...

Mas, quem pensar assim, se levar um pouco adiante a sua observação, verificará que se enganou redondamente. As bandeirinhas no mapa do Est. do Rio representam comitês nacionalistas instalados através de todo o território fluminense, e engrenados na campanha pela eleição de Lott e Jango; e elas já são muitas dezenas: já estão instalados, no Estado do Rio, 31 comitês municipais e 80 comitês distritais do Movimento Nacionalista Lott-Jango...

as idéias e objetivos nacionalistas da candidatura Lott-Jango. Aliança nacional e democrática

Se nosso visitante levar mais a fundo a sua observação, pedindo a lista dos membros do Diretório Estadual, e informando-se sobre a composição dos comitês instalados no interior, ficará ainda mais curioso e começará a compreender que está diante de um movimento político de grande significação. O Diretório é presidido pelo deputado Jonas Bahiense, um dos mais progressistas e democratas de quantos representantes os fluminenses na Câmara Federal. A frente dos comícios e manifestações promovidos pelo Diretório estão três militares — capitães Emmanuel Nicol, da Aeronáutica, Rui da Cruz Pessoa, do Exército, e Raul Moreira da Costa, da Polícia Militar fluminense — indiferentes a divergências que às vezes atingem os respectivos setores nas Forças Armadas...

No interior do Estado, esta aliança de classes no Movimento Nacionalista é reforçada pela presença, cada dia mais numerosa, de um poderoso aderente — os camponeses. No município de Caxias estão em atividade quatro comitês compostos quase exclusivamente de camponeses. Da localidade de Rio das Ostras, no longínquo município de Casimiro de Abreu, o Diretório Estadual recebeu há dias a comunicação de que se formara ali, espontaneamente, um comitê de camponeses, para integrar-se no movimento. Em outros lugares, os camponeses aparecem ao lado dos trabalhadores e militares, no mesmo comitê. Rezende será talvez onde esta união mais prosperou: cadeias da Escola Militar, líderes sindicais dos trabalhadores e camponeses, lado a lado com estudantes, médicos, advogados, etc., desenvolvendo uma intensa atividade de propaganda para o Movimento Nacionalista...

Frieza dos partidos Já com mais de cem comitês instalados, o Movimento Nacionalista no Estado do Rio promete e trabalha para duplicar esta cifra, nos próximos dois meses. Mas ele já está dando uma contribuição decisiva para a campanha Lott-Jango na terra fluminense. Neste Estado, a frieza com que as cúpulas nacionais do PSD e do PTB têm até agora encarado a candidatura do Marechal Lott, e que atua no sentido da paralisação da campanha eleitoral, é ainda agravada pelo fato de que o PSD e o PTB fluminenses são velhos adversários no terreno político estadual...

O Circo Janista

Uma semana depois do sr. Carlos Lacerda fazer contra o sr. Magalhães Pinto as mais graves acusações — de vendido ao governo, agente de corrupção e sabotador da candidatura de Jânio Quadros — o próprio Jânio aparecia em comícios em Minas Gerais ao lado do presidente da UDN (e do Banco Nacional de Minas Gerais). E não aparecia somente. Esbaldava-se também em elogios ao sr. Magalhães Pinto, apontando-o como um exemplo de dignidade política e fidelidade aos compromissos. Isto em Minas Gerais.

Antes, em São Paulo, Jânio havia manifestado inteira solidariedade a Carlos Lacerda, esbravejando contra a orientação dos dirigentes udenistas «que se negam a fazer oposição». Também em sua viagem ao Rio, quando a crise udenista atingia o auge, Jânio desmanchou-se em elogios a Lacerda, inclusive de público, no comício da Praça Suenz Peña. Como dormir com um barulho desse?

A questão não é tão difícil. Trata-se de que para Jânio não interessam de modo algum os destinos da UDN, de sua direção nem de seus líderes. O que ele quer é cortejar o eleitorado. Portanto, se está em Minas, e aí a ponte para alcançar o eleitorado udenista é o sr. Magalhães Pinto, Jânio exalta Magalhães e se diz solidário com ele. Mas se em São Paulo e, principalmente, no Rio, o meio para sensibilizar os eleitores udenistas é o apoio a Carlos Lacerda, Jânio não trepida em tremer a voz, com fingida emoção, nos mais rasgados elogios ao líder do Clube da Lanterna.

O Jânio magalhãista de Minas e o Jânio lacerdistista do Rio são uma única e mesma pessoa: o político oportunista, que não conhece princípios nem fidelidade a compromissos e se vale de todos os recursos, por mais ignóbeis que sejam, para atingir seus objetivos.

«Não desespere, Jânio tem ai» — o ex-chefe de polícia Menezes Cortes é hoje um homem completamente desesperado. Certo de que seria o candidato udenista ao governo da Guanabara, mas não tendo o domínio da seção carioca da UDN, a realidade é que o lançamento do nome do «coronel Bilau» está na dependência do que seja decidido por Lacerda. Aos amigos tem se queixado amargamente e, nos últimos dias, passou até a fazer ameaças.

— Afinal o Lacerda não é nenhum mandu-chuva. Nem eu sou Magalhães Pinto...

Fora de Rumo

A 2 de abril de 1917 o presidente Wilson convocou extraordinariamente o Congresso norte-americano para anunciar a declaração de guerra à Alemanha. Entre as provocações do militarismo prussiano Wilson apontava a espionagem como prática intolerável, incompatível com a democracia e admissível apenas em regimes tirânicos. Agora a doutrina de Wilson, a respeito de espionagem, foi posta de lado pela Casa Branca. A captura de um aviador-espião nos Urals passou a ser justificada. Diante do excesso de segredos reunidos em determinado país, invencionalmente os americanos o direito de espionagem.

Esse caso do avião abatido e capturado com o tripulante e todo o material representa para a União Soviética extraordinária demonstração de eficiência militar. Para os Estados Unidos representa uma terrível mancha em série, ou a história em quadradinhos de um flasco. Depois do fato em si, as tentativas de explicação. Primeiro, o empenho em ocultar o ato de espionagem. Depois, a hipótese de que se tratasse de «talvez» de um avião civil desarmado (e não civil armado). Mas ninguém teria autorizado o vôo histórico. A seguir, admita-se pura e simplesmente a aventura, pois ninguém ignora que em virtude da situação internacional se praticam atividades de informações em todos os países.

«Imho, o «Daily Mirror», também de Londres. De um modo geral, segundo telegramas das próprias agências lanques, a imprensa inglesa observa que, postas de lado aspectos mais graves da questão, «os americanos cairam no ridículo». Sim, caíram no ridículo. Mais uma vez. Ninguém se desapercebeu desse ridículo e o jornal egípcio «Al Gombourias» observa: «Os norte-americanos confinam em sua força aérea e eis que um de seus aviões é derrubado por um foguetão soviético. Isso constitui um ponto culminante da história da arte militar». Na Alemanha de Bonn, ninho de militaristas e revanchistas, conhecedores, por experiência própria, de alguns pontos culminantes da recente história militar, o jornal «Der Welt», de Hamburgo, apresenta o incidente como penoso. A lógica dos gangsters é má conselheira. Sempre conduz a resultados penosos.

Paulo Malta Lima

Primeiro de Maio

MONTE CARMELO — M. G. — (Do Correspondente) — Os trabalhadores desta cidade comemoraram o Dia 1º de Maio com um vasto programa de realizações, destacando-se a colocação de um painel de 13 metros no muro da Prefeitura. O painel foi feito, com páginas de NOVOS RUMOS e de outros jornais nacionalistas. As 17 horas houve uma reunião cívica na qual falaram vários oradores.

Rua Guarani

SANTOS (Da Sucursal) — A Diretoria da Sociedade de Melhoramentos da Vila Jaquei e Adjacências enviou um ofício ao Prefeito Municipal solicitando a sua intervenção junto à administração do Jaquei Clube e da Cia. City, para que as mesmas providenciassem o assialtamento e a iluminação da Rua Guarani. A referida rua, como se encontrava, oferecia sérios perigos à vida dos transeuntes, principalmente das crianças. A reivindicação foi atendida.

«O que vimos em Cuba»

Diversos dirigentes sindicais brasileiros, entre os quais os srs. Geraldo da Costa Matos, ferroviário, Olympio Fernandes de Melo, Wilmo Trindade de Oliveira, Osmildo Satafard da Silva, Armando Piani e Aluizio Palhano, bancários, participaram das comemorações do 1º de Maio em Cuba, a convite da Confederação dos Trabalhadores daquele país. Agora, por iniciativa do Departamento Cultural do Sindicato dos Bancários, será realizada em sua sede, (Avenida Presidente Vargas, 502, 22º andar), uma palestra sobre o tema «O que vimos em Cuba». O ato será no próximo dia 18, às 19 horas. A entrada é franca.

Bodas de Ouro

Uberlândia - M. G. — (Do Correspondente) — No dia 30 de abril último comemorou as suas Bodas de Ouro o casal Silvio Rugani e Margarida Rugani, assíduos leitores de NOVOS RUMOS. Antigos combatentes pela causa dos trabalhadores, o simpático casal foi alvo de carinhosas manifestações dos seus amigos de Uberlândia.

Estudos Sociais

Nº 7

Já se encontra à venda em todas as bancas do Rio de Janeiro e São Paulo.

Cr\$ 30,00

Carta do Sertão

Favela do «Canta Galo», Seu padê Pêdo Polino: Eu vivo dispôs de vêr os meus tempo de minino.

Na frente de seu vigaro quantas vez me ajudei pra li contá meus pecado. Era sempre castigado pelas vezes qui ceerrel.

«Quem roba vai pru inferno!» O padê Pêdo dizia. Nunca rebel, seu vigaro, tô cumprindo as profucia. Num matei meu simiante, nem minti, eu não mintia.

Mecê dizia também: «vívam todos como irmão!» Seu vigaro, as tel de Deus deve tá com'elas são. Porém, na Merca do Norte, o mericano é tão forte qui num tem riligião.

O santo Papa pidit, pra não matá o rapaz. Dêxaro deuvi o Papa pra uvi o satanas.

700 FAMILIAS NO CEARÁ LUTAM CONTRA O GRILEIRO

Coronel Quer Tomar Terras Que o Lavrador Plantou

Reportagem de ANNIBAL BONAVIDES (correspondente de NOVOS RUMOS no Ceará)

Setecentas famílias de posseiros (arrendatários) do subúrbio de Padre Andrade, na capital do Ceará, estão sob a ameaça potencial e iminente de despejo, por parte do coronel Antônio Joaquim de Carvalho, que se diz proprietário das terras.

A concretização da ameaça significaria uma das maiores grilagens de que há notícias, desde que os coronéis latifundiários, de barão e cunho, iniciaram-se na prática da rapinagem de terras, nos vastos domínios territoriais do Ceará.

Desta vez, porém, não será fácil, no potencializado, consumir o plano arquitetado. E que os setecentos arrendatários, logo que se viram assediados pelos prepostos do coronel, que exigiam a desocupação pura e simples das terras, não vacilaram diante do ultimatum. Aceitaram o desafio, tratando imediatamente de organizar a defesa contra o anunciado despejo.

Um centro de produção agrícola

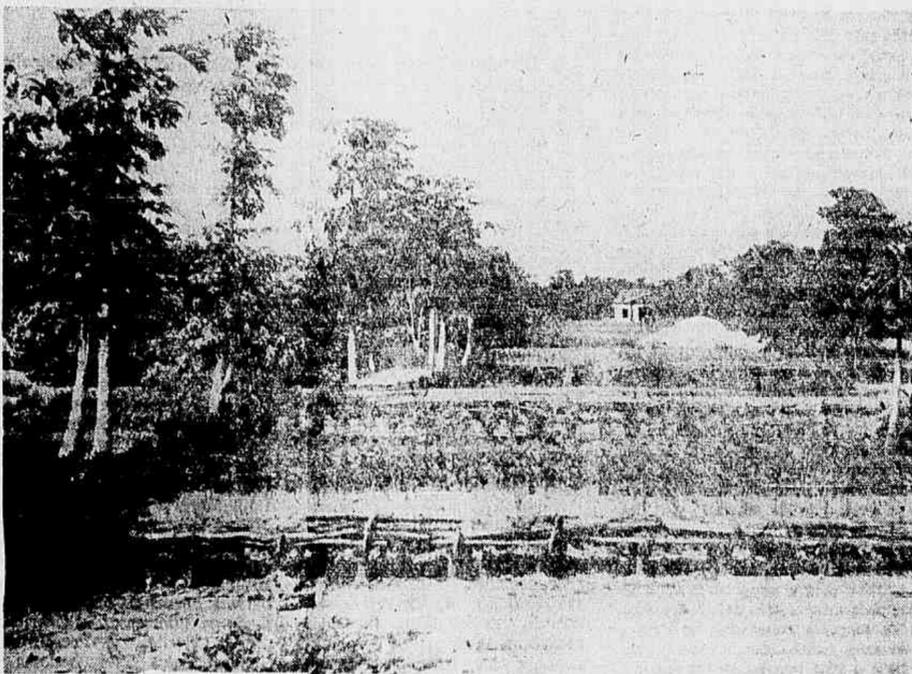
O subúrbio de Padre Andrade fica localizada entre o distrito de Antônio Bezerra e a Barra do Ceará. De vinte anos até hoje, dezenas e centenas de famílias de origem camponesa vieram se deslocando para aqueles paragens e ali foram obtendo, por arrendamento, pedaços de terra, onde se fixaram e passaram a trabalhar.

Paulatinamente, ali foi se formando um centro de produção agrícola. Cultivando a terra, organizando hortas, pomares, granjas e raçadas, os arrendatários produzem legumes, verduras e frutas que vendem, diariamente, nos mercados de Fortaleza, para o abastecimento da população. Criou-se assim, sem ajuda do Poder Público, aquilo que os candidatos a cargos eletivos tanto têm prometido, nas campanhas eleitorais, mas que, quando eleitos, não se lembraram de fazer: — o cinturão verde da Cidade.

O subúrbio de Padre Andrade é hoje uma parte desse cinturão. Os arrendatários, trabalhando a terra com sacrifício, cavando cacimbões para enfrentar a escassez d'água, nas épocas de verão ardente, transformaram aquela parte do Município numa zona aprazível, de terras sempre produtivas.

Recentemente, porém, o Prefeito Cordeiro Neto iniciou a construção de uma estrada perimetral, a qual, partindo das imediações da zona portuária do Mucuripe, contorna toda a Cidade, para ir terminar exatamente no outro extremo da orla marítima, ou seja, na Barra do Ceará. A estrada perimetral passa por dentro do subúrbio de Padre Andrade, o que contribui para valorizar muito as suas terras.

E foi assim que, mal diviso a estrada de pedra, estabelecendo novas ligações com o centro urbano, o coronel arrendador cresceu os olhos sobre as terras. Precisava expulsar os ocupantes daqueles terrenos cultivados, para que pudesse tudo lotear e vender a bom preço. E no mesmo dia em que a cobícia do coronel se fez sentir, com



Antes era areia e mato

Depois vieram os homens do sertão, se estabeleceram na terra e transformaram tudo. O mato e a areia foram vencidos pelo homem: hoje a Cachoeirinha é zona rica e abastece com verdura a capital cearense. O grileiro viu a coisa e quer expulsar as 700 famílias.

intimações peremptórias, derrubada de cercas e recusa de continuar a receber os alugueis, nesse mesmo dia também começou a luta do povo agricultor em defesa de seus direitos. E uma palavra de ordem se espalhou rapidamente por toda a extensão dos terrenos: — indenização pelas benfeitorias ou retenção da posse da terra pelos arrendatários.

Uma sociedade, um advogado e a luta

Essa palavra de ordem ganhou corpo e se cristalizou numa verdadeira legenda de resistência, no dia em que mais de quinhentos arrendatários, reunidos numa grande assembléia de massa, organizaram a Sociedade de Defesa dos Moradores de Padre Andrade. Eleita a primeira Diretoria da sociedade, esta traçou, imediatamente, os planos para a luta contra os designios arbitrários e ilegais do coronel arrendador. E na mesma reunião, o autor desta reportagem recebeu a honrosa incumbência de defender na Justiça, na qualidade de advogado, os direitos dos arrendatários.

Pronunciando uma palestra sobre a questão levantada, nos seus diversos aspectos, o advogado fez ver que aos posseiros arrendatários era assegurado, nos dispositivos que regem a matéria no Código Civil e no Código de Processo Civil, a indenização pelas benfeitorias ou, no caso de recusar-se o dito proprietário a assim proceder, o direito de retenção de posse pelas benfeitorias.

Um problema social

Entretanto, salientou ainda o advogado dos arrendatários, — estávamos diante de um problema social. A questão ultrapassava os limites de uma pendência jurídica, para situar-se no plano de um problema que interessa a toda uma coletividade. Não havia dúvida a respeito do interesse indireto da população de Fortaleza, na permanência das setecentas famílias de pequenos agricultores na posse daquelas terras por elas tão afanosamente tratadas e cultivadas. A luta do povo da antiga Cachoeirinha contava, deste modo, com todas as possibilidades de êxito. Não poderia, assim, restringir-se à conquista de indenizações. O que se impõe, no interesse geral, é a permanência. Urgia então a mobilização da mais ampla solidariedade dos trabalhadores, das organizações populares, da imprensa, do parlamento, dos estudantes.

Não tardou a surgir a solidariedade, expressa no comparecimento de líderes sindicais, jornalistas, vereadores e de um deputado à segunda reunião da Sociedade. Nos dias seguintes, a questão foi focalizada com grande destaque nos jornais de Fortaleza, o deputado Pontes Nelo pronunciou um discurso na Assembléia Legislativa, o vereador Paulo Mamede anunciou a apresentação de um projeto de lei desapropriando as terras da Cachoeirinha, para que sejam vendidas, com o direito de opção de compra, aos atuais arrendatários.

Medida de reforma agrária

Como advertiu o deputado Pontes Nelo, no discurso que pronunciou na Assembléia Legislativa, seria o maior dos absurdos se permitíssemos a destruição das culturas feitas por setecentas famílias de verdureiros e horticultores, na Cachoeirinha, exatamente na hora em que, pretendendo desmembrar a terra e torná-la produtiva, é o próprio Governo Federal quem toma a iniciativa de enviar um projeto de Lei de Irrigação do Nordeste, ao Congresso, visando a modificação na estrutura agrária regional; seria vergonhoso para os cearenses, o despejo das setecentas famílias de agricultores do subúrbio de Padre Andrade, no momento em que, no vizinho Estado de Pernambuco, é aprovada pela Assembléia e sancionada pelo Governador, uma lei que manda distribuir as terras do Engenho Galiléia, com os agricultores pobres, numa autêntica medida concreta de reforma agrária. Também na Cachoeirinha, acentuou o deputado, é preciso

agir com espírito progressista, defendendo o sagrado direito à vida e a produção do povo laborioso que ali se estabeleceu.

Na Justiça e no Parlamento

E assim, graças ao movimento unitário dos arrendatários da Cachoeirinha, já organizados na sua Sociedade de defesa, e graças à intensa mobilização promovida pelas forças populares e progressistas de Fortaleza, estão amadurecendo as condições necessárias para a vitória do povo ameaçado de despejo.

Promovendo uma ação de interdito proibitório contra a ameaça de despejo, numa das Varças do Cível, os arrendatários abriram a luta, simultaneamente nos domínios do Parlamento, uma vez que já está sendo elaborado o projeto de lei de desapropriação, o qual conta com gerais simpatias dos vereadores de Fortaleza, esperando-se que venha a ser sancionado pelo Prefeito.

Bahia: reforma do ensino

Realizar-se-á de 15 a 22 de maio, em Salvador - Bahia, o I Seminário Latino-Americano de Reforma e Democratização do Ensino Superior, que congregará estudantes de toda a América Latina.

O Seminário foi organizado pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e conta com a colaboração das duas uniões internacionais de estudantes, a COSEC e a UIE.

O temário proposto, após consulta às uniões estudantis, é o seguinte:

I — Situação da Universidade Latino-Americana — informando sobre os seguintes pontos: 1 — Número de Universidades e de alunos; 2 — Composição social da Universidade; 3 — As Ditaduras e a Universidade; 4 — Discriminação social e política nas Universidades; 5 — Situação econômica das estudantes; 6 — Corpo docente; 7 — Equipamento técnico de pesquisa e material didático; 8 — Relação entre educação técnico-científica e humanista; 9 — Orçamento das Universidades; 10 — Universidades particulares e estatais.

II — Uma Política para a Universidade Latino-Americana: 1 — A Universidade e a sociedade; 2 — Participação e responsabilidade das Universidades na solução dos problemas nacionais; 3 — Autonomia e Reforma universitária;

III — Conteúdo Técnico da Reforma: 1 — Democratização do Ensino Superior; 2 — Programas de ensino, distribuição do tempo escolar, teoria e prática; 3 — Educação superior com relação às necessidades do desenvolvimento nacional; 4 — Organização do magistério Superior: a) Cursos; b) Vitalidade das cátedras; c) Pós-graduação; 5 — Organizações estudantis e sua participação na direção das Universidades.

Além dos jovens latino-americanos, participaram do Seminário, como observadores, uma delegação da COSEC, uma delegação da UIE, estudantes italianos, franceses, chineses e tchecos.

CAPFESP não atende

Os ferroviários da Companhia Paulista enviaram milhares de cartas e telegramas aos srs. Juscelino Kubitschek, João Goulart e ao Presidente da CAPFESP reclamando contra a falta de assistência médica e hospitalar. Os ferroviários protestaram contra a decisão do delegado da 8ª Região da CAPFESP, sr. Lourival Melo, que suspendeu os benefícios que lhes eram prestados na Casa de Saúde Dous Córregos. A 1ª e hoje, entretanto, ainda não foram atendidos.

Festa campestre

Está programada uma grande festa campestre para o próximo dia 29, das 8 às 17 horas, na aprazível Fazenda São Bento, em Caxias. Dotada de uma grande piscina, crianças e adultos encontram em São Bento, horas de alegria e prazer. Um grande baile e um monumental show animados por artistas profissionais darão maior alegria aos excursionistas que encontrarão, em Caxias, ônibus das linhas Saracuruna-Campos Eliseos, Parada Angélica, Piabetá, Boa Sorte, Belfort Roxo (via lote 15), Raiz da Serra, por Cr\$ 5,00, e Mantiqueira, por Cr\$ 7,00. Todos ao lado da Praça 23 de Outubro. Os convites para essa grande festa podem ser encontrados na Gerência de NOVOS RUMOS.



O velho Miguel não sai

Um dos mais antigos moradores da Cachoeirinha, o velho Miguel está disposto a tudo para defender o pedaço de terra que cultivou com sacrifício. Entrou na associação e vai lutar com os outros lavradores contra o coronel grileiro.

NOVOS RUMOS

Diretor — Mário Alves
Gerente — Guttemberg Cavallenti
Redator-chefe — Orlando Bonfim Jr.

Secretário — Fragmon Borges

REDATORES

Almir Matos, Rui Facó, Paulo Mota Lima, Maria da Graça, Luis Ghilardini.

MATRIZ

Redação: Av. Rio Branco, 257, 17º andar, S/1712 — Tel: 42-7344
Gerência: Av. Rio Branco, 257, 9º andar S/905

Enderço telegráfico — «NOVOSRUMOS»

ASSINATURAS

Anual Cr\$ 250,00
Semestral > 130,00
Trimestral > 70,00

Aérea anual, mais Cr\$ 100,00; semestral, Cr\$ 50,00; trimestral, Cr\$ 30,00.

Número avulso Cr\$ 5,00
Número atrasado > 8,00



Notas Sobre Livros

O grande poeta americano Walt Whitman, que era também um grande panfletário político, escreveu certa vez as seguintes palavras, referindo-se a certos círculos dirigentes dos Estados Unidos:

«São os homens mais deformados, mais mediocres, mais hipócritas, mais falsos, de coração mais enganador que jamais apareceram entre nós».

Palavras candentes e contundentes, escritas em 1856, há um século, e que hoje podemos repetir e gravar à ponta de fogo nas faces minerais dos detentores do Poder naquele país. A história de Caryl Chessman, cujo ato final encheu de horror a humanidade inteira, veio não apenas confirmá-las como ainda ativá-las com insuspeitável dramaticidade. Os descendentes, herdeiros e continuadores dos homens a que se referia Walt Whitman aparecem hoje, aos olhos atônitos do mundo, como peças da mais perigosa máquina de Poder montada na terra nos últimos tempos. Pior que o nazismo de Hitler, que aparecia com uma cara só, sem mascarar-se de guardião da Democracia. E que ameaça o mundo, mais perigosamente que o nazismo, com a arrogante imposição do seu domínio e do seu estilo de vida — um estilo que tem nos carrascos que condenaram e executaram Chessman um dos elementos básicos de sua formação.

Na carta derradeira, escrita horas antes da execução, e dirigida a um jornalista, assim se exprimiu Chessman: «Como deve saber, os carrascos, na Califórnia, obedecem a horário de bancos. Nunca executam alguém antes das dez da manhã e nunca depois das quatro da tarde».

Eis aí, nessa frase pejada de tético sarcasmo, o retrato sem retoques do tão gabado «estilo de vida» — tudo a funcionar sob inspiração bancária. Civilização bancária, justiça bancária, democracia bancária, política bancária, diplomacia bancária, moral bancária, homens bancários, homúnculos bancários.

Caryl Chessman fêz-se escritor na prisão, e escritor de talento, que soube extrair da sua tremenda experiência e da sua angústia a matéria-prima de livros com os quais lutou por sua sobrevivência e, mais que isso, por interessar a opinião pública do seu país e do mundo numa generosa campanha contra a pena de morte. Acabou na câmara de gás, após doze anos de uma batalha gigantesca, emocionante duelo da livre inteligência contra a empedernida rotina judiciária. Mas seu nome sobreviverá, e a lição dos seus livros não se perderá.

Não confundimos o povo americano — o povo propriamente dito — com os grupos que governam o país, os super-homens essencialmente bancários que comandam a máquina do Poder. Diferença de fato sob falsas aparências legais de Democracia. E é o povo americano que há de em primeiro lugar tirar as consequências úteis de tão dura lição.

Astrojildo Pereira

Papão

Por onde eu andar — aqui, ali, acolá — sempre encontro um deles, sempre aparece alguém para me falar que um deles reside ali, naquele local onde estou apenas de passagem.

Outras vezes é uma mão estendida e uma pergunta: — Lembra de mim? Olho o rosto e não o reconheço. Anos passaram, cabelos embranqueceram, corpos engordaram tomando outros feitios, rugas vieram e não me é mais possível revê-los como os sonhei, naquele passado tão cheio de dores, de sofrimentos, como foi o nosso, nos sombrios anos que começaram em 1935. Quem já os esqueceu?

Mas para eles, os meus velhos companheiros de lutas e de cadeias tenho sempre muito mais do que um banal aperto de mão: tenho abraços e palavras de ternura, tenho vontade de beijá-los quando sei que continuam como eu os conheci, fortes nas suas convicções, certos de que o caminho encontrado um dia é o caminho por onde avançam, prosseguem.

Desta vez foi em Fortaleza. Logo que cheguei e tomei conhecimento da cidade e dos amigos, dos problemas e da vida local, alguém — um moço ótimo falou-me em Papão. Disse-me que eu precisava ver Papão, que Papão queria me ver. Mas quem era Papão? E foi então que a história dele voltou à minha memória; era aquele português operário que no Pavilhão de Primários cantava como galo. Um galo cantando de manhã cedo, fora de horas, mas com um alto e forte, com se estivesse sempre com alvorada na garganta.

Contaram-me que quando Papão leu a notícia do aparecimento do livro de Graciliano Ramos «Memórias do Cárcere» correu à Livraria «Renascença», pediu a Luiz Mala que guardasse para ele o primeiro exemplar que aparecesse. Sentiu e pensou que o grande romancista ia falar dele, pois foram companheiros de prisão, ia falar dele, de sua coragem, de seu companheirismo. O livro chegou, Graciliano foi cruel com Manoel Batista, hoje conhecido como Papão. Não compreendeu porque ele insistia tanto em cantar como galo; uma maneira de alegrar os tristes, de sacudir um ambiente de tantas dores com uma nota de alegria. E sempre alegre ouvir cantar um galo, mesmo quando é um falso galo.

Papão sofreu muito com as palavras injustas de Graciliano a seu respeito, mas a vida é a vida. Papão está velho e continua cantando. Todas as noites, terminado o seu trabalho do dia, trabalho para ganhar o pão, ele na Praça do Ferreira, nas ruas de Fortaleza, apregoando, vendendo NOVOS RUMOS. Pelo nosso jornal se for preciso não dormir, Papão não dormirá.

Fui vê-lo no hotequim onde trabalha. Ficamos ambos emocionados. Não sei bem — mas pressinto — o que Papão sentiu. Eu confesso que houve um nó na minha garganta quando ele me disse apenas assim:

— Como vai, companheira?

Nosso último encontro foi há tantos anos, mas Papão com sua pergunta parecia-me ter visto na véspera. Abraçamo-nos. Grande, querido velho que maço, preso, sofrendo, sabia cantar como galo, anunciando a alvorada. A alvorada de um dia que vai chegar. Papão sabe disso.

Encido

Tópicos Típicos

Gustavo Corção, o tal que definiu o nacionalismo brasileiro como «neurose coletiva», encheu boas quatro laudas para o seu artigo semanal no Suplemento Literário do Diário de Notícias de domingo, fazendo a apologia de Santa Catarina de Sena. Esta filósofa, de condições humildes, tornou-se, pela força das circunstâncias, conselheira dos Papas, diretora espiritual de seu diretor, e mãe de sua mãe. (Corção não chega a esclarecer se ela se tornou mãe das mães dos Papas, ou mãe de sua própria mãe, isto é, avó dos Papas ou, avó de si mesma).

O que mais entusiasma o colunista do DN, porém, é o segundo preceito da doutrina da santa:

«combater e esmagar a vontade própria, tonie e origem de todos os pecados».

Discipulo aplicado, Corção tem sabido perfeitamente renunciar a qualquer vestígio de vontade própria, adotando e difundindo com servilismo as idéias e os interesses de seus amos, os trustes estrangeiros.

Na seção «Livros da Semana» do Correio da Manhã (7-5-1960), fomos encontrar esta preciosidade:

«O que importa no teatro, como em tudo quanto é arte, é apenas o lado estético, o único critério de julgamento admissíveis».

Quem redigiu a nota — redigiu e não assinou, no que fez muito bem — ignora que FORMA e CONTEÚDO não são duas coisas independentes, o que o faz conhecer valores estéticos abstratos, desligados do complexo em que se realizam os valores éticos, políticos, sociais e humanos em geral; imagina um indefinível elado estético, ao qual fica reduzida a importância de toda a obra de arte.

Leia, rapaz. Leia e informe-se. Para evitar novas sandices dê-se tipo, dê uma olhadela pelos menos na página 32 do primeiro volume da «Estética» de Hegel, onde, entre outras coisas, você vai aprender que a forma está determinada pelo fundo a que convém».

Foi, com certeza, o desconhecido Ferreira Gullar (poeta que os leitores devem conhecer ao menos de buraco) que selecionou o melhor da semana, poema publicado no último Suplemento Dominical do Jornal do Brasil.

Versos como

«Isoluraquei

.....

.....

.....

demonstram claramente o espírito de escavações que campeia entre os poetas do SDDJ.

Pedro Severino

Chessman Morreu, os EUA se Suicidam

RUI FAGÓ

A execução do norte-americano Caryl Chessman foi mais uma confirmação na prática daquela frase do finado Secretário de Estado Foster Dulles, ou a ele atribuída, mas que expressa à perfeição da realidade: «Os Estados Unidos não têm amigos, têm interesses».

Ante o clamor do mundo, as classes dirigentes americanas quiseram dar mais uma prova incontestada de que os Estados Unidos são uma formidável potência, o país líder do mundo ocidental e cristão, que nada teme, que não se dobra a exortações movidas por «sentimentos exacerbados» de outros povos...

Se assim era na década de 20, porque não pode ser agora, quando se passaram apenas quatro décadas e os Estados Unidos são muito mais ricos e poderosos?

Na década de 20 a justiça americana encarcerava e condenava à cadeia elétrica dois revolucionários de origem italiana, Sacco e Vanzetti. Eram dois anarquistas aos quais se atribuíam crimes terríveis. Levados ao tribunal, Sacco e Vanzetti negaram os crimes a eles imputados e reafirmaram dessas embreadamente sua qualidade de anarquistas. Eram homens que tinham um ideal e, certo ou errado, sustentavam-no perante a todo-poderosa justiça americana. O mundo se moveu com a tragédia dos dois bravos revolucionários. Os povos apelaram às autoridades americanas para que os livrassem da pena de morte. Mas se os Estados Unidos eram a potência incontestável, como acabara de revelar a primeira guerra mundial? Foram insensíveis ante os clamores dos povos. Sacco e Vanzetti perderam a vida na cadeia elétrica.

Anos mais tarde, era juridicamente comprovada a sua inocência. De quem o crime? Das classes dirigentes americanas, que haviam levado dois revolucionários à cadeia elétrica na tola pretensão de obstar que o espírito revolucionário — comunistas ou anarquistas eram por ela imbecilmente confundidos — medrasse na poderosa América do Norte.

Quase 30 anos mais tarde, surgiria caso semelhante: o processo do Casal Rosenberg. Julius e Ethel protestaram inocência ante as absurdas acusações de espionagem em favor da União Soviética. Logo depois ficaria provado que a URSS não necessitava de informações secretas para ultrapassar os Estados Unidos na ciência e na técnica, não só em bombas atômicas e de hidrogênio, como em foguetes intercontinentais e nos satélites, em que seria pioneira.

O casal Rosenberg perderia a vida, deixando dois filhos na orfanidade, enquanto o «Colosso do Norte» se mantinha insensível ante os protestos mundiais.

Alega-se talvez: eram processos políticos. Se os Estados Unidos de-

dessem uma vez, seria aberto o precedente para casos semelhantes.

Não é verdade que o motivo fosse esse. O processo de Caryl Chessman era de crime comum. Significativamente, transforma-se num caso político, desde que ultrapassou os limites dos Estados Unidos ante as dúvidas legítimas em relação à justiça norte-americana. Os milhões de homens que em todo o mundo pediam pela vida de Chessman não ignoravam ser ele o autor de crimes mercedores de rigorosa punição. O próprio Chessman o reconhece em seus livros, que, não sendo de um escritor de mérito, são de tal modo sinceros que revelam um processo de tomada de consciência e de recuperação de um criminoso. Essa tomada de consciência chegou ao limiar da compreensão do fenômeno social que é a multiplicação espantosa da criminalidade entre a juventude e a infância dos Estados Unidos, dando-lhe uma triste primazia no mundo. Em carta a um jornal americano para ser publicada depois de sua morte, Chessman perguntava: «Que ganhou o mundo com a minha morte? Sei que muitos dirão ser a minha presença na sociedade uma ameaça constante. Mas essa mesma sociedade teve, anteriormente, muitas outras oportunidades para segregarem Caryl Chessman (...) Se alguém perguntar se tenho algo a lamentar, direi que a minha infância perdida, pois ela, em sua maior parte, decorreu justamente nos estabelecimentos destinados a corrigir-lhe o caráter e as maneiras».

E' uma tremenda acusação, embora parcial, a essa sociedade corrompida pelo dinheiro, pôde até a medula, em queda irremediável para o despenhadeiro de seus últimos dias.

O caso Chessman, um episódio aparentemente individual, é um sintoma de que essa mesma sociedade que lança milhares e milhares de adolescentes ao crime — através do desemprego permanente de milhões de trabalhadores, de ameaças de guerras catastróficas, de crises e depressões econômicas sempre ameaçadoras, fechando cada vez mais os horizontes da esperança à juventude — é uma sociedade que mata mas também se suicida.

Que dizer de uma Justiça, aparentemente inflexível, que se dobra a conveniência de suspender por algumas semanas a execução de Chessman para que o Presidente Eisenhower, em sua visita à América Latina, não corresse a sorte de Nixon, não tivesse uma recepção de cusparadas e pedradas? Logicamente, essa mesma Justiça que se dobra a motivos de ordem política, poderia perfeitamente ter comutado a pena de morte de Chessman ante os reclamos universais.

Por que não o fez? Devido ao grande, ao desmedido desprezo dos

Estados Unidos pela opinião pública mundial, pelos demais povos.

Os Estados Unidos, ou melhor, as classes dirigentes americanas, pensam e agem dentro dos mesmos esquemas da década de 20, quando levaram Sacco e Vanzetti à cadeia elétrica. Não percebem que o mundo mudou radicalmente, que os Estados Unidos não são mais a potência incontestável, que a pequenina Cuba pode realizar transformações revolucionárias nas barbas de Tio Sam precisamente porque o mundo de hoje não é o mesmo de há 30 ou 40 anos.

Mas os Estados Unidos, na prática, tentam inutilmente permanecer fiéis à política de «posições de força», a política de imposições, do queiro e mando. Tio Sam está sofrendo de irremediável cegueira.

— 0 —

Se os dirigentes norte-americanos não estivessem cegos dariam atenção, por exemplo, a comentários como aquele aparecido num jornal conservador e politicamente reacionário como é o Jornal do Brasil, de 3 de maio. É verdade que existe, ali um certo espírito de alarma pela perda crescente de prestígio internacional dos Estados Unidos. Mas traduz, em parte, a revolta do brasileiro comum ante a insensibilidade, a selvageria demonstrada pelas classes dirigentes americanas no caso Chessman. Não se iludam com a marcha-a-re de O Globo que, depois de afirmar ser a execução de Chessman «uma forma bárbara de punir», «na melhor das hipóteses é uma prova de primarismo anti-social igual à do crime que com ela se pretende punir. Na pior, uma forma lamentável e revoltante de sadismo coletivo», acrescentando ter sido «um inocente que morreu na penitenciária californiana» (O Globo, 3.V.60), no dia seguinte, nos puxões de orelhas da Embaixada americana, volta atrás de maneira vergonhosa, afirmando que não havia motivos para sentimentalismo e que se pretendia fazer de Chessman «uma vítima com fumaças de herói» (5.V.60, 1ª página).

Se em seu primeiro comentário O Globo não pôde ignorar a indignação popular, no segundo já vemos o dedo da ESSO através de seu preposto no jornal.

Procura-se fazer crer que foi feita justiça.

Este recuo escandaloso foi motivado pelo crescente estado de espírito anti-americano visível, palpável em toda parte. E de que foi a mais clara expressão o sinal de luto do povo brasileiro coberto no marco da futura sede da Embaixada dos Estados Unidos em Brasília. Uma réplica também à toa pretensão — se ela existe — de isolar o Poder central da influência política popular. Uma afirmação de que Brasília nasceu não somente administrativa, mas também politicamente: protestando contra uma manifestação de soberano desprezo dos Estados Unidos para com os demais povos.

O «Machado» de Astrojildo

Publicado em junho do ano passado, o «Machado de Assis» (titulos e apontamentos avulsos) de Astrojildo Pereira firmou-se entre os principais trabalhos sobre o grande romancista. Animosos abaixo, de notas críticas em jornal e cartas a Astrojildo, opiniões de intelectuais sobre o livro. Entre elas, figura a de Roger Bastide, fundador do curso de Sociologia na Universidade de São Paulo, onde por algum tempo exerceu a cátedra.

De Marco Aurélio Mates:

«O Machado de Assis de Astrojildo Pereira é muito mais do que parece deixar expresso o autor nas linhas introdutórias da obra: a previa divulgação desses estudos em jornais e revistas não nos restou o conhecimento seguro do «rosto» criador do mestre de «As Cebias», nem transmite outra impressão que a de unidade convincente e atualizada. — Creio que nem todas as (esses arroladas no livro vão merecer igual destaque, nem a elas poderíamos dar adesão imediata ou franca — mas a consciência proibida do autor (mesmo em conclusões a que se poderia chamar marxistas) nos esclarece, a nos que não temos nem formação nem convicção materialistas. — O importante nesse livro é que ele é, no mesmo tempo, um livro de pioneiro machadiano e um livro de consolidação crítica. As intuições e os achados antigos confirmam-se, alargam-se na publicação de hoje» — (Jornal do Brasil de 14 de agosto de 1959).

De Otto Maria Carpeaux:

Assim como a casa editora que acaba de publicar o presente livro, o sr. Astrojildo Pereira é tradicionalista e revolucionário ao mesmo tempo. Tradicionalista: porque em sua crítica se observa a preocupação da importância moral e pela interpretação da importância social das obras estudadas. Revolucionário: porque a norma dessas preocupações e interpretações é a crítica marxista à sociedade e das suas expressões superestruturais. — A obra de Machado e considerada (por A.P.) como documento da época da qual saiu; mas a análise da época também é instrumento de interpretação da própria obra. Dir-se-ia: método de reflexo duplo, satisfazendo as exigências do historiador social e, ao mesmo tempo, fornecendo contribuição indispensável para a interpretação propriamente literária. — (O Estado de São Paulo, 22 de agosto de 1959).

De Jorge Medauar:

«Seu Machado de Assis não pode ser lido corridinho. Há que se ler com lápis na mão, numa espécie de monólogo crítico. Você consegue pinçar coisas raras, relacionadas com outras com tanta lucidez que o leitor ficará obrigado a conferir e conferir-se. Explico: conferir aquilo a que V. o obriga e conferir-se com respeito ao juízo que faz ou que fazia sobre o escritor brasileiro que foi o melhor manipulador da língua no Brasil — naquele tempo e ainda hoje.» — (Carta a A.P.).

De Athos Damasceno:

Seu último livro, que acaba de ler cuidadosamente, é das melhores coisas que já se publicaram sobre o nosso Machado de Assis. Digo «nosso» não carinhosamente, mas no sentido com que V. emprega o possessivo, em página modesta, mas propriedade crítica e lúcida empreendendo a obra do mestre.» — (Carta a A.P.).

De Pezegrino Junior:

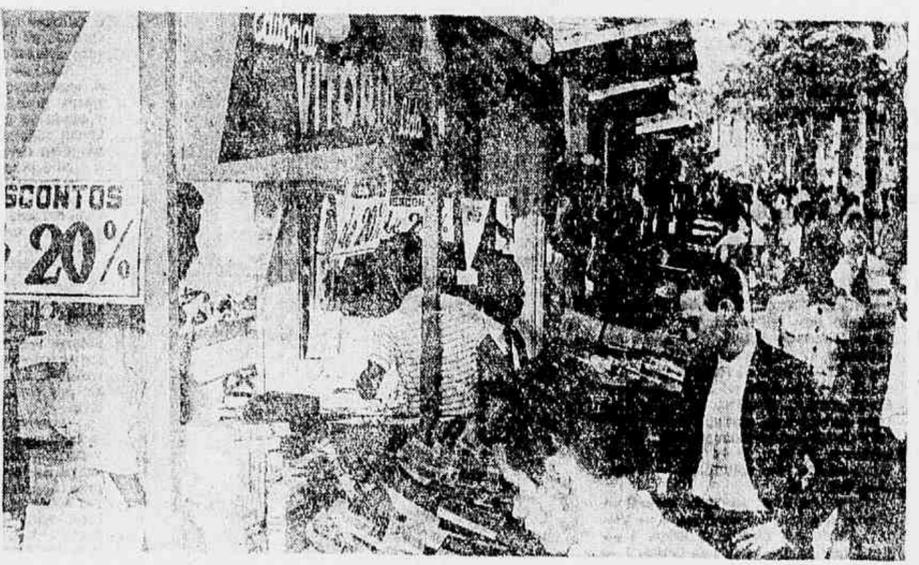
Pensa que nada mais se pudesse dizer de novo sobre o nosso Machado. Você não somente o contrário. Quanto ao livro, não tem só sofisticação e sem panacismo. Com agudeza e firmeza merece crítica. Muito obrigado pela ficção. — (Carta a A.P.).

De Paulo Dantas:

Mostrando Machado de Assis através de uma visão social e nacional, perfeitamente atualável, Astrojildo Pereira com seu livro captou a simpatia para a vida e para a obra de um escritor que, acima de tudo, soube ser um artista perfeito, um mestre de amor à arte e de linguagem clássica. Este, entre muitos, é um dos méritos da reunião desses estudos em livro, o qual veio ampliar a visão dos estudos sobre Machado de Assis, que, como nenhum escritor brasileiro, em nenhum tempo, foi tão lido, tão manuseado, tão estudado de nascimento. No recente cinquentenário de sua morte, e continuará sendo por muito tempo, já que sua obra oferece aspectos artísticos e humanos de interesse permanente e renovado. Assim soube compreender Astrojildo Pereira, que não só aumentou esta bibliografia, como também veio enriquecê-la com um trabalho de enquadramento sociológico e político, dos mais úteis para a compreensão de Machado de Assis. — (Revista Brasileira, n. 27).

De Roger Bastide Professor da Universidade de Paris, antigo professor da Universidade de São Paulo:

Entre os livros inspirados pelo cinquentenário da morte de Machado de Assis, devemos por em primeiro lugar o Machado de Assis de Astrojildo Pereira (Livraria São José Rio), o qual dá conta, a meu ver com toda a razão, a imagem tradicional que se tinha do maior dos escritores brasileiros. Encontrar-se, neste livro, primeiro um estudo sobre Machado de Assis como testemunha de sua época e expressão de uma sociedade em transição; e depois, uma definição de Machado como «crítico» ou «desolador» da família patriarcal, escravista, colonial, por conseguinte como «escritor participante»; as páginas sobre a teoria materialista de Machado, comparada ao materialismo dialético de Marx, são particularmente originais. — (Revue de France, n.º de Março de 1960).



Barraca da Vitória: quem pára, compra

Intelectual participante de todos os movimentos progressistas do Brasil de sua época, Monteiro Lobato esteve sempre presente por sua pena a tudo que dizia respeito ao desenvolvimento econômico e cultural do país.

Pioneiro da luta pela ideia hoje consubstanciada na Petrobrás, o foi também na criação da atividade editorial em nossa terra. Daí a justiça da homenagem que se lhe

presta comemorando o Dia do Livro na data de seu aniversário de nascimento (18 de abril), quando é instalada na Cinelândia a já famosa Feira do Livro. E sem dúvida o mais adequado preito ao criador de Jeca Tatá, posto que reflete uma de suas maiores aspirações, a de levar ao povo a cultura.

Realizada pela primeira vez em 1956, a Feira tem seu êxito aumen-

tado a cada ano que passa. É de interessante e que traz o desejo que tem nossa gente de conhecer as obras dos clássicos do marxismo, Lenin é o autor mais solicitado. Também as revistas chinesas são muito procuradas, esgotando-se rapidamente. Assim, nenhuma surpresa há no sucesso da barraca da Editorial Vitória, que é a que mais vende.

Na foto, a recordista

RIO ZONA NORTE: HÁ 64 ANOS NÃO SE FAZ UMA CANALIZAÇÃO

Rêde de Esgôto Parou no Encantado

Iniciada em 1857, ao tempo de ur. reator it, a construção da rêde de esgotos sanitários da cidade do Rio de Janeiro atingiu em 1896 os subúrbios do Encantado e aí parou. Neste século, até o primeiro semestre de 1958, não se assentou nenhuma canalização de esgotos nos subúrbios da Central, além de Encantado. Não é exagero, pois, dizer que os subúrbios desta «Cidade Maravilhosa» praticamente não têm esgotos. Atualmente, existem somente 982 km de coletores, correspondentes a apenas 1/3 do atual Estado da Guanabara localizados nas zonas Centro e Sul, fundamentalmente. Somente 1 milhão e 300 mil habitantes são beneficiados pela rêde de esgotos, o que representa menos de 50% da população da cidade.

A situação da rêde de esgotos do Rio de Janeiro é, assim, absolutamente incompatível com as normas do mínimo de habitabilidade e higiene, transformando-se num grave problema de saneamento que, considerado como fundamental na realização do planejamento de obras públicas, foi consubstanciado no Programa de Obras da Superintendência de Urbanização e Saneamento (SURSAN).

DES faz o que pode

Diante da situação acima exposta, a SURSAN tem a responsabilidade gigantesca da construção de pelo menos 2 mil km de esgotos no Rio. Isto é necessário para que se possa chegar ao ponto de acompanhar com a rêde, de imediato, a abertura das novas ruas e a construção de novas habitações. Para isto é preciso que o atual governo da Guanabara faça com que os bilhões da SURSAN sejam administrados de acordo com os interesses da população. Bem se sabe que, enquanto bilhões de cruzeiros eram movimentados na «mina de ouro» do Desmonte do Morro de Sto. Antônio e no afêro da Glória e do Flamengo, a Municipalidade aplicava alguns trocados nos esgotos. Mais ainda: só a Avenida Perimetral está recebendo mais recursos do que todo o Departamento de Esgotos Sanitários da SURSAN.

É preciso que se diga que com os magros recursos de que dispõe, tem feito o que pode. Em 1958 foram construídos 111 km de coletores, e em 1959 67km, perfazendo um total de 178 km. Em 1960 a SURSAN se propõe construir mais 100 km de rêde. O número de habitações esgotadas em 1958 foi de 13.120, e em 1959 elevou-se a 14.018. No que diz respeito aos trabalhos de conservação da rêde já existente, foram limpos e conservados 26.081 m de coletores e galerias diversas, 3.361 poços de visita e 582 poços ventiladores; ao todo, conservação e reparação de 982 km de rêde construída.

Estações de tratamento

Diante da extrema precariedade da situação dos subúrbios no que se refere

aos esgotos, o DES procura orientar suas atividades principalmente para essa zona. Entre outras obras de grande importância para o saneamento dos subúrbios, que estão em execução ou em vias de serem iniciadas, destacam-se a Estação de Tratamento da Penha, a Elevatória de Bonsucesso e a Estação de Tratamento da Ilha do Governador.

A Elevatória de Bonsucesso é uma estação de bombeamento destinada a receber a vazão sanitária deste bairro, elevando-a para a Estação de Tratamento da Penha. Essa obra foi calculada em Cr\$ 14.437.773,00.

Por sua vez, a Estação de Tratamento de Esgotos da Penha será uma das maiores do gênero da América Latina. Sua função é receber e depurar a quase totalidade da vazão sanitária dos subúrbios da Leopoldina. A construção será feita em duas etapas, das quais a primeira, que se encontra em andamento, tem capacidade para depurar a vazão correspondente a 170 mil pessoas. Em sua etapa final, a estação poderá tratar a contribuição equivalente a 400 mil habitantes. As obras da primeira etapa deverão ficar concluídas ainda no primeiro semestre de 1960.

Polição da Baía de Guanabara

Outro problema bem conhecido pelos cariocas e que assume grandes proporções é o da contaminação das águas da baía de Guanabara. Essa contaminação, além de trazer consideráveis prejuízos aos pescadores, constituiu uma ameaça à saúde da população. A poluição das águas tem as mais diversas origens, entre elas: os despejos de esgotos sanitários de Niterói, despejos de esgotos sanitários do antigo Distrito Federal, aterros de lixo, despejos industriais, etc. Além disso, o Departamento de Esgotos Sanitários da SURSAN ainda não tomou medidas decisivas para a solução do problema.

Oficialmente, o mesmo departamento conhece bem o problema e existe um planejamento em que são incluídas várias medidas a fim de solucioná-lo. Por exemplo, no que diz respeito aos despejos provenientes da rêde de esgotos sanitários do Rio de Janeiro, programou-se exterminar esta fonte de contaminação por meio da construção de estações de tratamento, em que os despejos serão depurados antes de serem lançados ao mar. Também as indústrias da cidade deverão ser investigadas, a fim de que encaminhem para a rêde de esgotos sanitários os seus respectivos despejos.

Nada derivou dos «cartões-deriva»

Um dos problemas mais importantes no que diz respeito aos esgotos sanitários dos bairros da zona sul da cidade refere-se ao seu destino final. Atualmente, os esgotos desses bairros estão sendo lançados em dois pontos,

junto à costa: um no Pão-de-Açúcar, do lado de fora da baía de Guanabara, e outro na Ponta do Vidigal. Este sistema é extremamente prejudicial à população, uma vez que as praias localizadas perto desses pontos acham-se abertamente sujeitas ao perigo da contaminação e da população. Não é raro que os frequentadores destas praias, por exemplo, no Leblon, vejam detritos boiando nas águas, já sem falar do odor extremamente desagradável que estas constantemente têm.

Até agora, a única providência tomada pelo Departamento de Esgotos Sanitários foram as três famosas «Operações Cartões-Deriva», das quais duas fracassaram redondamente. Tais operações se destinavam a contribuir para um melhor conhecimento das correntes marítimas em frente às praias cariocas, a fim de possibilitar, o lançamento submarino e a grande distância da costa dos esgotos da zona sul. Segundo informa a SURSAN, outros estudos e pesquisas oceânicas vêm sendo realizadas, prometendo que até o final do semestre corrente serão os mesmos concluídos, permitindo projetar, com segurança, o lançamento submarino dos esgotos sanitários dos bairros da zona sul. Assim espera ansiosamente o carioca, desejando, em seu próprio benefício, que se repita o que aconteceu com os «cartões-deriva», dos quais até agora nada «derivou».

E' Proibido Falar em Argélia

Na França de De Gaulle, falar na Argélia em termos de amizade, compreensão e pacifismo, significa perseguição, cercceamento da liberdade de idéias, prisão.

A 15 de abril, o escritor Georges Arnaud (O Salário do Médico) assistiu a uma entrevista coletiva concedida a jornalistas estrangeiros por Francis Jeanson, proeminente intelectual francês que vive atualmente na clandestinidade em virtude de ser acusado por suas relações com elementos da FLN.

Georges Arnaud escreveu sobre a entrevista e ofereceu a matéria ao redator-chefe de «Paris-press», que a publicou. Dias depois o escritor era preso, querendo a polícia obrigá-lo a denunciar o lugar onde se refugia Francis Jeanson.

No fundo do cárcere, Arnaud escreveu uma carta, publicada em alguns jornais franceses, da qual transcrevemos abaixo um trecho:

«Vejo perfeitamente o que pode resultar da recusa que oponho a esse degradante ultimato. Ou cedo — essa é a estranha idéia que os militares especializados formam da honra dos outros — ou a minha detenção prolonga-se indefinidamente. Pois bem, que ela se prolongue. Tenho mais confiança na perenidade da minha honra que na das decisões da justiça. A acusação que me movem e meu encarceramento são aberrações contra as quais nada posso fazer. Diante da onda de crimes gorada por essa guerra que se eterniza, ergui elevadamente minha voz em defesa da honra do meu

país. Hoje, prendem-me. É mais uma idiotice que um crime, como outras já feitas aqui. Aos homens que permanecem livres entrego o cuidado de falar por mim de agora em diante».

Sartre

As violências se multiplicam, nada escapando à censura do governo. Agora há pouco, foi confiscado o romance Foudroyage, de Andre Stil, que se vem somar a inúmeros outros livros e edições de jornais apreendidos, suscitando protestos gerais.

A propósito, Jean-Pau Sartre escreveu ao «L'Humanité» a seguinte carta:

«Em menos de um mês, três jornais foram apreendidos — «L'Express», «France Observateur» e «Témoignages et Documents».

Quatro livros — L' an cinq de la Révolution algérienne, Le Refus, Le Déserteur e, mais recentemente, Foudroyage, romance de Andre Stil — foram proibidos, enquanto um crítico literário era ameaçado de processo e um romancista jogado à prisão.

No momento em que o chefe do Estado tenta fazer crer ao estrangeiro que realiza uma política de grandeza, a opinião pública internacional julgará convenientemente a atividade «cultural» do governo francês».

Morte Próxima

Conto de BRIQUET DE LEMOS

Com Morte Próxima apresentamos aos leitores de NR mais um autor inédito. Briquet de Lemos é um jovem piauiense radicado há uns dez anos no Rio, onde concluiu o curso secundário e frequenta a Faculdade de Filosofia. Suas primeiras incursões no terreno da literatura datam da época ginasiana, quando teve trabalhos publicados em jornal de alunos do Colégio Pedro II. Desde então, Briquet dedica-se a aprofundar seus conhecimentos do idioma, desenvolvendo atividades de revisor, «copy-desk», tradutor. O conto que publicamos marca sua estreia junto ao grande público.

«Um dia escreverei a minha vida. Mas, pensava outra vez, e corrigia: «a minha morte». Será bom escrever sobre a morte. Sobre a evolução da morte. Não como um fenômeno transitório, mas como um estado perene em constante mutação. Mudam-se as coisas de hoje para amanhã. Amanhã será tarde demais. De mais ou de menos. Contudo, a vida é isso. Isolava-se de todos. Procuravam-no, julgavam-no um molenga. Queriam protegê-lo.

Profetores apareciam sempre. Inventavam situações. Criavam casos. Rodeavam-no de cuidados e atenções. Atenção! Foi dada a partida! Partiria a qualquer momento. Rumo a outros lugares de molengas. De moluscos. De invertebrados. Indivíduos sem corpo, sem nada. Lá em cima, seria assim. Por que tanto cuidado? Por que tantos olhos o espiam?

Isolou-se de todos. Mas, ainda é vigiado. Não liga aos fatos. No entanto, pelas fechaduras, observam-no. Odeia as fechaduras. Odeia todos. Até os filhos e parentes, que o estranhavam. Pobres-diabos! Não sabiam que os experimentava. Que se experimentava. Todos os seus eram uns safados. Repouso e conclusão. E a esposa? Ela ainda mostrava um pouco de atenção, procurando socorrê-lo. Socorria-o, mas ficava falando em ataques. A idiota. Ele dançava, pura e simplesmente. Vinham os sons, lá de dentro de sua cabeça. E dançava. Dançava. Babava-se até, Caia de cansaço.

Ele sabia que ela só agia assim porque o indissolúvel vínculo a prendia a si. Não fosse sua mulher e não estaria a preparar remédios. Levantava o conta-gotas. Uma, duas, três... O remédio se espalhava no fundo do copo. O corpo se encolhia à presença do líquido no estômago. E, se fosse veneno? Sua mulher bem que poderia fazer uma coisa dessas. Quem não sente ímpetos de livrar-se de um tranbollo? Não seria assim que ela o deveria achar? Um tranbollo? E, se veneno o copo contivesse? Não, não seria possível. Seria um pecado. Um pecado capital. E, para ele, só a pena capital. Mas a pena capital é um crime. E a capital da Paraíba era Paraíba, Besteira. Mesmo que dizer que a água do mar é a água. Uma pena capital para a Paraíba. Ou um capital. O dinheiro é capital. Oh, Ruy, vem cá: o que é capital? Resposta: «isso é subversão. É luta de classes.» Classificar e analisar a seguinte oração... E, lá se vinha. Colégio de palhaços. «Suspende o sol, suspende a lua, olha o palhaço que está na rua...» Ah, os anos de criança. Quando as memórias eram só infantis, e as coisas passavam deixando indagações, deixando desejos...

Mas, se aquilo fosse veneno? Eis que ela ali estava. A cara-chupada. Faltava-lhe tudo. Inclusive coragem. Mas, quem poderia garantir? E a eutanásia? Qual, dava até vontade de rir. Não seriam assim os esteriores da morte? Quem poderia afirmar a maneira de morrer-se? Antes dele, ninguém tivera a idéia de escrever «a sua morte».

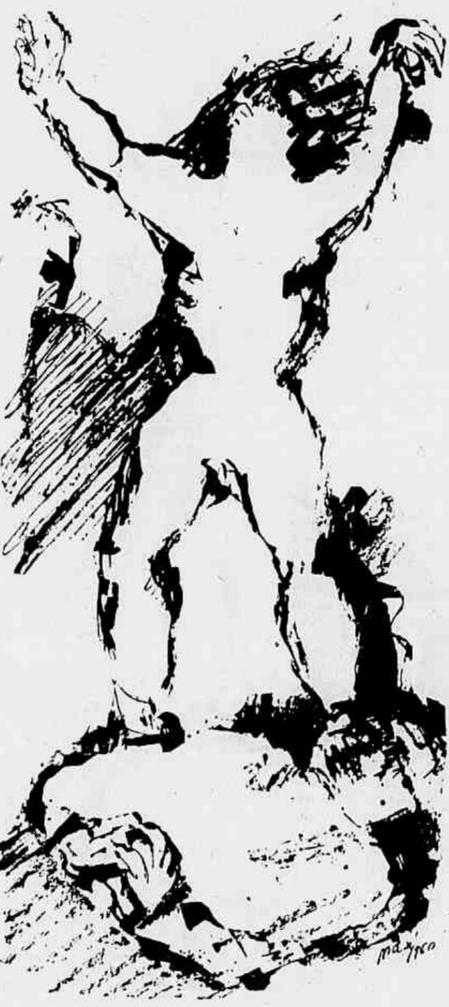
Não precisaria dos outros, para morrer.

Arrancava o travessão. Dava-lhe prazer pô-lo sobre os pés, a cabeça nivelada sobre o colchão. Flava estridido. Qual defunto em crieitos mortis. E, quando morresse, o médico, cheirando a clorofórmio: «a causa da morte foi...» Viria então, o belo laudo anátomo-patológico.

Diagnóstico. Autópsia. Nada disso era necessário. Jamais saberiam que a vontade era a causa de sua morte. Simplesmente sua vontade. Morria porque queria. Ninguém tinha nada com isso. Queria morrer. Afinal, há ou não há o livre-arbitrio e a autodeterminação? Morreria por sua própria vontade, sem sofrimentos extremos. Poderia, assim, ser personagem e espectador, simultaneamente. Seria interessante. Apreciar o espetáculo de sua própria morte. Olharia por cima de todos. Talvez viesse a cuspir sobre o velório.

Começava a ensaiar para o grande espetáculo. Estranheia dentro do caixão. O corpo comprido, inibido de movimentos. As paredes se fechando, a tampa levantada. Uma nega do teto apareceria por entre seus olhos entreabertos pela rigidez. Olharia de soslaio para o pessoal. Veria as flores sobre os pés e ao seu lado. Acalentariam elas como o travessão de agora? Ou seriam trãs? As flores de defunto fedem. Os crios acabando-se, marcando o tempo, tal anpuheta funérea. A família se afastaria. Ao ser descida a tampa do caixão, ecoariam os gritos característicos. Iniciar a sua longa viagem rumo ao desconhecido. Mas, se desconhecemos tudo, para onde ir?

Lá para cima? Mas o reino dos céus era para os pobres de espírito. Portanto, não era sítio que o recebesse de braços abertos. Ficaria mesmo aqui por baixo. Andaria pelas ruas. Correria sobre os fios telefônicos, entraria em todos os buraquinhos que encontrasse. Vigilaria as filhas. Assustaria os seus namorados, soprando um soprozinho pútrido de alma penada em seus ouvidos. Seria um camarada todo satisfeito. Feito de carne, ossos e humores. Uma porcaria. Iria para debaixo do chão. Cessaria, então, a sua vontade. Não mais poderia fazer o que bem quisesse. Desejaria que seu corpo fosse para o meio do deserto. Surrealisticamente. A brancura da imensidão, o negro do esquite, o brilho teimoso do sol, a cortina de poeira que se levanta, a distância. Uma alva cruz sobre o caixão. E, nos dias quentes e nas noites úmidas, seu corpo, lá dentro, em processo contínuo e inevitável de apodrecimento.



Ninguém poderá imaginar a que ponto ele chegou. Chegou de maneira bem pensada, conjeturada. Para isso vivera todos esses anos. Cada minuto, cada intervalo de respiração lhe significava um instante a aproveitar. Considerara. Raciocinara. Sua cabeça parecia querer estourar. As tempestades palpitavam. Na testa, apareciam veias entumescidas. Nada, nem um instante fora perdido.

A vida é longa. E o que mais? «Ars longa, vita brevis.» Brevilúcio era o seu tipo. Na tipografia, com os tipos formavam-se palavras. As palavras tornadas em «vel, «vel, «vel, «vel, «vel...» A divida é a campanha. A campanha do porão ilúntava. O cachorro latia. A velha surgia. «Vosmedez que baurana?» As memórias da infância vinham definidas. Surgiam-lhe claras. A clara de ovo esbranquecia (ou estrelava) na frigideira. As gotas de gordura quente salpicava nos braços da preta. Ela não sentia. Sentia, apenas, a presença dos animais inofensivos que a rodeavam. Ele, entre os bichos.

Teatro

«A Profissão da Senhora Warren»

Desde a semana passada o Teatro dos Sete está apresentando uma das mais contundentes peças de crítica social desse amável demônio velho que foi o irlandês G.B. Shaw — «A profissão da Sra. Warren». A direção de Gianni Ratto, muito boa. Obteve um ótimo rendimento do ator Napoleão M. Freire que tem no papel do jovem Frank Gardner, uma de suas melhores criações. Fernanda Montenegro, como sempre perfeitamente integrada em seu papel, esteve esplêndida. Renato Consorte inexpressivo, longe de se parecer a um lord — muito ordinário e corrupto é verdade — mas em todo caso, um lord inglês. Quanto à Olga Navarro, no papel do personagem título pareceu-nos extremamente vulgar e desabrida, pois apesar da sua origem humilde e do início de sua «carreira profissional», digamos assim, a Sra. Warren, enriquecida na prostituição, convivia com membros da aristocracia inglesa e era, já então, uma mundana de alta classe. Sua filha Vivie (Fernanda), moça culta, inteligente, estudiosa, foi educada em um severo colégio ginefino. De maneiras independentes — alude mesmo aos charutos que gosta de fumar — tem, entretanto, uma concepção séria, honesta e cheia de responsabilidade dos deveres e obrigações dos indivíduos. O ato se inicia com um diálogo entre ela e o sr. Pread, velho amigo de sua mãe de quem ela tenta arrancar alguma revelação sobre o passado e o presente de sua misteriosa genitora. No segundo ato, depois de várias indiretas bastante ferinas a madura sra. Warren resolve confessar à filha sua verdadeira profissão, analisando as causas sociais e econômicas, evidentemente, que a levaram à ela. Compreensiva e comovida a filha — convencida de que os fatos narrados são coisa passada — muda sua atitude de desconfiança em amparo e solidariedade. Os outros personagens são: o rev. Gardner, um dos amôres da Sra. Warren na juventude, pai do jovem Frank, pretendente à mão de Vivie, e Sir George Crofts, amigo atual e sócio da referida sra. em seus negócios escusos. Repellido pela jovem Vivie, de cuja beleza e juventude, se apaixonara, o velhote revela-lhe essa dolorosa verdade, enumerando mesmo os países que funcionam e o número de casas suspeitas das quais provém a renda de que vivem e com a qual foi custeada sua educação. Terrivelmente traumatizada pelo conhecimento de tais fatos, Vivie volta a seu modesto escritório. Repele a tentativa de justificação, desligando-se definitivamente da Sra. Warren. Ao sr. Pread e ao jovem Frank que a visitam revela seu humilhante segredo e diz de seu propósito de viver modestamente, com seu próprio esforço, abrindo mão da vida de conforto e luxo propiciados pelas vergonhosas atividades maternas. O jovem Frank, irresponsável e aventureiro, diante das incertezas de um futuro sem garantias financeiras despede-se discretamente. Vivie fica só, entregue à própria solidão, consciente, sufocando sob uma aparência de dureza, a terna fragilidade de seu coração amoroso e honesto.

Os cenários de G. Ratto são bons e sugestivos, se bem não se possa explicar que tem a fazer em um ambiente inglês, aquela rêde tão brasileira e nordestina.

Beatriz Bondeira

Comícios

contra a carestia

Três grandes comícios serão realizados no próximo dia 31 na Praça da Bandeira, em Padre Miguel e Irajá, respectivamente, encerrando o «Dia de Protesto», prgramado pela Comissão Permanente das Organizações Sindicais do Estado da Guanabara. Nesse dia os trabalhadores e o povo carioca promoverão várias manifestações de protesto contra a alta do custo da vida e em favor da aprovação dos projetos da Lei de Greve, de Lei Orgânica da Previdência Social, do Plano de Classificação e de Diretrizes e Bases para o Ensino, e pela prorrogação da Lei do Inquilinato. Um apelo às donas de casa será feito para que não seja realizada compras no próximo dia 31.

«Problemas

de atualidade

A Editora «Problemas Contemporâneos Ltda.» acaba de lançar o folheto «Problemas de Atualidade», início de uma série de coletâneas sobre questões de interesse, no domínio da filosofia, da economia política e das experiências recentes da prática da construção socialista.

O sumário compreende: — «A dialética materialista — ciência filosófica», de Kammari. — «O que distingue a dialética da sofística e da eclética». — «O caminho do socialismo» (plataforma política e programa).

A venda na EDITORIAL VI-TÓRIA, — Rua Juan Pablo Duarte, 50 (sobrado).

Palavras Cruzadas

F. Lemos

PROBLEMA Nº 10

HORIZONTAIS: 1 — Discursar em público. 5 — Planta da família das Tabáceas. 9 — Investigam a verdade de. 11

1	2	3	4	5	6	7	8
9				10			
11			12			13	
14		15				16	
17						18	
19						20	21
22			23	24	25	26	
27		28				29	
30						31	

— Rio da França. 12 — Aquilo que se opõe ao bem. 13 — Mulher malvada. 14 — Cidade do Ceará. 16 — Igual; semelhante. 17 — Preposição indicativa de lugar. 18 — Pátria de Abraão. 19 — Nome de um conhecido sal de frutas. 20 — Museu de Arte Moderna. 22 — O substrato instintivo da psique. 23 — Uma centena. 26 — Compaixão; tristeza. 27 — Legítimar de novo. 30 — Terra arrotada e própria para cultura. 31 — Prejuízo; danifica.

VERTICAIS: 1 — Criaí ovos. 2 — Tornar a acender. 3 — Brisa. 4 — Vis-cera dupla que segrega a urina. 5 — Sinal gráfico. 6 — Antes de Cristo. 7 — Companheiros de quarto. 8 — Querer muito bem a. 10 — Quarta nota da escala musical. 15 — Prefixo; hombra. 16 — Interjeição designativa de estrondo. 19 — Terreno em que se junta o sal, ao lado das marinhas. 21 — Alargamento do prazo para pagamento ou restrição de alguma coisa. 23 — Óxido de cálcio. 24 — Forma arcaica do artigo «a». 25 — Um mihlar. 28 — Ande. 29 — Preposição.

RESPOSTA DO PROBLEMA Nº 9

HORIZONTAIS: 1 — Rica; 4 — Osga; 7 — Ar; 8 — Sob; 10 — Em; 11 — Maria; 13 — Ada; 15 Par; 17 — Ala; 18 — Fim; 19 — Ara; 21 — Tal; 23 — Sítio; 26 — Me; 28 — Ras; 29 — Pa; 30 — Asa; 31 — Aral. VERTICAIS: 1 — Raso; 2 — Ir; 3 — Asa; 4 — Obi; 5 — Gê; 6 — Amar; 9 — Ora; 11 — Malas; 12 — Apito; 14 — Dar; 16 — Ama; 19 — Arma; 20 — Ita; 22 — Leal; 24 — Ira; 25 — Isa; 27 — Es; 29 — Pa.

Beneficiam-se os trabalhadores soviéticos

Em seu discurso de abertura da sessão do Soviet Supremo da URSS recentemente realizada, Kruschov fez um rápido balanço do desenvolvimento econômico da União Soviética nestes últimos anos. Pontos principais:

— Em relação a 1953, a renda nacional da URSS quase dobrou em 1959. Desta renda nacional, três quartos são dedicados a satisfazer as necessidades materiais e culturais do povo.

— Em oito anos, de 1953 a 1959, os rendimentos reais dos trabalhadores das cidades aumentaram em 45%, e os dos trabalhadores do campo em 64%.

— A 1º de abril deste ano, 16 milhões de trabalhadores já estavam sendo beneficiados com a jornada de trabalho de 6 e 7 horas. Até o fim do ano todos os trabalhadores serão beneficiados pela nova jornada, sem qualquer redução do salário.

Supressão dos impostos

Cumprindo o plano aprovado no XXI Congresso do Partido Comunista da URSS, Kruschov anunciou o início este ano da supressão dos impostos sobre os salários dos operários e empregados. A supressão será iniciada a 1º de outubro e completada em 1965, ano final do Plano Setenal de desenvolvimento econômico da URSS. Os primeiros a se beneficiarem serão os operários e empregados que recebem salários inferiores. Quando a supressão estiver inteiramente aplicada, cerca de 60 milhões de trabalhadores verão seus salários aumentados numa quantia total de 74 bilhões de rublos por ano, isto é, quase 3 trilhões de cruzeiros.

Em vista do grande crescimento da economia soviética, que fez com que os cálculos econômicos tenham que ser feitos com centenas e milhares de bilhões de rublos, o Soviet Supremo resolveu multiplicar por 10 o valor do rublo, sem qualquer prejuízo para as transações internas ou externas da URSS.

«O Brasil e a conferência de cúpula»

Prossequindo a série de palestras sobre Problemas Nacionais realizada sob o patrocínio do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional e do Sindicato dos Professores, falará na próxima terça-feira, dia 17, às 18 horas, sobre «O Brasil e a Conferência de Cúpula», o jornalista Maurício Caminha de Lacerda.

A conferência será realizada na sede do Sindicato dos Professores, na Avenida 13 de Maio, 13, sala 402. Entrada franca.



Queria seduzir as marcianas

O piloto-espião norte-americano levava consigo, além de grande quantidade de dinheiro, vários brinços, anéis e outras jóias. — Será que ele queria seduzir as marcianas? perguntou Kruschov em seu discurso de encerramento da sessão do Soviet Supremo. Kruschov ironizava

com o fato de que o piloto Powers levava todas estas quinquilharias num vôo a mais de 20 mil metros de altura. Os observadores militares ocidentais, citados pelas agências capitalistas, se surpreenderam com a revelação feita por Kruschov, e confirmada por outros mi-

litares soviéticos, de que o avião tinha sido identificado pelos aparelhos de radar e destruído por um foguete quando voava àquela altura. Para esses observadores é absolutamente impossível seguir pelo radar e abater com um foguete um avião

voando tão alto. Mas, como disse Kruschov, «que os enviem ainda mais alto e mesmo assim os abateremos, pois temos armas capazes de fazê-lo». Na foto, Kruschov quando denunciava no Soviet Supremo o ato de pirataria dos Estados Unidos.

Avião Norte-Americano Foi, Viu e... Caiu

Reportagem de FAUSTO CUPERTINO

Em Moscou eram cinco e meia da madrugada de 1º de maio. Nas cidades soviéticas começam os preparativos para os desfiles civis e militares. A Praça Vermelha recebe as primeiras pessoas que vêm garantir seus lugares para assistir às comemorações. A mil quilômetros dali, perto de Sverdlovsk, um avião sem sinais de nacionalidade, vo-

ando a 20 mil metros de altura, tira fotografias de objetivos militares. Na terra, o sargento Fedorov, chefe de um grupo de artilharia antiaérea, recebe a ordem de abater o avião. Segundos depois, parte o foguete antiaéreo e num abrir e fechar de olhos explode junto ao avião. Acabou o «passelo» do piloto Francis Powers, espião norte-americano que decolou de uma base militar dos Estados Unidos na Turquia e se dirigia para a Noruega.

Durante quatro horas, o comando militar soviético acompanhou o vôo do avião de espionagem. Finalmente, depois de consultar Kruschov, foi dada a ordem de abate-lo. O aparelho, que devia fornecer informações militares aos Estados Unidos, cumpriu sua missão, embora não tenha conseguido chegar ao seu destino. Segundo alguns informantes militares norte-americanos, o piloto Powers estava encarregado de verificar qual a situação atual das bases de foguetes soviéticos e de sua eficiência. A resposta à pergunta do Pentágono foi bastante clara: nenhum avião ou foguete conseguiu entrar em território soviético sem ser percebido, por mais alto ou rápido que voe, e nada poderá evitar sua destruição. Se era isso o que o Pentágono queria saber, ficou sabendo.

Fala ou não fala?

Curir Vosprechtáia, disse Mikhail N. Berman, presidente do sovets para o qual foi levado Powers, quando ele ia acender um cigarro. O leitor possivelmente não sabe o que isto quer dizer. Powers, que desde o momento em que foi sequestrado e levado para a soviética por camponeses que o viram descer de paracadedas deu a entender que não falava russo, também não devia ter compreendido. Ouvindo Berman dizer em russo, «é proibido fumar», esqueceu que não falava russo e deu seu último «foras»: guardou o cigarro. Daí em diante não havia mais jeito senão confessar que era um espião norte-americano.

Powers trazia consigo grande quantidade de dinheiro em várias moedas, inclusive 7.500 rublos (300 mil cruzeiros). Além disso, tinha em seu poder vários relógios, anéis, moedas de ouro, etc., o que levou Kruschov a perguntar: «Será que isto era para diminuir o peso do avião, ou para conquistar as marcianas? Tinha ainda uma pistola calibre 45 com silenciador, um punhal e uma agulha envenenada. Em outras palavras, Powers tinha material suficiente para tentar subornar e liquidar cidadãos soviéticos que descobrissem que ele era um espião e, em último caso, poderia se suicidar. Apesar de tudo isto, não conseguiu escapar à rede à qual foi enviado pelos chefes militares dos Estados Unidos, a duas semanas da conferência de cúpula.

Primeiro ato: preparação

Fracassado o ato de espionagem, os chefes do Pentágono enfiaram a cabeça na areia, como bons avestruzes, e esperaram o que ia acontecer, sem saber que eles é que tinham feito o triste papel na peça. No dia 5 de maio, perante o Soviet Supremo, Kruschov revelou que um avião de espionagem, provavelmente norte-americano, tinha sido abatido em território soviético, jogando verde para colher dinheiro. Kruschov nada disse sobre o piloto. De início, o Departamento de Estado americano declarou nada saber sobre o assunto

Depois de uma reunião do Governo, entretanto, o porta-voz oficial da presidência, Hagerly declarou que «talvez se tratasse de um avião que decolou da base aérea norte-americana de Adana, na Turquia, para colher informações meteorológicas. Ganhando confiança, o Departamento de Estado publicou a seguir um comunicado oficial dizendo que o avião modelo U-2 desaparecido «teria violado acidentalmente o espaço aéreo soviético, tendo o piloto talvez perdido os sentidos em consequência do não funcionamento do mecanismo de fornecimento de oxigênio, o que, aliás, teria sido comunicado pelo próprio piloto à base de Adana.

Nesta altura, os Teófilos de Andrade, Paulo de Castro e Raúl Fernandes de tudo o mundo gritavam a uma só voz: «causado! derrubar um avião desgovernado e depois fazer todo este alvoroço, às vésperas da conferência de cúpula!». Fundando na declaração do Departamento de Estado como se fosse a mais verdadeira de todas as verdades, a imprensa reacionária atacou a União Soviética por ter derrubado um avião «pacífico» dizendo que se tratava de espionagem. Fim do primeiro ato.

Segundo ato: caem as máscaras

A 7 de maio, Kruschov levanta a outra ponta do mistério do piloto: Powers estava vivo na União Soviética e tinha confessado que sua missão consistia em atravessar o território soviético de sul a norte, partindo da Turquia até o aeroporto de Bodde, na Noruega, para tirar fotografias de aeroportos, bases militares e outros centros militares e econômicos da URSS. Provando suas afirmações, Kruschov exibiu fotografias de objetivos soviéticos tiradas por Powers, além das armas e outros objetos que ele tinha em seu poder.

Deixando cair as máscaras, o Departamento de Estado e a Casa Branca reconheceram que tinham mentido à opinião pública mundial: o avião era realmente de espionagem e tinha penetrado na Agência Central de Inteligência (espionagem) e da Administração Nacional da Aeronáutica do Espaço (NASA). Ao contrário, seguindo uma lógica de bandidos que daria inveja aos maiores gangsters de todos os tempos, o governo norte-americano começou a defender seu direito de levar a cabo atos de espionagem contra a União Soviética.

O próprio secretário de Estado dos Estados Unidos, Christian Herter, declarou no senado que desde 1947 o governo norte-americano lançou mão de estudos os meios possíveis para adquirir informações militares sobre a União Soviética, inclusive uma extensa vigilância aérea, isto é, mediante espionagem aérea.

Terceiro ato: fim de farsa

Segundo os governantes lanques, essa espionagem é a contribuição dos Estados Unidos para evitar o desenrolamento de uma nova guerra, e deixou bastante claro que os vôos sobre território soviético, no que depender dos Estados Unidos, vão continuar. Por incrível coincidência, o presidente Eisenhower anunciava que deverão ser reanunciadas antes do fim do ano as experiências subterrâneas dos Estados Unidos, contrariamente ao que tinha sido

prometido na declaração conjunta Eisenhower-Macmillan.

Insistiu também o governo norte-americano na afirmação de que a espionagem era «natural» nos dias de hoje, querendo dizer com isso que ainda não desistiu do clima de guerra fria. Ao mesmo tempo, as declarações do Departamento de Estado acusam, sem apontar nenhum fato, a União Soviética de praticar também a espionagem contra os Estados Unidos. De um momento para o outro, os círculos políticos e a imprensa ligada ao imperialismo começaram a caçar aviões soviéticos por todos os lados, sem qualquer êxito porém. O chefe do Estado Maior das forças aéreas do Canadá, em visita aos Estados Unidos, não escondeu à avulso e teve que responder que embora se fale muito de aviões soviéticos no Canadá, até hoje ele não conseguiu ver nem um.

De uma ou de outra forma, o descontentamento nos meios ligados à máquina da guerra fria era evidente. Adenauer, chefe do governo da Alemanha Ocidental, achou que tinha chegado a hora de dar sua «contribuiçãozinha» à guerra fria e fez uma declaração sensacional: há muitos anos já que a URSS vem fazendo vôos a altitudes elevadíssimas sobre os EUA e a Alemanha Ocidental. Pela segunda vez o Departamento de Estado era «furado», em uma semana.

A desmoralização

Como disse Kruschov, o governo norte-americano, oscilando entre a lógica de bandidos do «vale-tudo» e a defesa dos «princípios políticos e morais do mundo livre», está como aquela moça que dizia: «Eu sou uma moça honesta, mas tenho um filho nascido de um casamento não sacramental. Finalmente, sou mesmo uma moça honesta, ou não? Dizemos, por isso, aos norte-americanos: era um avião de espionagem e o derrubamos. Vocês estão numa emburalhada, mas o problema não é nosso. É preciso que tenham a coragem de dizer: — Sim, esse ato vergonhoso foi cometido e é uma vergonha para os EUA, pois o mundo inteiro vê a desonra dos que cometeram esse ato revoltante de agressão». Fora disso, os Estados Unidos terão que defender, inclusive na ONU, a pirataria e o banditismo internacional.

As declarações oficiais e extra-oficiais dos EUA procuraram reinar qualquer responsabilidade do governo, afirmando que os atos de espionagem eram por conta dos militares. Diz então Kruschov: «Diz-se que os responsáveis são os militares, mas... serão os únicos? Que espécie de governo é esse, ao qual os militares contradizem? E se é assim, por que o governo tolera esse procedimento? Se algum de nossos militares ousasse fazer tal coisa, não poderíamos deixar de punir-lhe as orelhas. Compréndam-me bem, se cada um puna para um lado, como se pode falar de Estado? Que confiança pode inspirar a política de tal país?»

Lado sério da farsa

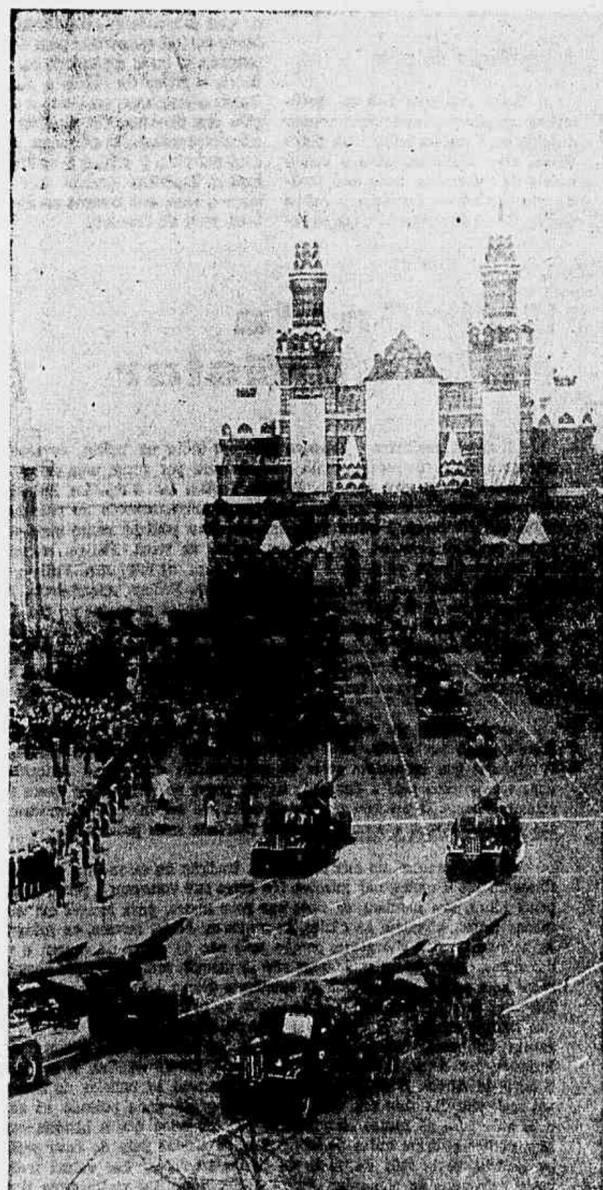
Os governos da Turquia, Paquistão e Noruega declararam oficialmente que não tinham conhecimento dos vôos de espionagem realizados a partir das bases norte-americanas em seus países e mantiveram aberto um inquérito para apurar a veracidade das acusações soviéticas, quando o país... contra os Estados Unidos quando se comprovou

o fato. Cúmplices conscientes ou não dos Estados Unidos, os governos que cedem bases aos EUA têm que levar em conta a advertência feita pelo marechal Malinovski, ministro da defesa soviético, de que «temos o direito de tomar medidas contra os agressores, atacando estas bases e destruindo-as totalmente».

Diante da advertência soviética, os Estados Unidos disseram que «honrarão seus compromissos» defendendo esses países; isto é, em outras palavras, parece que o governo norte-americano está mais disposto a provocar uma guerra mundial do que a desistir da guerra fria e seus expedientes, inclusive a espionagem. Mas, nesse caso, os Estados Unidos terão que cuidar e de si mesmos. Em nota oficial entregue pelo chanceler soviético Gromiko, o governo da URSS advertiu os Estados Unidos de que será obrigado a adotar represálias caso continuem os atos de agressão que o Departamento de Estado defende descaradamente. E, como disse Kruschov certa vez, quando os foguetes começaram a zunir, será muito tarde para voltar atrás.

Condenação mundial

Só há duas maneiras para resolver os problemas mundiais: a guerra ou as negociações. E para fazer (e vencer) a guerra, é preciso ter o apoio da opinião pública e superlatividade militar. Corescândulos ou desconfiados de que os EUA não têm nem um nem outro, mesmo os círculos políticos do mundo capitalista, com exceção dos Jóias Neves da Fontoura, começaram a pôr as barbas de molho diante da política americana. O Kremlin disse a verdade: o Departamento de Estado mentiu, diz o «Estado de São Paulo»; os Estados Unidos não têm condições para liderar a Ocidente, diz o «Journal do Brasil»; incidente imperdoável, diz o «Daily Telegraph»; enquanto o «Daily Sketch», também conservador, dá graças porque Kruschov não apertou, como represália, os botões das operações bélicas; «sabotagem de liberdade da conferência de cúpula», diz o trabalhista «Daily Herald»; «lamentável», diz o conservador «Der Welt», de Hamburgo, e assim por diante. Enquanto isto, um punhado de atucinados tipo Pena D'ágo procura convencer os menos avisados de que Powers é um agente soviético que roubou um avião americano para tentar caluniar os EUA, baluarte da civilização cristã ocidental, ou algo semelhante. Mas são esses mesmos «cruzados» que inventam submarinos misteriosos e pediram uma guerra santa se o avião de espionagem fosse soviético...



Os foguetes da Praça Vermelha

Pouco depois que um foguete soviético destruiu o avião-espião dos Estados Unidos, seus «irmãos» mais velhos e mais novos eram, ao lado de dois enormes canhões atômicos, o centro das atenções no desfile militar da Praça Vermelha.

O livro de Astorjildo Pereira
«MACHADO DE ASSIS»
Encontra-se à venda na
FEIRA DE LIVROS
com 20% de desconto
Barracas da Livraria São José e da Editorial Vitória



Me dá uma mãozinha aí

As praças de esporte são reivindicação juvenil também na Guiné. Em grupos voluntários de trabalho, os moços dedicam suas horas vagas para construir o que a dominação colonialista lhes negava. As vezes a pedra pesa muito, e os braços femininos não podem arcar sozinho com a tarefa de removê-la. E a solidariedade masculina ocorre para apressar o serviço.

Guiné: 60 Anos de Luta Contra as "Delícias" do Colonialismo

De Marco Antônio Coelho,
Enviado especial de NR

Duas horas apenas separam Dakar de Conakry, mas para quem viaja de avião são 120 minutos cheios de interrogação e curiosidade. Enquanto Dakar é o pouso normal da rota Rio-Lisboa, a viagem Dakar-Guiné assume a feição do verdadeiro contato com a África, isto é — o continente negro sem os colonialistas.

A medida que o avião da «Air France» vai baixando, acompanhando mais ou menos a orla do litoral, como brasileiro relembramos mentalmente da costa do nosso Nordeste. É o mesmo clima, a mesma vegetação, embora em certas zonas surjam florestas tropicais densas. Chega-se, assim, a um dos mais novos Estados do mundo com a sensação de encontrarmos-nos no norte ou no nordeste, de nossa Pátria mas povoada por uma gente mais escura que, cheia de entusiasmo e alegria, dá os seus primeiros passos como povo soberano, independente e com grande confiança em seu futuro.

Luta secular contra o colonialismo

Não é possível entender o que se passa na Guiné dos nossos dias sem voltarmos um pouco para o passado. Os estudos recentes dos historiadores do jovem país assinalam a participação da Guiné no famoso Império de Ghana, que teve seus momentos de apogeu nos séculos X e XI. Grande parte do ouro que fez a riqueza daquele Império saía da Guiné, através dos comerciantes ghanenses. A decadência do império sobreveio a organização de outro poderoso Estado: O Império do Mali, do qual fazia parte a região montanhosa da Guiné. E foi o Império do Mali que levou o Islamismo para o coração da África Negra, substituindo, em grande parte, o animismo dos seus primitivos habitantes.

Com as grandes navegações do século XV, chegam às costas da Guiné os portugueses e, posteriormente, os espanhóis, os franceses e ingleses, iniciando uma luta que dura até os nossos dias: dos colonialistas contra as populações e estados nativos. Na segunda metade do século XIX é a corrente imperialista que começa, conseguindo os franceses a preponderância num país enfraquecido pelas rivalidades feudais.

A gloriosa luta de SAMORY TOURE

Entre os anos de 1870 e 1875, um soldado audacioso e patriota constituiu um Estado organizado na região hoje

denominada de Alta Guiné (Planalto Central). Chamava-se ele SAMORY TOURE. Aos franceses foram necessários sete anos (1891-1898) para esmagarem a feroz resistência dos soldados de SAMORY, que somente foi vencido pela traição. Deportado para o Gabon, morre no exílio, no ano de 1900, afirmando que seu neto alcançaria aquilo que ele perseguia — a independência da sua pátria. Verdade ou não, lenda ou história, a previsão foi exata. Coube ao seu descendente — SEKOU TOURE — a missão de tornar a Guiné Livre do imperialismo francês.

O Jugo Colonial

Os 60 anos que a França dominou a Guiné foram décadas da mais cruel opressão, da exploração mais rapace e primária daqueles dois milhões de africanos. Não obstante as grandes riquezas naturais, a Guiné era a mais pobre entre todas as outras colônias da antiga África Ocidental Francesa. Isto chegou a tal ponto que, apesar de possuir dentro da A.O.F. as melhores terras para a produção agrícola, a Guiné não podia sequer abastecer a sua população de arroz, elemento básico da sua alimentação.

As taxas de «capitação» com os seus acréscimos constantes; a cultura obrigatória dos «campos dos comandantes» do Exército colonial; o trabalho forçado e não pago para a construção e manutenção das estradas de ferro, de rodagem e de edifícios para a administração; o recrutamento militar e imposto de sangue para as duas guerras mundiais, a subalimentação e a fome periódica — tal era o quadro do regime colonial.

Em 1951, a renda nacional «per capita» era calculada em pouco mais de 30 dólares anuais. Ao lado disso, as escolas e os hospitais só eram acessíveis a uma pequena minoria de privilegiados.

A colonização francesa teve, entretanto, aspectos positivos. Realizou a integração da Guiné no mundo moderno e conduziu o país para dentro do movimento de libertação nacional, para a tomada de consciência, que se manifestou a partir de 1946 com a formação do Partido Democrático da Guiné.

A população do país

A Guiné com seus 260 mil quilômetros quadrados, está praticamente dividida em 4 regiões naturais: A Baixa Guiné, zona litorânea, entre o mar e cadeia de montanhas, onde está situada sua Capital — Conakry; a Média Guiné, cadeia de montanhas, que se de-

nomina Fouta-Djalon, que varia de uma altitude de 500 a 1.500 metros, onde nascem os grandes rios do Ocidente africano; a Alta Guiné, região seca do planalto e a Guiné Florestal, na fronteira da Libéria e da Costa do Marfim.

Sua população, que chega atualmente a quase 3 milhões de habitantes, divide-se em vários grupos étnicos, falando línguas diversas, com hábitos e costumes próprios. Na Baixa Guiné, os Nalou, os Baga, os Sandouman e os Soussou. Esses últimos impuseram a sua língua em toda a região. No Fouta-Djalon estão os Peulhs e os Diankeles, sendo que os primeiros vieram do Sudão e foram os que trouxeram o Islamismo. No planalto vivem os Tendes e na região das florestas os grupos: Kissi, Mannon, Guaré e Kono.

Falando várias línguas, toda a escrita porém, em francês, que é a única utilizada por todos.

Conforme explicou-nos um comerciante sírio, em Conakry, é fácil identificar-se o grupo étnico a que pertence cada pessoa. Pode-se ver nas feiras de cada um, uma cicatriz característica. As vezes são dois talhos curtos, outras vezes é um círculo, ou um largo talho.

Em relação ao continente africano, a Guiné tem uma população densa. São 11 habitantes por quilômetro quadrado. Mas na região de Fouta-Djalon o índice sobe para 50 habitantes.

A economia e as riquezas da Guiné

As riquezas naturais da pátria de Seku Toure são relativamente grandes. Terras férteis apropriadas para a lavoura, especialmente do arroz na região litorânea, que é muito úmida (média pluviométrica anual — 435 mm). Florestas não exploradas e muitos recursos minerais, como o ferro, o manganês, ouro, diamantes, a bauxita (maiores depósitos do mundo) etc.; imensa possibilidade de utilização de energia hidráulica.

Entre todas as colônias da A.O.F. a Guiné era aquela onde a economia mercantil era a menos desenvolvida e na qual predominava a pequena economia natural camponesa para o autoconsumo. O arroz é plantado na Baixa Guiné; o milho na Média e na Alta Guiné; a mandioca, na Baixa e na região das florestas. Os produtos agrícolas exportados são: a banana, o abacaxi, palmitos, o café, e a essência de laranja. Exportam também ouro, diamantes, ferro e a bauxita da ilha dos Loos, perto de Conakry.

NOVOS RUMOS



Sexo frágil, mas nem tanto

A juventude da Guiné, organizada pela seção da J.R.D.A., empenha-se com todo entusiasmo no enorme esforço que se vem desenvolvendo para tirar o país do atraso em que vivia. Prova disso é a participação das moças — que há dez anos viviam nas terríveis condições impostas à mulher num regime semifeudal — em todos os aspectos da vida econômica, social e política da Guiné. A foto nos mostra um grupo de jovens guineanas que, a exemplo dos homens, aprendem todos os segredos do manejo das armas de fogo, com o que estarão aptas a combater em qualquer terreno, inimigos eventuais.

Exigência de Bem-Estar

Homens, mulheres e crianças rezavam todas as noites, durante trinta e um dias do mês de maio. Não rezavam por rezar, nem desinteressadamente, por simples devoção. Pediam, pediam em compridas ladainhas. As vozes pausadas e aflitas eram ouvidas de longe, oculto no silêncio da noite que começava. Pediam pelos mortos. Mas pediam muito mais pelos vivos, por eles mesmos. Pediam um palmo de terra. Pediam sementes. Pediam cura para as doenças e remédios para os doentes. Pediam um lugar para ficar com os filhos. Pediam chuva. Pediam misericórdia. Muita avó costumava dizer que eles pediam tanto a todos os santos do céu, mas se os fazendeiros não lhes dessem alguma coisa morreriam de fome. Mas os fazendeiros, para deixá-los vivos, tomavam-lhes todas as coisas que pediam aos santos. Costuma perguntar-lhes, irrevorante e divertido, nos dias de seca: Cadê a chuva que vocês pediram?

Aquela reza era uma forma, a única forma de que dispunham para falar de seus problemas, para apresentá-los. Um coro de necessidades. As autoridades que conheciam eram os proprietários das terras. Autoridades duas vezes: pelas posses dos bens e pelo poder do governo de quem nem sabiam o nome. O governo era tão distante, tão estranho, tão desconhecido, tão inacessível, que até os santos lhes pareciam mais próximos.

Havia, também, no mês de maio, a tradição do casamento, como aqui. Casavam aos magotes, nas missões. No outro ano voltavam a rezar, pedindo pelos filhos, que nasciam de nove em nove meses, para morrer em muito menos tempo. Morriam às dúzias, às centenas. Assim mesmo, as mães não se acostumavam e choravam, porque não se cansa de querer a vida dos filhos. Casavam em maio, mas não se desquitavam nos meses seguintes, como aqui porque nem sabiam da existência desses atos. E repartir, o quê? Miséria? Bem ou mal iam pedindo juntos as pequenas coisas que os santos não davam nunca... E continuavam pedindo, com a paciência dos que não sabem que, nesse mundo de hoje, como no passado, não adianta pedir. Exige-se bem-estar. É o que faz o povo da Coreia do Sul, E o que faz o povo da África. E o do Japão, de acordo com as notícias do mês que vai andando. Há dois mil anos que muita gente anda pedindo as coisas que, até agora só foram conquistadas com as lutas que a história conta. Mas muitos pediram antes de lutar. E se eu tivesse jeito de fazer pedidos, só pediria, neste mês de maio de tantas tradições, que outras notícias sobre exigências de bem-estar fossem transmitidas, que muita gente tivesse meios de constituir novos lares e que os homens, as mulheres e as crianças, que rezam todas as noites, durante trinta e um dias, comessem a exigir as coisas que pedem, aflitadamente, e não receberam até hoje.

Por obra e graça da corrupção

Jânio: Tostão de Ontem, Milhões de Hoje

«Sujo por fora
e ainda mais
sujo por dentro»

(de um artigo de Carlos Lacerda em 1955)

Candidato a prefeito de São Paulo, a campanha eleitoral de Jânio Quadros teve por lema — «O tostão contra o milhão». Era a campanha de um homem de origem humilde, que fazia da sua anunciada pobreza o grande trunfo para a conquista do eleitorado. Mais tarde, candidato a governador, Jânio iniciou a sua nova campanha fazendo uma declaração de bens. Dizia então que a sua fortuna se limitava a um depósito bancário de 20 mil cruzeiros, um rádio, uma televisão e uma casinha hipotecada.

No entanto, mal terminavam os seus quatro anos de governo, Jânio Quadros, levando consigo mais cinco pessoas, realiza durante sete meses, por quase todos os países da Ásia e Europa, a mais espetacular e dispendiosa viagem de turismo que certamente já fez um político brasileiro. Cálculos nada exagerados estimam que esse passeio tenha custado 29 milhões de cruzeiros.

Como explicar o milagre da multiplicação dos tostões?

Nos artigos que Carlos Lacerda publicou em 1955 sobre Jânio (antes de ganhá-lo para o golpe) há muitos elementos que ajudam a compreender esse aparentemente estranho milagre. Sobretudo os artigos que se referem à corrupção de Jânio — «sujo por fora e ainda mais sujo por dentro».

A passagem de Jânio pelo go-
verno da capital e do Estado de São

Paulo está marcada por graves acusações de peculato — furto de dinheiro dos cofres públicos por quem os guarda ou administra. Corre ainda no Supremo Tribunal Federal um processo movido pela Prefeitura de São Paulo contra Jânio, no qual o antigo prefeito é acusado de subtrair e concorrer para que fossem subtraídos recursos do município «tanto em benefício próprio como alheio».

Trata-se do famoso panamá conhecido como «Plano de Emergência». Em 1953, Jânio obteve da Câmara Municipal 200 milhões de cruzeiros para despesas com o calçamento de ruas e outros melhoramentos. O dinheiro foi esbanjado ninguém sabe como. Para cobrir o rombo, mas alegando a necessidade de outras melhorias na cidade, o prefeito pediu à Câmara novo crédito de 200 milhões. Surpreendidos, os vereadores de São Paulo passaram a examinar o caso. Descobriu-se então não só que se desviara a maior parte dos primeiros 200 milhões (cuja conta, apesar de pedidos, não foram prestadas por Jânio), como também que as obras para as quais era solicitado o segundo crédito já estavam feitas. Era crime evidente de peculato, que logo mais arrastaria Jânio às barras do Supremo Tribunal.

Um detalhe de singular interesse é que, no processo em curso no STF, consta um ofício do prof. Carvalho Pinto, então secretário das Finanças da Prefeitura paulista, com a afirma-

Finge de morto para enganar os tolos

ção de que foram «lavrados vários contratos de empreitada em condições e montante que se evidenciaram desde logo incompatíveis com as leis vigentes».

Parece ter se iniciado aí o milagre da conversão dos tostões em milhões.

Falcatruas semelhantes verificaram-se com a presença de Jânio na chefia do governo estadual. Foi a que o Tribunal de Contas de São Paulo deixou perfeitamente claro ao julgar as contas de governador referentes ao exercício de 1958. Já não queremos aqui nos referir ao déficit de 4 bilhões e 500 milhões deixado por Jânio, mas às criminosas irregularidades apontadas pelo próprio Tribunal de Contas. O relator do processo no T.C., ministro Alcindo Bueno de Assis, ao fazer a verificação das contas, mencionou inúmeras despesas excedentes do crédito autorizado e mesmo sem dotação alguma, apontando ainda vários pagamentos realizados em excesso, em relação à requisição respectiva. Na conta «diversos responsáveis» aparece entre os devedores uma pessoa falecida (possivelmente haveria outras) e a «Mordomia dos Campos Eliseos», esta última responsável por \$1090.000,00. Isso levou o perito a indagar: «Quem é por acaso o responsável? Algum funcionário da Mordomia? Que tipo de responsabilidade é esta?».

O fato é que, em virtude dessas e outras irregularidades, deixaram de ser aprovadas, só no exercício de 1958, cerca de 150 milhões de cruzeiros. Mas a mesma coisa vinha acontecendo nos anos anteriores, como advertiu o próprio presidente do Tribunal de Contas, sr. Moura Rezende, depois de confirmar perante os ministros do T.C. que atingiram a um total impressionante as despesas feitas pelo governo de Jânio Quadros, em 1958, sem qualquer autorização.

Muitas outras trapaceiras poderiam ser citadas. Lembremos mais três apenas, das mais conhecidas.

— escândalo do asfaltamento. Em 1955 foi assinado o contrato nº 505 entre o Departamento de Estradas de Rodagem e a «Ipiranga Construtora S.A.» para a pavimentação de 1.100 quilômetros de estradas em 22 meses. Passados 2 anos, apenas 5 quilômetros estavam asfaltados. Mais de metade das 50 mil toneladas de asfalto encomendadas à Shell-Mex foram inutilizadas. O prejuízo para o Estado elevou-se a mais de 100 milhões de cruzeiros. Nas vésperas da campanha eleitoral de Carvalho Pinto intensificou-se a pavimentação. Dias depois, porém, as estradas estavam lá das esburacadas, muitas delas intransitáveis. Por quê? A negociata veio a furo: a pavimentação foi feita com uma espessura de asfalto três vezes menor do que o previsto. A diferença foi para o bolso dos empreiteiros, amigos e cabos eleitorais de Jânio Quadros;

— plano hidrelétrico. Basta aqui reproduzir o trecho de um editorial da «Folha da Manhã» de 31 de janeiro de 1959: «A execução do plano hidrelétrico foi moralmente comprome-

Farsante consumado, Jânio Quadros não vacila até mesmo em se fingir de morto, contanto que isso seja necessário para escapar à vigilância do povo e enganar os incautos. Mas do que Jânio gosta é mesmo de se fingir de «moralizador dos costumes» e inimigo da corrupção. Pura farsa, no entanto. Jânio é responsável por vários assaltos aos cofres da Prefeitura e do Estado de São Paulo, tendo sido arrastado por um deles às barras do Supremo Tribunal Federal. Protegendo contrabandos e acobertando a jogatina do Jockey Club, Jânio desviou fabulosos recursos do Estado para financiar a campanha do seu amigo e sucessor Carvalho Pinto.

tida pela entrega da construção da usina de Itararé, no valor de mais de 5 bilhões de cruzeiros, sem concorrência, a determinada firma;

— escândalo da estreptomina.

Em 1958, graças a insistentes denúncias do dr. Manuel de Paula Cordeiro, verificou-se que há 18 meses, o Estado vinha distribuindo para os hospitais de tuberculosos estreptomina que, além de adulterada estava sendo comprada a 35 cruzeiros a grama, quando o preço na praça era de 10 cruzeiros. A falcatrua custou ao Estado 100 milhões de cruzeiros. Era secretário da Saúde de Jânio o sr. Franze Carlos, irmão de Etilio Carlos, presidente do PTN. Quanto a Jânio, mandou arquivar o processo resultante da denúncia e punir o denunciante...

Corrupção eleitoral

Fantasiando-se de «moralizador dos costumes», a verdade é que Jânio está acostumado a eleger-se e eleger os seus amigos à base da mais desbragada corrupção política. O mal é antigo, acompanhando-o desde o pleito para a Prefeitura paulista. Não foi contestada até hoje, por exemplo, a denúncia de que Jânio Quadros, às vésperas de sua eleição para prefeito, encontrou-se na residência do sr. Humberto Casciano, à rua Glória nº 200, com três emissários do PSP, que lhe entregaram 850 mil cruzeiros em troca do compromisso de, se eleito, dar-lhe duas secretarias. Como garantia, Jânio passou para as mãos dos emissários dois decretos em branco com a sua assinatura, cujos originais se acham em poder do senador Lino de Matos.

Na eleição para governador é sabido que Jânio recebeu 8 milhões de

cruzeiros do sr. José Cintra Gordinho, com o compromisso de fazê-lo presidente do Banco do Estado — compromisso que, como tantos outros, não foi cumprido.

A política corruptora do amigo de Rockefeller aparece ainda mais evidente é na campanha para a eleição do sr. Carvalho Pinto. A «Folha da Manhã», que sempre apoiou o atual governador de São Paulo, escrevia em sua edição de 31 de janeiro de 1959: «No ano de 1958, assistimos à mais ousada interferência no processo eleitoral de que há memória em nossas lutas políticas. Jogou-se dinheiro do Estado em obras precárias, fizeram-se empréstimos com efeito político imediato e auxílios sem plano, a não ser o do cabo eleitoral. Essa orgia deve ter custado ao Tesouro mais do que o seu déficit anunciado de 4 bilhões».

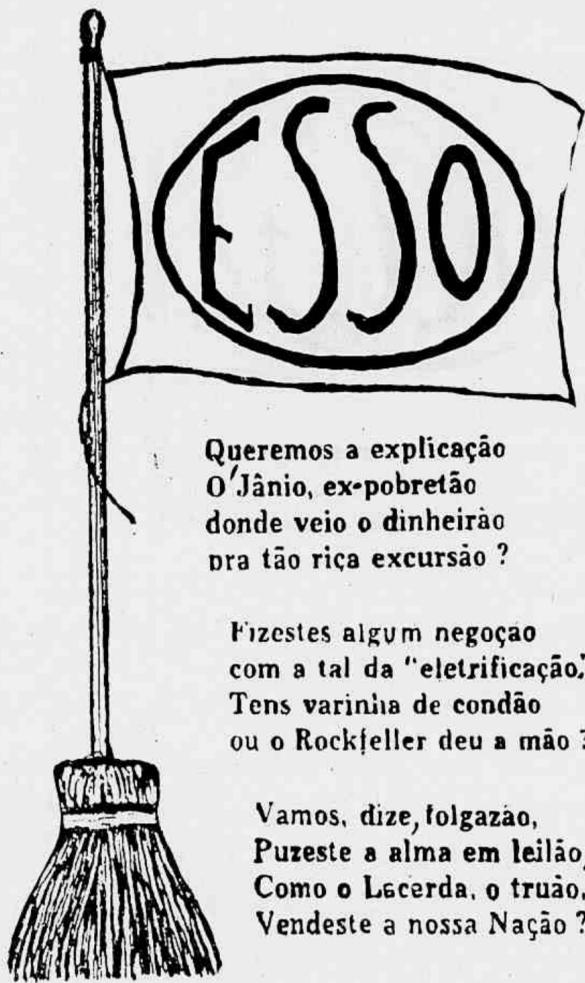
Foi o caso, por exemplo, dos «empréstimos» feitos, através da Caixa Econômica e do Banco do Estado, superiores a 100 milhões de cruzeiros, à Organização Vitor Costa (rádio e televisão) para a propagação da candidatura de Carvalho Pinto. Empréstimos, aliás, expressamente proibidos pelo art. 18 da lei 1.164, de 7-8-1951, que veda o financiamento a estações de rádio e televisão.

Entre as obras precárias a que se refere a «Folha da Manhã» — feitas só com o objetivo de negociata e corrupção — está o «plano de eletrificação». Mais de três bilhões de cruzeiros (resultantes do adicional de 10% sobre todos os impostos e da quota-parte do Estado no imposto único sobre energia elétrica) foram empregados na compra de 80 micro-

usinas diesel elétricas para serem distribuídas entre os municípios com o fim de garantir o apoio de prefeitos e chefes políticos. Eram usinas contraindicadas, de rapidíssimo desgaste e consumindo quantidades enormes de combustível importado (fornecido pela Standard Oil), quando o racional seria o Estado pôr em execução um plano sério e honesto de aproveitamento dos recursos hidrelétricos do Estado. O «plano de eletrificação» não passou, em verdade, de uma tremenda falcatrua eleitoral e uma fonte de negociações.

Neste capítulo queremos por fim lembrar a carta com que Jânio comprovou o apoio do Partido Socialista, senão de São Paulo, à candidatura de Carvalho Pinto. O seu «fac-símile» foi publicado em «O Semanário» de 19-9-1959. É um documento que serve também para mostrar que Jânio recorre à mais deslavada mentira quando proclama a sua «independência» em relação aos partidos. Nessa carta, simplesmente, Jânio propõe que o apoio do PSB a Carvalho Pinto seja negociado por 9 cargos, detalhadamente especificados. Não há a menor exigência de outra programática: tudo se reduz a cargos, isto é, a trampalins para fraudes e traficâncias às custas do dinheiro do povo. É através desses métodos retrógrados e corrompidos que Jânio tem o cinismo de se apresentar como o grande «reformador dos costumes políticos».

Afinal, o mistério que explica como o tostão de Jânio se converteu nos milhões que hoje possui e gasta nada tem de impenetrável. É tão velha como a corrupção, a fraudes, o peculato, as negociatas.



Queremos a explicação
O Jânio, ex-pobretão
donde veio o dinheiro
pra tão rica excursão?

Fizestes algum negócio
com a tal da «eletrificação»?
Tens varinha de condão
ou o Rockefeller deu a mão?

Vamos, dize, folgazão,
Puzeste a alma em leilão,
Como o Lacerda, o truão,
Vendeste a nossa Nação?

O pobretão
da «Esso»

Volantes como este, fazendo perguntas que Jânio já agora não respondeu, foram distribuídos às centenas de milhares em várias cidades de São Paulo no dia em que o amigo de Rockefeller chegava de sua fabulosa excursão turística em volta do mundo.

NOVOS RUMOS

ANO II

Rio de Janeiro, semana de 13 a 19 de maio de 1960

Nº 63

Contrabando Jogatina

Por que o governador Jânio Quadros removeu da Polícia Marítima de Santos o major Costa Júnior, conhecido por reprimir severamente o contrabando?

E por que perseguiu e demitiu o fiscal da Fazenda do Estado, Jarbas de Barros Galvão, depois que este denunciou as atividades fraudulentas de Chaim Felzenwarbe, que tinha como seu contador o capitão Aderito Gonçalves, ajudante de ordens de Jânio?

— plano hidrelétrico. Basta aqui reproduzir o trecho de um editorial da «Folha da Manhã» de 31 de janeiro de 1959: «A execução do plano hidrelétrico foi moralmente comprome-

E como se explica que Jânio dissesse em sua campanha para governador que «enquanto as crianças de São Paulo morrem de fome, os cavalos do Jockey Club passam a leite em pó» e tenha, depois de eleito, passado a receber mensalmente 200 mil cruzeiros do Jockey a título de ajuda às obras de assistência social?

Demos a palavra ao «Diário de São Paulo»: «Se por um lado é doloroso ver-se o governador de um Estado — o mais importante da federação — aliado a uma arapuca, por outro é doloroso assistir-se ao desmoronamento de mais um pseudolider que fazia praça de seus pendoros democráticos, de sua autoridade política, de suas virtudes teológicas». Só que no segundo caso nada há a lamentar.

Filhotismo

Sob o pretexto de moralizar o serviço público, Jânio ordenou demissões em massa do funcionalismo, tanto na Prefeitura como no Estado, levando a desespêro a milhares de famílias. Houve inclusive casos de suicídio. Mas era tudo para proteger a sua clientela eleitoral, para satisfazer às «composições políticas». Entre 1-2-1955 e 30-6-1958 o «moralizador» nomeou 27.282 novos funcionários, representando 21% do total do funcionalismo do Estado. E, segundo informa a revista ianque-janista «Visão» (5-2-1959), nos últimos quatro meses de seu governo foram nomeados mais 15.868 funcionários. Houve, então, os piores bandalheiras, inclusive falsificação de assinaturas, em que se destacaram principalmente os «socialistas» do sr. Alípio Correia Neto.

ASSINADO O PRIMEIRO CONTRATO

Moscou Vai Beber Santos Tipo 4

Nem mesmo cinco horas de espera e outras tantas de uma sabatina não programada com numerosos jornalistas tornaram menos alegres os dirigentes do Instituto Brasileiro do Café, sexta-feira última, quando da assinatura do primeiro contrato de venda de café brasileiro à União Soviética. A solenidade de assinatura havia sido marcada para as 17.30 horas. Entretanto, um atraso no programa de visita dos membros da missão comercial soviética a Volta Redonda fez com que a solenidade se pudesse realizar-se às 22.30. A começar pelo presidente da autarquia, sr. Renato Costa Lima, todos os dirigentes e funcionários presentes ao ato não ocultavam sua satisfação, plenamente justificada. Naquele momento, com efeito, abria-se uma nova linha de comércio para o Brasil, na qual o dinâmico presidente do IBC, como todas as pessoas de visão deste país, deposita fundadas esperanças.

— O importante — disse e repetiu o sr. Costa Lima — não é tanto que o Brasil venda este ano à URSS as 330 mil sacas de café previstas no acordo de Moscou, mas as vastas possibilidades que o fato encerra. Entramos em efetivo contacto com um vasto mercado que, no futuro, poderá comprar-nos até 20 milhões de sacas por ano.

De sua parte, os representantes soviéticos — toda a delegação compareceu ao ato — manifestavam o mesmo estado de espírito. Solicitos aos pedidos dos fotógrafos e cinegrafistas, abraçavam-se e apertavam-se as mãos soviéticos e brasileiros e uma nota curiosa foi o abraço da jovem e bonita intérprete soviética, Eva Zelenina, naturalmente alvo principal dos pedidos dos fotógrafos para as poses.

Primeira partida

O primeiro embarque de café para a URSS — objeto do mencionado contrato — corresponde a cerca de 63 mil sacas, ou aproximadamente 3.800 toneladas, devendo efetuar-se ainda este mês, ou em junho, ou, ainda, em duas partidas. Constitui um sexto das compras previstas de café este ano, pela URSS. O restante poderá ser exportado com a renovação do contrato mediante simples troca de cartas entre o IBC e as autoridades soviéticas.

Estado das negociações

O café é apenas um dos itens do acordo comercial firmado entre o Brasil e a URSS, dezembro último, em Moscou. Outros itens referem-se ao petróleo, ao trigo, máquinas e outros produtos soviéticos e, ainda ao cacau, couros, sementes e óleos vegetais brasileiros. No sentido de facilitar o estudo das transações específicas, brasileiros e soviéticos decidiram dividir o trabalho em quatro grupos: 1) questões de pagamentos; 2) contratos de trigo; 3) contratos de petróleo; 4) contratos de café.

No momento em que redigimos estas notas apenas dois dos grupos acima já concluíram seus trabalhos: o do café e o de questões de pagamentos. No que se refere ao último, o Conselho da SUMOC determinou a execução de várias medidas que permitirão, logo depois de concluídas as negociações com a delegação soviética, a licitação de dólares-convenção sobre a União Soviética, nas bolsas de valores. Além disso, após a conclusão das negociações, o Banco do Brasil firmará um convênio com o Banco da URSS para abertura de um crédito técnico de quatro milhões de dólares, em cada país, a fim de possibilitar o comércio normal soviético-brasileiro.

A licitação de divisas para o comércio com a URSS nas bolsas de valores possibilitará praticamente a participação direta de firmas particulares brasileiras no intercâmbio.

Afirma-se, ainda, que o grupo que estuda os contratos do trigo está com os seus trabalhos praticamente concluídos.

Contactos com homens de negócio

Além do programa de visitas oficiais, que se iniciou com a viagem a Volta Redonda, os delegados soviéticos têm mantido contactos com entidades do comércio e com homens de negócios. Na visita realizada à Associação Brasileira de Exportadores, por exemplo, foi discutida a possibilidade de serem exportados para a URSS 10 milhões de dólares em couros.

Particularmente interessante, porém, foi o encontro realizado entre os representantes soviéticos e numerosos industriais e comerciantes na Associação Nacional de Máquinas, Veículos, Acessórios e Peças (ANMIVAP). Nessa oportunidade, após ouvir dos líderes presentes o desejo de estabelecer um

eficaz intercâmbio com a URSS, o chefe da missão soviética, sr. Chenchikovski declarou que os entendimentos firmados pela nossa missão comercial que esteve em Moscou já deixaram entrever as mais favoráveis possibilidades de comércio. «As bases iniciais para as transações futuras já estão assentadas, e trarão benefícios tanto para a URSS, como para o Brasil», declarou o chefe da missão soviética.

Entendimentos diretos

Na mesma ocasião, o sr. Chenchikovski, respondendo a uma pergunta do sr. Hélio Gomide, diretor da ANMIVAP, esclareceu que os negócios que se discutirem poderão ser concretizados diretamente entre firmas brasileiras e organizações comerciais russas. Uma breve exposição sobre os produtos exportáveis de cada parte foi feita, então. Dos catálogos soviéticos constavam modelos de aviões, helicópteros, navios de todos os tipos, máquinas e implementos agrícolas, perfuratrizes, motores, geradores, máquinas pesadas (siderurgia), tratores, compressores, produtos químicos, equipamento médico e dentário e um sem número de produtos da indústria leve e pesada. Do Brasil, pretendem eles importar café, cacau, açúcar, pimenta do reino, óleos vegetais, couros, lãs, fibras, e outros produtos.

As possibilidades de comércio com a União Soviética estão sendo encaradas pelos círculos de negócios do país como as mais promissoras. A este respeito, um comentarista econômico do «O Estado de S. Paulo» escreveu: «Na verdade, os representantes soviéticos oferecem tudo ou quase tudo quanto possa interessar à economia nacional: equipamento para a «Petrobrás», máquinas operatrizes e rodoviárias, instalações fabris inteiras, aviões, produtos químicos, etc. A receptividade de nossas classes produtoras a tais propostas é tal que há industriais que fazem fila, ansiosos por colocar pedidos.»

Por fim, o desenvolvimento desse primeiro contacto autoriza a crer que as provocações anti-soviéticas, tanto no Brasil, como o episódio do avião-espião dos Estados Unidos, não influirão no nascente intercâmbio soviético-brasileiro. São do jornal mencionado estas palavras: «A vinda da missão soviética ao nosso país oferece-nos a imagem dessa coexistência pacífica que convém não seja perturbada pelo incidente que se verificou nos céus da Rússia.»



Café

UNE

MINAS

Três Conferências Sobre Marxismo

Belo Horizonte (Do Correspondente) — Foram muito aplaudidas as conferências aqui pronunciadas, dias 25, 27 e 29 últimos, sob o patrocínio do Diretório Central dos Estudantes, pelo dirigente comunista Jacob Gorender, que abordou temas da doutrina marxista. O amplo auditório da sede do DCE esteve todas as noites (foram pronunciadas 3 conferências) superlotado. E o interesse da assistência se manifestou também pela animação dos debates que se seguiram à palavra do conferencista. Jacob Gorender desenvolveu os seguintes temas: «Materialismo moderno», «A sociologia marxista» e «O humanismo marxista».

As reuniões foram presididas pelo líder estudantil Nilo Tavares, presidente do DCE. Além de estudantes, que constituíram o grosso da assistência, compareceram parlamentares (deputados Ladislau Sales, líder do PTB na Assembleia, Ernani Maia, Frederico Pardini), o ex-deputado Fabricio Soares, intelectuais e trabalhadores.

O conferencista foi sempre muito aplaudido e recebeu, no hotel em que ficou hospedado, muitas visitas de cumprimentos.

Nota Econômica

Há dias, as entidades da lavoura cafeeira de S. Paulo e do Paraná iniciaram virulenta campanha pela queima imediata dos cafés da chamada colta de expurgo armazenados pelo Instituto Brasileiro do Café. Segundo os regulamentos desta autarquia federal, dez por cento da safra cafeeira são constituídos de expurgos, impróprios para o consumo. Estimase que o total de sacas de café de expurgo estocado pelo IBC ascenderá a sete milhões no fim da presente safra, isto é, dentro de mês e meio.

Apesar de impróprio para o consumo, esse café foi comprado pelo IBC aos fazendeiros e sua armazenagem exige recursos vultosos. Queimado, portanto, os fazendeiros nada perderiam, pois, já embolsaram o dinheiro que lhes pagou o IBC. De tal modo, o que eles pedem é que o governo queime um café comprado com o dinheiro da nação. Assim, o povo seria o único a perder. E para quê? Para reduzir os estoques e assim valorizar o café, isto é, assegurar aos fazendeiros mais dinheiro nas safras futuras. Tão absurda e escandalosa é a pretensão que mesmo um jornal como «O Estado de S. Paulo» escreveu: «De fato, os pronunciamentos favoráveis à incineração encontram explicação na mentalidade de alguns lavradores que se acostumaram à ideia de produzir café exclusivamente para o governo (...) unicamente com o objetivo de receber dinheiro do Tesouro da União.»

Outra razão apontada para a campanha seria a de encobrir fraudes de alguns fazendeiros, os quais, entre as sacas de expurgo, incluíram centenas de milhares contendo apenas patas e pedras. Incinerado o expurgo, o crime permaneceria encoberto.

Com toda procedência, as Indústrias Matarazzo, no relatório da diretoria há dias publicado, denunciam tais pretensões de «propostas medievais». A mesma posição de condenação é tomada por outros setores econômicos e da opinião pública.

De tal maneira, o sr. Renato Costa Lima está bem

Dicionário

«Swap»

Em 1959, alcançou grande difusão em nosso país a operação cambial denominada «swap» (tese: suóp). A operação consiste num empréstimo que se faz em duas partes, em moedas diferentes, através de um contrato no qual são especificados: o montante da operação; a taxa de conversão de uma moeda na outra; a taxa ou as taxas de juros; o prazo de vigência do «swap», findo o qual cada uma das partes restituirá à outra a quantia tomada em empréstimo, na mesma moeda em que tomou o acréscimo dos juros.

Tomemos um exemplo: o Banco do Brasil precisa, suponhamos, de 20 milhões de dólares para atender a compromissos de pagamentos do governo brasileiro nos Estados Unidos. Entretanto, não dispõe dessa quantia. Procura, então, uma firma americana, a «Anderson Clayton», e lhe propõe um contrato de «swap»: o Banco receberá da firma os 20 milhões e, ao mesmo tempo, lhe emprestará determinada quantia em cruzeiros, fixada segundo uma taxa de câmbio convencional. Habitualmente, o Banco do Brasil tem estabelecido, como taxa de conversão para o «swap», 92 cruzeiros por dólar. Nesse caso, «Anderson Clayton», como contrapartida ao empréstimo feito de 20 milhões de dólares, tomaria emprestado ao Banco um bilhão e 840 milhões de cruzeiros. Se o prazo de vigência do «swap» fosse de dois anos e a taxa de juros fixada fosse de cinco por cento ao ano, para ambas as partes, teríamos que, ao fim do contrato, o Banco do Brasil deveria restituir à «Anderson Clayton» cerca de 22 milhões de dólares, ao mesmo tempo em que esta deveria restituir ao Banco do Brasil cerca de 2 bilhões de cruzeiros, computados, num caso e noutro, os juros.

Segundo a revista «Conjuntura Econômica», as operações de «swap» no ano passado montaram a cerca de 110 milhões de dólares e foi esse o principal recurso de que lançou mão o governo para reduzir o déficit cambial previsto em princípios do ano, em 300 milhões de dólares.

Tratando-se de uma operação que, na realidade, é um empréstimo, uma vez que os dólares proporcionados pelo «swap» terão que ser restituídos (geralmente o prazo estabelecido é curto ou médio), o desatôgo cambial é apenas imediato; no mesmo tempo, implica em onerar pesadamente o orçamento futuro de câmbio. Quer dizer: se as exportações do país não se expandirem, a ponto de fornecer recursos para o resgate dos «swaps» nos prazos estabelecidos, uma situação ainda mais aguda será criada.

Por outro lado, tendo em vista o processo inflacionário, que se tornou vertiginoso, nos últimos anos no Brasil, o «swap» encerra outra séria desvantagem para nós. Quando o contrato do nosso exemplo estiver vencido, teremos que restituir os 22 milhões de dólares (cuja desvalorização é consideravelmente menor que a do cruzeiro), no mesmo tempo em que receberemos de volta os dois bilhões de cruzeiros. Ora, como a desvalorização do cruzeiro tem sido em média de 25 por cento, aproximadamente, ao ano, dentro de dois anos os dois bilhões de cruzeiros estarão com sua capacidade aquisitiva reduzida à metade. Um péssimo negócio, portanto.

Como se vê, o recurso ao «swap», amplamente utilizado pelo Brasil, sobretudo no ano passado, está longe de constituir a solução reclamada pela economia nacional para assegurar a normalidade nas transações com o exterior.

Queima de Café ou Industrialização?

apoiado para proclamar, como o fez, que nenhuma saca de café será queimada enquanto for o presidente do IBC. E, como contrapartida, indica outro destino ao expurgo: a industrialização. É evidente — e há consciência disto — que essa providência será apenas uma solução parcial para o problema, pois o café industrializável constitui uma pequena fração dos depósitos do IBC ou de ca a safra.

A questão da industrialização do café já proporcionou ademais, outra proveitosa lição. É que o IBC contratou nos Estados Unidos a vinda de um grupo de técnicos, para estudar os aspectos econômicos e tecnológicos da industrialização. Fazem parte de um instituto da Califórnia que estuda a produção do café sintético. Em apenas 17 dias de permanência no Brasil, elaboraram um relatório cuja pobreza quanto às indicações técnicas concretas e cuja inexistência no que respeita aos dados econômicos ficaram logo patentes, como afirma o mencionado relatório das Indústrias Matarazzo, para tirar esta conclusão sensata e patriótica: «Acreditamos, porém, isto sim, que seja sempre perigoso confiar estudos e experiências a quem, como condição fundamental, não possa identificar o seu próprio interesse com o transcendente interesse nacional.»

Todavia, em que pese o verdadeiro logro dos especialistas americanos, já foram obtidos resultados positivos e promissores na industrialização do expurgo do café. Na semana passada foram exportados os primeiros sacos de café produzidos no Brasil. Se bem que ainda em pequena quantidade, começa a ser uma nova fonte de divisas. Margarina, óleo, graxa, adubos — tudo extraído do café começa a ser produzido. Dois milhões de sacas de expurgo já foram vendidas pelo IBC havendo perspectiva imediata de venda de outros três milhões.

Assim, os que hoje reclamam a queima do café não passa de vezes isoladas e retrógradas, de latifundiários que esperam porque sua hora sou. J. A.



15 Anos de Libertação da Tchecoslováquia

No último dia 9, transcorreu o décimo quinto aniversário da libertação da Tchecoslováquia da ocupação nazista.

É de se acentuar que as relações entre o Brasil e a Tchecoslováquia vêm se desenvolvendo num ambiente em que a mútua compreensão concorre para que os interesses recíprocos sejam crescentemente atendidos. Do ponto-de-vista

econômico, basta um dado, bem expressivo: dez mil tratores de fabricação tcheca funcionam em nosso país. Brevemente virá ao Rio uma missão comercial tchecoslovaca que examinará, com o nosso governo, medidas de intensificação do intercâmbio comercial entre os dois países. Por outro lado, também se estreitam as relações culturais e esportivas.

Comemorando a data da libertação de seu país, o ministro Jaroslav Kuchválek ofereceu, em sua residência, uma recepção à sociedade carioca. Elevadíssimo foi o número de pessoas presentes: representantes do corpo diplomático, autoridades, artistas e intelectuais, jornalistas. (Na foto, o ministro Jaroslav Kuchválek em palestra com o embaixador e a embaixatriz de Cuba).

Tribuna de Debate

Afirma o camarada Maurício Grabois que «estas são momentos de definição» e que «as posições devem ficar claras». Difícilmente alguém discordará de tão oportuna proclamação. Mas é certo, do mesmo modo, que muitos recordarão o debate público de 1956 e 1957, em que o camarada Grabois, apesar de sua alta responsabilidade ou talvez por isso mesmo, cingiu-se à ausência. Seja, todavia, antes tarde do que nunca. Agora mais perto da planície, o nosso prezado camarada possui o inegável mérito de ter saído à luta entre os primeiros. Daqui, deste canto da «Tribuna de Debates», pedimos que receba as nossas calorosas saudações.

Em três alentadas páginas do jornal, abordou o camarada Grabois um vasto círculo de assuntos. Discordamos da linha essencial de sua abordagem e tentaremos expor tal discordância no que se refere a alguns daqueles assuntos. Iniciaremos pela questão do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, questão que julgamos um dos pontos de partida objetivos para a elaboração da linha política da vanguarda do proletariado.

Já não existem dúvidas, entre nós, de que, no período mais recente, processou-se no país um desenvolvimento econômico importante. Reconhece-o o camarada Grabois e assinala que a Declaração de março de 1958, teve o mérito de destacar esse processo. Na verdade, foi a Declaração o primeiro documento oficial do Partido que tomou em consideração o processo objetivo do desenvolvimento capitalista no Brasil, embora tal processo já tivesse não menos de um decênio de peculiar aceleração. É curioso registrar que, precisamente em 1954, quando o Programa aprovado no IV Congresso, falava em «estancamento» e em «atraso crescente», a produção industrial do país apresentou um dos seus mais altos índices de crescimento (V. «Revista Brasileira de Economia», março de 1959, pág. 21). Pensamos ser impossível negar que, nesta obstinação em ignorar um processo real de tão sérias consequências, residiu um dos elementos principais do subjetivismo antimarxista da linha política anterior à Declaração.

As divergências se manifestam, pois, em torno de outra questão, ou seja, quando se trata de analisar as características do processo de desenvolvimento capitalista e de determinar a atitude dos comunistas diante dele.

Ao abordar o problema o camarada Grabois afirma que a Declaração defende, no essencial, «uma linha oportunista de direita», «exagera a importância do desenvolvimento do capitalismo», «subordina inteiramente a ele a sua orientação e «embeleza o capitalismo». A mesma é também a acusação do camarada Pedro Pomar.

Somos de opinião que o camarada Grabois deturpa flagrantemente o documento aprovado no pleno de março de 1958. E o faz não só com as afirmações acima citadas como em todo o extenso capítulo que dedica à Declaração. A impressão, para quem a tenha lido, é que o autor de «Duas concepções, duas orientações políticas» não se refere à Declaração propriamente, mas a algum outro documento não publicado ainda e do seu privativo conhecimento. A exposição das deturpações que o camarada Grabois pratica com a Declaração pode ser excelente tema para todo um artigo. Aqui nos limitamos a solicitar dos leitores que confrontem, ponto por ponto, o texto da Declaração com o item 6 do artigo do camarada Grabois.

O fato incontestável é que a Declaração, no seu capítulo I, após apresentar alguns fenômenos mais evidentes do desenvolvimento capitalista, afirma textualmente: «O desenvolvimento capitalista, entretanto, não conseguiu eliminar os fatores negativos, que determinam as características do Brasil como país subdesenvolvido. Ao tempo em que se incrementam as forças produtivas e se aprimoram as novas relações de produção capitalistas, conservam-se em vastas áreas as relações atrasadas e permanentes a dependência diante do imperialismo, particularmente o norte-americano».

A Declaração, em seguida, enumera uma série de fenômenos reais, que derivam da exploração imperialista e do monopólio da terra. Leia-se ainda a parte final do capítulo II, que examina a política do governo Kubitschek, assinalando não somente que contém «aspectos positivos de caráter nacionalista e democrático», como frisando, com toda a ênfase, que aquela política «não atende aos interesses nacionais e às aspirações das massas populares em questões essenciais». No capítulo V, a burguesia está caracterizada como «uma força revolucionária inconsequente, que vacila em certos momentos, tende aos compromissos com os setores entreguistas e teme a ação independente das massas». Em contraposição, é afirmado que é o proletariado que tem interesse no desenvolvimento antimperialista e democrático consequente. É incontestável, por fim, que a Declaração propõe, também no seu capítulo V, uma plataforma de luta, que se concentra justamente, em termos de generalidade, nas questões essenciais de um desenvolvimento antimperialista e democrático consequente.

A Declaração não adotou, por conseguinte, atitude objetivista ou laudatória quando focalizou, como não podia deixar de fazê-lo, o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, mas foi diretamente crítica diante da sua natureza e dos seus resultados, ao mostrar que esse desenvolvimento não conseguiu eliminar os fatores fundamentais que obstaculizam a emancipação e o progresso do povo brasileiro, ao denunciar os aspectos negativos essenciais da política do governo Kubitschek, ao apontar a inconsequência da burguesia e ao traçar uma tática consequente para o proletariado e para as demais forças revolucionárias.

Como, então, falar em «exagero», «embelezamento» ou «exaltação» do capitalismo? Acreditamos que o atual debate pode contribuir para revelar erros na Declaração e nos documentos posteriores do Partido, inclusive nas Teses, mas isto não será atingido com o emprego do método de deturpar e falsificar.

JACOB GORENDER (E. da Guanabara)

Crítica ou Falsificação?

Aqui passamos para um segundo ponto. É que o camarada Grabois, ao fazer a crítica da linha política atual, refere-se exclusivamente à Declaração. No início do seu artigo, manifesta a sua oposição às Teses, mas, em seguida, em três páginas inteiras de jornal, não as cita uma única vez. O que não o impede de aproveitar, sem mencionar a fonte e, está claro, à sua maneira, numerosos elementos das Teses, para a parte de análise da situação objetiva e para a plataforma de ação política apresentada no seu artigo. Nestes limites, é necessariamente parcial a apreciação da linha política atual, uma vez que não leva em conta, além da Declaração, dois outros documentos de significação primordial: o informe de janeiro de 1959 e as Teses ora em discussão.

A Declaração encerra para nós a importância de ter marcado o momento de reviravolta na orientação do Partido. Foi seu papel sistematizar valiosas, que vieram à luz no debate posterior ao XX Congresso do PCUS. A Declaração não constitui, assim, o resultado de misterioso conluio imposto de surpresa ao CC, como dizem alguns camaradas, mas a síntese pública de que participaram centenas de companheiros, em uma reunião coletiva e pública de todo o país. Mas a Declaração foi e não podia deixar de ser apenas o ponto-de-partida, a primeira aproximação para a formulação de uma linha política correspondente à realidade concreta da sociedade brasileira e da situação internacional em presença. Seria absurdo que fizéssemos da Declaração tabu semelhante ao Programa do IV Congresso e com ela paralisássemos a elaboração da nossa linha política. Da prática da nova orientação, da continuação dos estudos, pesquisas e do desenvolvimento dos processos objetivos, em particular das lutas de massas deviam ser extraídos novos elementos essenciais, que, incorporados à linha política, tornam-na mais profunda e multilateral, mais concreta e precisa. Não há, portanto, nada de surpreendente que as Teses formulem de maneira diferente e mais rica uma série de questões sem que isto entre em contradição formal com a afirmação, que consideramos justa de que a Declaração foi comprovada nos seus aspectos essenciais.

Preocupado com uma crítica de caráter destrutivo, o camarada Grabois omite esses elementos novos, que completam e superam a Declaração, em questões não só secundárias como também fundamentais. Uma dessas questões fundamentais é a dos dois cursos possíveis de desenvolvimento capitalista (possíveis no momento presente), o que a Declaração já havia assinalado, porém de modo demasiado geral e impreciso.

O informe de janeiro de 1959, publicado em folheto, com assinatura do camarada Prestes sob o título «A Situação Política e a Luta por um Governo Nacionalista e Democrático», apresenta, a este respeito, nitido avanço sobre a Declaração e é, em seu conjunto, tão significativo quanto aquela. Foi destino do informe provocar decepção, ao mesmo tempo, a «esquerdistas» como a «direitistas». Aos primeiros porque lhes tirava argumentos preciosos para a oposição sistemática à linha da Declaração e aos segundos, porque perceberam que as tendências oportunistas manifestadas com certa força em meados de 1958 não seriam cristalizadas nos novos termos de direita. Não consideramos que tais tendências sejam inerentes à Declaração, em si mesma. Já é experiência internacional que a aplicação de uma tática ampla de frente única suscita comumente inclinações de caráter direitista, que consistem, por assim dizer, o subproduto, o bagaço da aplicação dessa tática. Nem por isso deixaremos de aplicá-la, assim seja correta e necessária. O que é indispensável é que o Partido dê o devido destino a cada um dos cursos possíveis de desenvolvimento capitalista, impedindo que se amontoe e venha, por fim, a submergir tudo e toda a ênfase, que aquela política «não atende aos interesses nacionais e às aspirações das massas populares em questões essenciais». No capítulo V, a burguesia está caracterizada como «uma força revolucionária inconsequente, que vacila em certos momentos, tende aos compromissos com os setores entreguistas e teme a ação independente das massas». Em contraposição, é afirmado que é o proletariado que tem interesse no desenvolvimento antimperialista e democrático consequente. É incontestável, por fim, que a Declaração propõe, também no seu capítulo V, uma plataforma de luta, que se concentra justamente, em termos de generalidade, nas questões essenciais de um desenvolvimento antimperialista e democrático consequente.

A Declaração não adotou, por conseguinte, atitude objetivista ou laudatória quando focalizou, como não podia deixar de fazê-lo, o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, mas foi diretamente crítica diante da sua natureza e dos seus resultados, ao mostrar que esse desenvolvimento não conseguiu eliminar os fatores fundamentais que obstaculizam a emancipação e o progresso do povo brasileiro, ao denunciar os aspectos negativos essenciais da política do governo Kubitschek, ao apontar a inconsequência da burguesia e ao traçar uma tática consequente para o proletariado e para as demais forças revolucionárias.

Como, então, falar em «exagero», «embelezamento» ou «exaltação» do capitalismo? Acreditamos que o atual debate pode contribuir para revelar erros na Declaração e nos documentos posteriores do Partido, inclusive nas Teses, mas isto não será atingido com o emprego do método de deturpar e falsificar.

mo abstrato e não especificamente o capitalismo russo.

Num país dependente e que sofre ainda do atraso estrutural do passado, o desenvolvimento econômico, mesmo sob forma capitalista, não pode deixar de ter evidente aspecto progressista, que se manifesta na expansão das forças produtivas e de novas relações de produção, o que conduz ao fortalecimento de forças sociais mais avançadas, em particular o proletariado. Mas as Teses estão muitíssimo longe de se restringir ao registro desse aspecto e de atribuir ao desenvolvimento econômico, dentro do curso que atualmente segue, o poder ou a tendência espontânea de solucionar as questões fundamentais da revolução. Bem ao contrário, o que proclama a Tese 25, concluindo três capítulos de análise da sociedade brasileira, é o seguinte, de modo textual: «O desenvolvimento econômico tem se adaptado até agora, no fundamental, à dependência imperialista e ao monopólio da terra. Seguindo este curso, o desenvolvimento capitalista tende a conservar os fatores que impedem a plena expansão das forças produtivas, acumula deformações e acentua desigualdades, o que conduz a agravar as privações e os sacrifícios impostos às massas trabalhadoras. Este é, sem dúvida, o caminho mais penoso do desenvolvimento capitalista, que não leva à solução das contradições fundamentais do atual processo histórico. Este caminho é, entretanto, inevitável enquanto na direção do país prevalecer a orientação dos conciliadores e dos entreguistas».

São palavras que dispensam interpretações e não se prestam a tergiversações.

CARLOS DANIELLI (Est. do Rio)

O Caráter do Governo Pelo Qual Lutamos e o Caminho da Revolução Brasileira

A questão do poder é o problema central e decisivo da revolução. A luta que se trava entre os vários partidos e correntes políticas visa, justamente, atingir o poder. A solução dessa questão é primordial para a vitória do povo brasileiro em sua luta pela emancipação nacional e social. Herdeiro das tradições revolucionárias de nosso povo, intérprete consciente de suas necessidades, cabe ao Partido, ao traçar sua orientação política, ter clara a questão do governo e do regime pelo qual luta atualmente e das formas e meios para conseguí-los.

Nas «Teses» se apresenta a exigência das forças nacionalistas e democráticas conquistarem um governo nacionalista e democrático, no quadro do regime vigente (capitalista), portanto, que aplique uma política externa independente e de defesa da soberania nacional, de início à reforma agrária, tome medidas em favor do bem-estar das massas, garanta e amplie as liberdades democráticas (tese 32). Na tese 33 fala num governo de coligação nacionalista e democrático que levará a uma nova correlação de forças políticas que permita completar com um poder antimperialista e antiféudal, sob a direção do proletariado, e por um caminho pacífico as transformações revolucionárias exigidas pelo desenvolvimento econômico e social de nossa pátria. No Projeto de Estatutos faz-se referência à necessidade de conquistar um novo regime (naturalmente, não se trata o vigente). É evidente que a apresentação da questão do poder é confusa. A nossa posição política correta face ao governo atual depende da clareza que tivermos quanto ao caráter do governo nacionalista e democrático, sua composição de classe e sua relação com o poder antimperialista e antiféudal, entre a tática e a estratégia da atual etapa da revolução brasileira.

As «Teses» omitem tais questões. Frisamos que lutamos por um governo nacionalista e democrático dentro do regime vigente, e referem-se a um poder antimperialista e antiféudal. Não explicam a composição de classe de tal poder, embora afirmem que a direção deste poder caberá ao proletariado.

No passado recente, cometemos erros quanto ao caráter da revolução brasileira, das forças que deviam ser unidas para assegurar-lhe a vitória em sua etapa antimperialista e antiféudal e os meios de alcançá-la, assim como ao caráter do governo e das tarefas que devia enfrentar. Em geral, nossos erros foram de caráter esquerdista, eliminando toda a forma de aproximação e pregando a derrubada imediata do governo, sem que para isso houvessem condições, quando constatávamos que nos últimos anos vinha se formando no seio do governo uma ala nacionalista burguesa que, hoje, em muitos aspectos, se opõe à dominação imperialista estrangeira. Tomamos uma posição sectária, esquerdista ao considerarmos a revolução como um só ato e não todo um processo em que o salto qualitativo deva ser precedido de acumulação de forças.

Entretanto, salimos da concepção errônea da revolução a «curto prazo» e adotamos uma posição de adiamento contínuo da luta pelo poder, pois as Teses se referem à conquista das transformações estruturais que podem vir a ser realizadas por um ou por sucessivos governos, que se apoiem na frente única nacionalista e democrática e sejam a sua expressão» (tese 32).

Eis, porém, o que declara o camarada Pomar: «Na maneira unilateral, objetivista e apologetica de apreciar o desenvolvimento capitalista no Brasil reside a essência nacional-reformista do exame das características principais do desenvolvimento da economia nacional».

Vejam, então, como efetivamente é realizado este exame, que corresponde ao capítulo II das Teses. Inicia-se o capítulo II com a Tese 9, que tem caráter introdutório do estudo dos fatores fundamentais adversos ao progresso do país. A Tese 10 faz extensa exposição da exploração de nossa economia pelo imperialismo norte-americano. Na Tese 11, encontramos não menos extensa análise da estrutura agrária brasileira, baseada predominantemente na grande propriedade de tipo atrasado. A Tese 12 se refere aos fatos que comprovam o desenvolvimento econômico do país nos últimos vinte anos, dentro dos marcos da dependência para com o imperialismo e do monopólio da terra, concluindo, porém, que o Brasil apresenta ainda índices de país subdesenvolvido. A Tese 13 mostra que o capitalismo de Estado tende a assumir, no Brasil, formas nacionais e progressistas, mas aponta, ao mesmo tempo, que persiste a influência do imperialismo em algumas formas de capitalismo de Estado. A Tese 14 estuda o processo inflacionário e trata expressamente, à base de dados oficiais, da pauperização absoluta e relativa da classe operária. A Tese 15 trata do extremo aprofundamento das desigualdades regionais, indicando a situação de miséria e atraso em que se encontram o Norte e o Nordeste. A Tese 16 tem caráter conclusivo e expressa que é a idílica central de todo o capítulo: «O curso atual do desenvolvimento econômico agrava as contradições funda-

mentais da sociedade brasileira sem ser capaz de superá-las». (O grifo é nosso — J. G.).

Assim, pois, em oito teses, apenas duas — as de números 12 e 13 — são dedicadas à exposição do que se pode considerar os aspectos progressistas do desenvolvimento econômico, fazendo-o, porém, com o necessário espírito crítico. As demais teses, em número de seis, são destinadas exclusivamente a indicar e estudar os aspectos de indubitável natureza negativa, que devem ser removidos pela luta revolucionária.

Aí está, fundamentada e rigorosa, genuinamente proletária, a nossa ата de acusação ao desenvolvimento capitalista no Brasil.

Onde, pois, a unilateralidade, o objetivismo, a apologetica?

A que Teses se refere o camarada Pomar: àquelas publicadas na edição de 15 de abril de «Novos Rumos» ou a outra, ainda secretas, que somente o camarada conhece? O documento posto em discussão, não pode ser senão o publicado pelo nosso jornal e nesse é impossível encontrar qualquer relação com a pseudocrítica do camarada Pomar.

As Teses, entretanto, não se limitam a acusar, do ponto-de-vista do proletariado, o desenvolvimento capitalista no Brasil. Do mesmo ponto-de-vista estudam as premissas objetivas e subjetivas, já dadas na situação atual, de um curso econômico e político de sentido oposto, orientado para a completa emancipação nacional e para as transformações estruturais exigidas pela etapa presente da revolução. Este curso de desenvolvimento independente e progressista — exposto, de modo sistemático, nos capítulos VI e VII das Teses — implica,

para ser conduzido até o fim, na conquista da hegemonia do proletariado, preparando, assim, a imediata transição ulterior ao socialismo.

O camarada Grabois apresenta uma «Plataforma de ação política», que, com pequenas alterações, não passa de um resumo do capítulo VII das Teses. Já, porém, a esta plataforma o mero sentido de um conjunto de «soluções democráticas e patrióticas de caráter imediato», enquanto não chega o momento, o grande e milagroso momento das transformações radicais. A questão da hegemonia do proletariado é, por isso, tratada por ele à parte da ação política concreta e aparece com simples afirmação abstrata, à maneira de tantos documentos anteriores do Partido. Quanto ao camarada Pomar, não vai além da tautologia de que capitalismo é capitalismo, não restando, assim, ao proletariado nas condições atuais, senão conformar-se com uma resistência elementar de natureza economicista e com uma propaganda do socialismo desvinculada da ação política.

Já nas Teses a questão está colocada de maneira inteiramente diversa. Aqui, a preocupação, antes de tudo, é definir o caminho, o curso, coerente e orgânico, a ação concreta de hoje e não a hipotética de amanhã, que pode conduzir o proletariado, nas condições atuais da sociedade brasileira, ao exercício de uma função positiva e à liderança revolucionária de todo o povo. Este é o nosso interesse, patriótico e de classe, na luta por um curso de desenvolvimento — econômico e político — impossível encontrar qualquer relação com a pseudocrítica do camarada Pomar.

Estamos conscientes de que as Teses não constituem documento completo. Nem todos os problemas estão tratados com a devida segurança. O amplo quadro traçado ainda carece — e não pouco — de precisão e aperfeiçoamento. Muito é de esperar, portanto, da crítica construtiva, que não faltará decorrente do presente debate. Desde logo, porém, não temos dúvida em declarar que as Teses podem constituir doravante o documento básico para a atuação dos comunistas brasileiros.

Não excluímos a evolução como parte do processo revolucionário. A evolução é necessária, assim como as formas de aproximação e, por isso, nos manifestamos favorável à tática de lutar pela modificação da política e da composição do atual governo num sentido patriótico e democrático e não apenas o apoio aos atos positivos do governo e combate aos negativos, como fizemos num certo período. Os comunistas, ao meu ver, poderão apoiar um governo, ainda que dele não partilhem, embora o reivindicuem. Este governo não realizará, todavia as transformações radicais. Tal seria o governo nacionalista e democrático. Nesse período, poderão ser utilizadas as condições propícias para acumular forças, isto é, para unir e organizar os operários, os camponeses e consolidar a aliança das classes e camadas que devem participar da frente única. Poderão ser enfrentadas as soluções dos problemas mais prementes do povo, não só aqueles acatáveis pelo governo, mas os necessários ao bem-estar popular. As vitórias obtidas assim, prestigiarão as forças da frente única e, à medida que o proletariado se colocará como o batallador mais firme e abnegado, ganhará a confiança de todo povo e, praticamente, tornar-se-á o dirigente da frente única. Este governo, sob pressão das massas e com o aumento das forças da classe operária e dos camponeses no seu seio, com a eliminação dos elementos ligados ao latifúndio e ao imperialismo, poderá se converter no instrumento que realizará as transformações radicais exigidas na atual etapa da revolução brasileira. É preciso, aqui, distinguir não só a modificação da correlação das forças de classe no governo, como também a questão das forças dirigentes do governo. A meu ver, o poder antimperialista e antiféudal deverá incluir a classe operária, o campesinato, a pequena burguesia urbana, a intelectualidade e a burguesia nacional. Será um poder baseado na aliança operário-camponesa e sob a direção do proletariado.

Mas isto não significa ficar nos quadros do regime vigente. Corresponde à conquista de um regime de transição para outra etapa da revolução. Ficamos quadros do regime atual, lutando por um ou sucessivos governos que realizem as transformações nacionalistas e democráticas, é apenas encerrar o aspecto evolutivo do processo revolucionário. É apenas a tática. O governo antimperialista e antiféudal deve garantir um desenvolvimento não capitalista para o Brasil. Deve ser um governo, aproximadamente, do tipo que existiu nos países de democracia popular na Europa, nos primeiros anos após a libertação. Tal governo, baseado nas atuais empresas do capitalismo de Estado, nas empresas que venham a ser nacionalizadas (pertencentes aos imperialistas norte-americanos), bem como contando com a ajuda dos países socialistas, poderá assegurar um curso de desenvolvimento não capitalista. Esta deve ser nossa perspectiva e não ficar apenas no regime urgente.

Tanto o governo nacionalista e democrático como o antimperialista e antiféudal, que deverá completar as tarefas não realizadas pelo primeiro e de início à solução de medidas mais complexas de transição, podem ser conquistados não só através de luta armada, mas, também, por meios pacíficos. Um mérito da Declaração de Março, assim como das Teses, é a contribuição que faz de nossa posição anterior de só ad-

mitir o caminho não pacífico para a revolução brasileira. Mas, sobretudo a Declaração, absolutiza tal caminho, o que desarma o proletariado e seu partido para qualquer solução. A Declaração, ao se referir ao caminho da revolução brasileira, decreta que ele será pacífico no próprio título da parte referente à esta questão. As Teses, mais prudentemente, não o fazem, mas cometem alguns erros em relação ao caminho da revolução brasileira. Admitem o caminho pacífico como uma possibilidade real, o que não é correto.

Ha grande diferença entre possibilidade e realidade. Embora exista, nas atuais condições do mundo e do Brasil, possibilidades para uma solução não violenta, esta não é ainda uma possibilidade real. Não condiz com a experiência histórica do proletariado mundial e brasileiro absolutizar-se um só caminho — o pacífico ou violento. Esta questão não depende só do proletariado, mas, principalmente, das forças que se opõem ao progresso, pois as classes dominantes não cedem o poder sem luta. Aliás, a experiência histórica de nosso povo é que os grandes momentos históricos nacionais são precedidos de duras lutas, inclusive, pelas armas, embora a solução final nem sempre tenha sido através da luta armada. Tal ocorreu nas lutas pela independência, abolição da escravidão, etc. Isso se deve a que as classes retrógradas da sociedade brasileira, em cada momento histórico, sentindo que as forças progressistas são mais poderosas que elas, inclusive do ponto-de-vista militar e que uma luta não pacífica seria sua liquidação, preferem perder os anos aos dedos, parte do poder à vida. Recentemente, em 11 de novembro de 1955, os golpistas resolveram não resistir pelas armas porque temiam o rumo que tomariam os acontecimentos com a intervenção das massas populares. E não se tratava da mudança de classes no poder nem da conquista de um novo regime! A não violência tem sido sempre imposta.

O caminho pacífico da revolução é o que convém à classe operária e à toda a nação por ser o menos doloroso e não porque haja sua possibilidade real, como dizem as Teses (tese 31). A classe operária e seus aliados não devem ter um papel meramente passivo, fatalista, diante desta questão. Devem lutar ativamente pelo caminho pacífico, para transformar a possibilidade em realidade. Embora existam determinadas condições objetivas favoráveis à possibilidade do caminho pacífico, esta possibilidade não é ainda real, faltam as condições subjetivas que precisam ser criadas. Admitir a possibilidade do caminho pacífico como real, neste momento, significa desarmar o proletariado, deixá-lo perplexo, a repetir apenas que o caminho é pacífico. É necessário lutar pela solução não violenta, para criar as condições favoráveis à sua realização prática.

Faltam inúmeras condições subjetivas para transformar a possibilidade em realidade. A solução não pacífica só pode ser imposta, é condicional e não absoluta e, a meu ver, não poderão deixar de incluir as seguintes condições: 1) a existência de forte e poderoso partido político do proletariado, estreitamente vinculado às massas e por estas aceita como seu dirigente; 2) uma ampla frente única das forças interessadas na vitória da revolução antimperialista e antiféudal, baseada na aliança operário-camponesa sob a direção do proletariado; 3) existência de um cli-

ma de amplo democratismo na vida política do país, de completa legalidade para a classe operária e seu partido político; 4) as classes e camadas progressistas terem força superior, inclusive militar, às classes retrógradas da sociedade brasileira para impor sem conciliação o caminho não violento, que não exclui choques; 5) forte movimentação das massas, sobretudo dos operários e camponeses, em defesa de suas reivindicações econômicas, políticas e sociais, de forma independente e, finalmente e não menos importante, o partido político do proletariado deve estar política, orgânica e ideologicamente preparado e também as massa para qualquer solução, pacífica ou não, derrotando em primeiro lugar, em seu próprio seio, os oportunistas e conciliadores.

Intelectualmente tais condições subjetivas ainda não existem. Nosso partido é, ainda, numérico e qualitativamente pequeno e pouco ligado às massas; a frente única é débil, não estruturada e inexistente a aliança operário-camponesa; as massas se movimentam ainda pouco, não se aprofundou suficientemente e de forma adequada à luta de classes no terreno econômico, político e ideológico que, diga-se de passagem, é grandemente subestimado; a democracia no Brasil é muito limitada. O Partido Comunista continua na ilegalidade e nem mesmo podem ser candidatas em outras legendas os comunistas mais conhecidos, o que constitui uma anomalia que precisa ser superada. Mais sério e grave que tudo isso é que o partido está desarmado política e ideologicamente para transformar a possibilidade em realidade, lutar por ela. Impregnam-se em nossas fileiras as tendências espontaneístas, do «quer o que não o caminho pacífico e não lutar por ele, levadas em parte pela atual orientação política expressa na Declaração».

Em suas bases essenciais, as Teses não constituem, em minha opinião, um documento que possa levar nosso povo, à vitória na luta contra o imperialismo e o latifúndio e preparar as condições para a vitória da segunda etapa da revolução. Creio firmemente que o presente debate, a contribuição de todos os militantes comunistas, poderão dar ao nosso partido uma orientação correta, sem sectarismo, esquerdismo ou dogmatismo, mas também sem as posições oportunistas de direitos e reformistas que predominam atualmente em nossa orientação e que precisam ser combatidas com decisão.

Errata

Os artigos de Maurício Grabois foram publicados com incorreções, algumas das quais mudam o sentido do texto. São as seguintes as correções a introduzir: No artigo de 29-4-1960, capítulo II, item «A crise de estrutura em que o país se debate», parágrafo 4, linha 5: ler «impostos indiretos», ao invés de «impostos diretos». No artigo de 5-5-1960, capítulo V, item «Plataforma de ação política», linha 4: ler «desmascaramento das correntes reacionárias», ao invés de «desarmamento das correntes reacionárias». No mesmo capítulo, item «A possibilidade do surgimento, etc.», linha 1: ler «escenos» ao invés de «acessos».

Tribuna de Debate

NICOLAU ABRANTES (Est. do Rio)

Autocrítica Formal e Uma Disfarçada Defesa da Linha Sectária e Dogmática

Sob argumentação doutrinarista e formal — de palavras e não de fatos — e desobediência massivamente às Teses ora revividas a discussão do Partido o camarada Maurício Grabois, em seu artigo publicado em NOVOS RUMOS na edição de 22/28 de abril, não faz senão uma desapercebida tentativa de defesa da linha sectária e dogmática, disfarçada de variadas formas, mas revelando, essencialmente, a mesma concepção subjetivista e mecânica da realidade brasileira.

Tudo seu artigo define, em suas principais formulações, um completo sistema de ideias gerais em torno da situação atual, arbitrariamente vinculadas ao processo objetivo em curso, e cuja principal fonte são aquelas duas teorias foneticamente contrárias às concepções marxista-leninista e que se cristalizam, por largo período, em sérias crises e contradições, projetando na presente conjuntura, através das tendências práticas, atitudes e métodos de trabalho de direção aos mais diversos povos. E são tais erros e deformações, representados por todo um corpo de concepções profundamente enraizadas na vida do Partido, que vem identificando e mesmo impulsionando, em numerosos casos e em certas regiões do país, como o Estado do Rio — pela omissão dos dirigentes mais responsáveis ou uma incorreta e clamorosa aplicação — o justo cumprimento da Declaração de Março de 1958.

Desse modo, não se trata tão somente de duas concepções e duas orientações, mas, necessariamente, de uma concepção vigente, válida para todo o Partido e que é a expressão justa da aplicação ao nosso país — evidentemente considerada as peculiaridades e tradições nacionais, as modificações e transformações operadas das leis e princípios gerais que regem a revolução proletária e a construção do socialismo, comuns a todos os países, e também das concepções caducas que agonizam e criam, por isso mesmo, serios obstáculos ao novo que se fortalece e impõe.

Por que então, a luz das Teses para discussão no V Congresso, o rótulo simplista e apressado de orientação oportunista de direita, a primeira concepção, à Declaração aprovada pelo Comitê Central, e cuja aplicação se faz há apenas dois anos, em condições inteiramente novas e complexas, quando ainda se manifestam tão vivas e profundas as velhas raízes sectárias e dogmáticas?

No seu trabalho, o camarada Maurício Grabois comete — como iremos demonstrar, iniciando hoje a apreciação da primeira parte de sua análise — erros elementares e graves, ao abordar as teses fundamentais de Declaração de Março, além de deturpá-las em vários aspectos essenciais.

Caminho pacífico e situação internacional

Em que se baseia, fundamentalmente, pela Declaração de Março, a conclusão da possibilidade real da conquista do poder por via pacífica, sem a necessidade da guerra civil ou da derrubada violenta do governo? Será que a nova orientação conduz, como o interpreta Maurício Grabois, à negação dos princípios e leis gerais comuns a todos os países, que regem a revolução proletária e a construção do socialismo, a pretexto de estabelecer o caminho específico da revolução brasileira? Defende a Declaração a colaboração de classes, a transformação gradual do capitalismo em socialismo ou a liquidação do Partido como vanguarda de luta?

Literalmente que não, é a resposta, mas continuando ressoando nos nossos ouvidos e sob a letra de forma, as afirmações do articulista, que pecam, inicialmente, pelo unilateralismo miope de interpretar a realidade brasileira dos nossos dias inteiramente desligada das transformações qualitativas ocorridas na situação internacional e que repercutem, profundamente, na consciência de milhões de pessoas em todos os países e modificam, substancialmente, a correlação de forças no plano mundial. Nem uma palavra, nem uma afirmativa que seja, está contida no artigo de Maurício Grabois, o que revela como são estanques e metafísicas suas formulações e como se chocam com a realidade, do mesmo modo que suas palavras não encontram correspondência no Estado do Rio, em qualquer ponto, com a prática diária, com os esforços para a formação e participação da frente única, os métodos de direção empregados, a presença modesta dos problemas e uma atitude autoritária concreta e não meramente formal.

Na realidade, toda análise feita pelo camarada ter-se-ia de fundamentar ou partir daquelas modificações, uma vez que elas trouxeram a primeira vez, numa série de países, a evidência de condições favoráveis para a luta pelo socialismo e tornaram mais variados de acordo com as peculiaridades de cada país, os caminhos da conquista do poder pela classe operária e os formas de construção da nova sociedade.

Essas profundas modificações, todavia, existem, e são responsáveis, como afirmam as Teses, por substancial alteração do quadro internacional em que se desenvolve a revolução brasileira, tanto no curso da última guerra como no período posterior, abrangendo o atual Partido, aliás, dessa constatação, é que em alguns países, como a Espanha de Franco e Portugal de Salazar — onde há vários anos vêm dominando as mais violentas e sanguinárias ditaduras — os Partidos Comunistas traçaram recíprocos sejam crescentemente evidentes. Do ponto-de-vista

ram para a etapa atual uma orientação de caminho pacífico, sem que isso fosse dado como evolucionismo ou renúncia aos objetivos revolucionários. Num e noutro país lutam as vanguardas da classe operária — ainda no momento — pelo estabelecimento de algumas liberdades políticas, como o direito de representação partidária para diversas correntes de opinião, entre as quais a dos comunistas, no sentido da realização de eleições e de outras franquias democráticas.

Por certo isso exatamente acontece, quando, nelas, está o que há de melhor na defesa dos interesses do povo e da resistência europeia aos remanescentes organizados do nazi-fascismo, os melhores filhos da classe operária e dos povos luto-espanhol?

As modificações operadas no âmbito internacional, na verdade, deram um novo conteúdo à época atual, contribuindo para que o movimento revolucionário tomasse um novo rumo em alguns países, dentro de condições excepcionais e inteiramente novas. Os êxitos extraordinários alcançados pelo sistema socialista mundial, em contínuo e irresistível florescimento — paralelamente à decadência do sistema imperialista — refletem-se em todo o mundo e influenciam cada vez mais o movimento de libertação dos povos coloniais e dependentes, nos países subdesenvolvidos e nos próprios países capitalistas mais avançados.

Em particular, as imensas possibilidades econômicas e culturais de intercâmbio da China, URSS e demais nações socialistas, com os povos da América, Ásia, África, etc., constituem um fator importantíssimo de estímulo e influência em todas as esferas de atividade. Por isso mesmo, na América Latina — e não somente no Brasil — são cada vez mais amplas e receptivas os setores de população que se inclinam por uma política exterior independente, que permita a nosso país superar o quadro anacrônico e inadmissível de dependência, e possibilite internamente a prática de uma política voltada para os interesses dos trabalhadores e das massas populares e assegure o desenvolvimento econômico, livre da dominação imperialista.

Surgiu pois, em nossa época, como resultado da correlação de forças francamente favoráveis ao socialismo e aos povos que lutam pela paz, a possibilidade real de evitar as guerras, não obstante estas continuarem a ter terreno viável, em virtude das contradições inerentes ao sistema imperialista e da permanência ainda da base material na qual os conflitos são desencadeados, e da conquista do poder pela via pacífica.

A esse respeito afirmam as Teses em seu cap. I, item 25 do Suplemento de NOVOS RUMOS: «Esse fato não pode significar, todavia, uma transformação da natureza exploradora do capitalismo ou a extinção da luta de classes no seio do regime capitalista.» E adiante: «Para converter-se em realidade, porém, é requisito indispensável a direção política da classe operária, orientada por sua vanguarda. O caminho pacífico para a conquista do poder não exclui, e sim pressupõe, a intensificação da luta de classes do proletariado, e exige a formação de grandes movimentos de massa. Nada tem a ver com a política de colaboração de classes, nem com a transformação gradual do capitalismo em socialismo, teses difundidas pelos revisionistas e socialistas de direita.»

«O caminho que há de seguir a luta pelo socialismo não depende apenas do proletariado, mas também das classes dominantes. Onde as forças reacionárias empregarem a violência contra os trabalhadores para impedir sua ascensão ao poder, estas terão que utilizar a violência em defesa dos seus legítimos direitos democráticos.»

Assim, a nova situação mundial — que vem tendo no alívio da tensão internacional — um fator particularmente favorável ao êxito das forças nacionalistas e democráticas no Brasil, denuncia a manutenção da coexistência pacífica entre os países de diferentes regimes sociais e reflete-se em nosso país, estimulando as forças que resistem ao imperialismo norte-americano e pugnam por uma política externa de paz e amizade com todos os povos» (Suplemento de NOVOS RUMOS, item 8 cap. I).

E é precisamente essa indesejável ligação (pelo menos do ponto de vista da Dialética), entre as modificações qualitativas operadas na situação internacional e no Brasil, no sentido da fixação de um rumo justo da luta revolucionária, que a concepção doutrinarista — dogmática e sectária — não quer admitir ou enxergar, em muitos casos por incapacidade de superação dos erros e, em outros, pela conservação de ressentimentos que obliteram uma visão mais justa dos fatos.

E o que vamos em seguida analisar.

A realidade brasileira pelo prisma dogmático

Alega Maurício Grabois em seu artigo, essencialmente, para concluir que a linha atual é oportunista de direita, o fato de que a Declaração de Março superestima o capitalismo, embelezando-o, e condicionando tudo o mais a seu curso, razão pela qual as tarefas democráticas são mecanicamente separadas dos objetivos nacionais da revolução na presente etapa e subestima o proletariado e forças mais consequente na frente única, dificultando o processo de participação das massas camponesas.

riado e forças mais consequente na frente única, dificultando o processo de participação das massas camponesas.

Em particular — diz o articulista — o esquema de disposição de forças, previsto chega mesmo a incluir latifundiários e grupos da burguesia ligados a monopólios estrangeiros rivais dos monopólios norte-americanos, o que torna quase impraticável a frente única, que ao invés de ampliar-se, restringe-se consideravelmente.

Ainda em sua opinião, as tendências oportunistas de direita da Declaração se manifestam mais nitidamente na questão do poder — através da doação de uma tática gradualista, evolucionista, que contraria frontalmente a teoria marxista-leninista do Estado, e que visa modificações parciais na política e na composição do governo, de sucessivos governos, nos moldes do regime vigente, sob o pretexto de atingir um poder capaz de executar as tarefas da revolução antifeudal e antiimperialista, nacional e democrática.

Para arrastar, descreve M. G. o quadro visto pela Declaração para o caminho pacífico, «como sendo, rosas, sem comédias sociais e choques violentos, para realizar as tarefas da revolução, desarmando assim — por levar ao absoluto esse caminho — o proletariado e seu Partido para qualquer eventualidade. Por outro lado, como complemento, tece várias considerações em torno da atividade dos comunistas a partir de Março de 1958, o que faz também para concluir pelo fracasso da atual linha política, o qual se mede por vários fatos que afirmam existirem e validarem suas teses.

Do mesmo modo, encara o problema ideológico em cores trágicas sob pretexto de defesa de princípios, e conclui pela necessidade de concentrar o fogo principal contra as tendências oportunistas de direita, que são o principal perigo.

Os objetivos da revolução e as Teses

Nada porém tão falso e que distorça tanto os fatos, a realidade objetiva, e as Teses da Declaração de Março de 1958, as quais — na verdade — ao contrário do que afirma aquele camarada — são uma justa orientação do ponto de vista da classe operária e da revolução, cujos princípios básicos, aplicados de maneira criadora à realidade, dão à sua vanguarda, ao Partido, um instrumento poderoso para percorrer a etapa atual e abrir caminho para a construção do socialismo em nosso país.

ALCIDES SABENÇA (Est. do Rio)

Sobre as Teses

Considero de suma importância, para maior objetividade nos debates, o 1º Capítulo das Teses para o V Congresso do Partido Comunista do Brasil, sob o título «A SITUAÇÃO INTERNACIONAL EM QUE SE DESENVOLVE A REVOLUÇÃO BRASILEIRA». Isto porque as 8 Teses que o compõem, abordando dom clareza a luta que se trava entre o campo socialista e seus aliados, em constante progresso quantitativo e qualitativo, e o lado imperialista em acentuada decadência, abre novos horizontes para a luta de massas. E a caracterização da luta de classes num plano universal, que assegura cada vez mais a confiança das grandes massas na orientação política dos comunistas mesmo nos países capitalistas mais desenvolvidos.

E a configuração do NOVO que urge e do VELHO que estrebucha para morrer, que nos ajudará na melhor compreensão dos problemas nacionais na atual etapa e as tarefas que temos pela frente, e nos ajudará na aplicação corajosa das medidas objetivas, sem receio de perder a hegemonia do movimento de emancipação nacional. Em que beneficia a classe operária, o crescimento e as vitórias do movimento nacionalista, no caso específico do Brasil? Beneficia, segundo penso, porque no fundamental a luta nacionalista se choca contra a essência do capitalismo mundial que é o imperialismo norte-americano e seus agentes internos, ajudando assim, a fortalecer o campo da Paz e do Socialismo.

Pela contínua elevação do nível de vida das massas trabalhadoras das cidades e dos campos; pelo incremento industrial genuinamente nacional; pela reforma agrária e pela democratização progressiva dos órgãos governamentais e da vida pública do país.

A independência política-ideológica dos comunistas dentro da Frente Única é um problema a considerar, se participarmos do movimento nacionalista democrático a rebuque da burguesia nacional e não como força consequente e revolucionária, disputando o palmo a palmo, dia a dia, terra a terra, a direção da luta, procurando pacientemente ganhar maior número

Nem no capítulo em que analisam o desenvolvimento econômico, fixando-lhe as características principais, nem tão pouco naquelas que se seguem, em que caracterizam a atual etapa da revolução brasileira e definem as forças que nela deverão atuar ou atuar — com caráter progressista e revolucionário, ou, ao reverso, as retrógradas, que se opõem ao curso do desenvolvimento independente, as Teses superestimam o capitalismo, embelezando-o, admitem sua transformação em capitalismo, ou subestimam o papel do proletariado e do camponês, como forças decisivas e mais consequentes para a realização das tarefas que estão pela frente.

Mas ocorre que M. G. entende o contrário e entende de modo metafísico, parado, de forma estanque. Por exemplo, afirmam as Teses no item 23 cap. IV, que a revolução no Brasil, na etapa atual, é antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática, e que são suas tarefas essenciais a inteira libertação econômica e política da dependência em relação ao imperialismo; a liquidação do monopólio da terra; e a democratização da vida política, a fim de que venha refletir, em primeiro plano, as reivindicações das grandes massas trabalhadoras. E acrescentam que tem, por conseguinte, objetivos de caráter nacional e objetivos de caráter democrático, acentuando:

«Tais objetivos suscitam correntes e movimentos se entrelaçam e tendem a fundir-se numa só caudal revolucionária, à medida em que crescem as forças capazes de realizar as tarefas básicas da revolução. Dentro das condições peculiares do nosso país desenvolve-se mais rapidamente a corrente antiimperialista, mas esta se amplia e fortalece em vinculação com os movimentos de natureza democrática e popular, como os movimentos pela reforma agrária, pela extensão das liberdades democráticas pela elevação do nível de vida das massas; entre todas as forças revolucionárias, é a classe operária aquela mais capaz de unificar as correntes antiimperialistas e democráticas e dar-lhes orientação consequente.»

O desenvolvimento mais rápido da corrente antiimperialista é, assim, um fato objetivo, aprofundando a contradição entre o imperialismo norte-americano e seus agentes internos e a nação brasileira, daí porque adquire o caráter de principal, dominante, em todas as esferas de atividade. Por esse fato, é que o golpe principal das forças nacionais, progressistas e democráticas se dirige contra as forças imperialistas e seus sustentáculos.

Como entende, porém, Maurício Grabois esta questão? Entende que a Declaração, ao dar absoluta primazia ao lado antiimperialista da revolução, em detrimento do seu aspecto agrário, esboça de fato uma linha de renúncia

à direção do movimento por parte do proletariado, porque tal orientação dificulta a mobilização dos camponeses, entrava o processo de formação da aliança operário-camponesa, fator decisivo na revolução.»

No entanto, o que afirma o documento, de que a Declaração é apenas uma síntese e com a qual guardam completa correspondência quanto ao conteúdo (item 23, cap. IV), é que as diferentes contradições que a sociedade brasileira encerra não atuam, de nenhum modo, em compartimentos estanques, mas se relacionam e influenciam de múltiplas maneiras, unidas todas por um mesmo fator, isto é, pelo desenvolvimento econômico em curso no país. Nestas condições, é a contradição principal o resultado do complexo de condições nacionais e internacionais, que se desenvolve ligada intimamente às demais contradições, influenciando-as de formas variadas em ação recíproca — um desenvolvimento, portanto, dialéticamente entendido — de maneira que o aspecto agrário é essencial e decisivo no curso desse processo, dele não podendo separar-se pelo fato mesmo de que este se realiza, o desenvolvimento econômico, aprofundando não só aquela contradição principal mas, ao mesmo tempo, a contradição agrária.

Coloca assim em relevo o documento, a necessidade de urgentes transformações na propriedade da terra na estrutura agrária, representada pelo regime latifundiário, e que constitui um dos fatores de atraso e deformação do desenvolvimento econômico, não levando pois, à solução das contradições que a sociedade brasileira contém.

Onde Maurício Grabois enxerga, portanto, «a separação mecânica das tarefas democráticas dos objetivos nacionais?» Onde, em que linha, em que formulação das Teses ou da Declaração?

O único mecanicismo ao encerrar os problemas cujo desenvolvimento está em curso e se prendem, em primeiro lugar, às transformações qualitativas na vida mundial e as modificações ocorridas na situação objetiva de nosso país — o complexo de condições dentro e fora do Brasil, que se influenciam e condicionam mutuamente — é que a miopia dogmática não pode ou não quer ver.

Não há, pois renúncia à direção do movimento revolucionário na etapa presente, isto é, do proletariado na frente única, mas um fato concreto inerente ao próprio desenvolvimento: o crescimento capitalista existe, de fato, e não é criação arbitrária, idealizada em gabinete, fora da vida e sob modelos sectários, como os que criaram a fantasia da «linha oportunista de direita». Mas daí para superestimá-lo e estabelecer toda uma linha de orientação estratégica e tática, é preciso muita capacidade de ficcionista, boa vontade para um literato, mas impossível de admitir dentro

GASTÃO MEDEIROS

Peço a Palavra, Pela Ordem!

E' com grande satisfação que assistimos ao debate vivo que teve início pelas colunas de NOVOS RUMOS sobre o programa do Partido, sua aplicação; e as teses e objetivos da luta pelo SOCIALISMO e pela libertação da classe operária. Em primeiro lugar queremos dizer que MAO-TSE TUNG «que florescem com flores», isto é, que as opiniões venham à luz para que a classe operária possa se armar para as suas lutas de libertação nacional e para o Socialismo. Queremos intervir no processo da discussão para tirá-la da polarização que está tomando, isto é, de discussão entre partidários e adversários da DECLARAÇÃO DE MARÇO DE 1958. Os interesses e objetivos da classe operária estão a exigir daqueles que dedicam sua atividade intelectual à luta pelo socialismo, uma atitude mais profunda, mais perscrutadora, e porque não dizer, mais corajosa e mais responsável. Não basta a referência às luzes do XX CONGRESSO DO PCUS (será que esqueçemos que o PCUS já realizou o XXI CONGRESSO?) é necessário pesquisar qual o caminho mais rápido e mais prático para o fim do sistema capitalista mundial e a consecução do sistema socialista que termine com a exploração do homem pelo homem. O desenvolvimento das forças produtivas, com a libertação da energia nuclear e a utilização da energia cósmica, a automação da produção, a transformação da ciência astronômica em ciência experimental, não permitem com a existência na face do planeta de sistemas sociais retrógradas, inclusive o sistema capitalista. É necessário pesquisar o que se passa nas consciências operárias e de suas vanguardas políticas, que impedem, como um véu negro, que se dê esse salto qualitativo e ponha um fim à pré-história da humanidade; as previsões de Marx e Engels são científicas, não são sonhos de lunáticos.

E' ilegível que hoje não há unitariedade no movimento operário. Pode-se argumentar que o jogo do inimigo de classe é que criou o pluripartidarismo operário, mas também pode-se argumentar que as forças mais conscientes do movimento operário

do estudo e da pesquisa séria dos acontecimentos, do ponto de vista da classe operária e da revolução.

Numerosos e abundantes dados concretos atestam sobejamente esse desenvolvimento, que, em certa fase, como, por exemplo, entre 1947 e 1956, superou os próprios índices dos países capitalistas mais adiantados, mas sobre eles — que se prendem mais à segunda parte do artigo de M. G. — comentaremos depois, focalizando essa parte restante de sua análise. Deixamos dizer, porém, que embora se acentue a dominação imperialista em nosso país (e as Teses o reconhecem de maneira inequívoca), esta se processa no entanto em choque crescente com a resistência de forças cada vez mais amplas, entre as quais — devido precisamente à pequena e insuficiente participação na frente única, da classe operária e dos trabalhadores do campo — a burguesia nacional, que vem tendo a direção da luta.

Por outro lado, no seu curso atual, o desenvolvimento econômico apresenta características que foram apontadas pelas Teses e que completam, ao lado de outros elementos concretos, irrecusáveis, a cabal refutação da alegação apressada e subjetivista de superestimação — «o capitalismo».

O que diz o documento, por exemplo, sobre o processo inflacionário?

Reputando-o uma das características do desenvolvimento atual, ao qual é imputado, embora seja um fenômeno bastante antigo e reflete a tendência secular de desvalorização cambial da moeda — resultando simultaneamente da desvalorização externa do cruzeiro e das causas estruturais, dos fatores de atraso, acentua que suas repercussões são profundas e penosas nas condições de vida da classe operária e de todo o povo.

Afirmando isto, as Teses demonstram ainda que, reduzindo constantemente os salários e vencimentos, o desenvolvimento econômico atual não leva à solução das contradições fundamentais do processo histórico e, ao mesmo passo, que é inevitável enquanto prevalecer na direção do país a orientação conciliadora dos entreguistas.

Qual, assim, a saída justa colocada pela Declaração de Março e que as Teses fundamentam de modo pleno e indiscutível? Através da tática traçada com vistas ao objetivo principal — a vitória sobre o imperialismo norte-americano — ou de maneira dogmática, querendo impor a hegemonia?

Nem de acordo com Maurício Grabois, nem com o produto arbitrário de sua análise das Teses essenciais da Declaração. A efetivação do curso independente e progressista da economia nacional, o cumprimento das tarefas da revolução na presente etapa, pode e deve alcançar as reformas de estrutura que conduzam às transformações radicais requeridas pela sociedade brasileira. Essa efetivação, porém, não se dará espontaneamente, mas só pode ser o resultado de uma frente de forças sociais que siga uma direção antiimperialista e democrática consequente, cada vez mais refletida no plano de ação estatal e capaz de dar origem a um novo poder político.

E a questão da hegemonia, que Maurício Grabois, candidamente inspirado pelas raízes subjetivistas, liga mecanicamente à questão do poder, ou o faz de maneira arbitrária. Como o entende o nosso articulista na sua análise, Como entende a Declaração?

(Continua)

Tribuna de Debate

JOSE' A. DE CASTRO (São Paulo)

Os Estatutos de 1954 e o Novo Projeto de Estatutos

1. O P. C. B. é a vanguarda política da classe operária — a forma superior de sua organização de classe. Ser processo de formação é a luta interna entre a ideologia proletária e a não proletária. Este processo avança na medida que o Partido se identifica com as principais aspirações, costumes e particularidades do proletariado e do povo brasileiro. Quanto mais ele consegue interpretar a realidade nacional, fundindo-a com a verdade universal do marxismo-leninismo, mais consegue vencer a ideologia não proletária e tornar-se força política atuante.

Durante os debates das teses e experiências do XX CONGRESSO, afloraram algumas tendências revisionistas de direita que prejudicaram o Partido. Mas as manifestações dogmáticas e subjetivistas constituem a principal manifestação de ideologia não proletária surgida no Partido. Foi isso que quase o transformou em uma seta, desligado do processo real de vida de massas no país. Os Estatutos de 54, apesar de muitos aspectos positivos, expressam em grande medida estas falhas.

O atual Projeto de Estatutos adota novas formulações que expressam principalmente a experiência positiva do nosso Partido, procurando identificá-lo mais com os hábitos do proletariado e do povo brasileiro. Ele visa transformar o Partido em organização viva, de ação, libertar os militantes e organismos das amarras que os impossibilitavam de agir e ligar-se à vida, ao povo. E tem em mira a criação de um Partido de unidade consciente, democraticamente centralizado, ao mesmo tempo nacional e identificado com a internacionalização proletária — um partido marxista-leninista.

Cada passo que nosso Partido dá no sentido de sua formação é uma superação das falhas reveladas por uma longa prática, através do processo da crítica e da auto-crítica, levando sempre em conta as experiências positivas do passado e do presente. Tendo isto em conta, faremos algumas observações críticas sobre os Estatutos de 54, sua interpretação e prática, bem como sobre os resultados atingidos. Paralelamente, faremos alguns comentários com artigos e parágrafos do novo Projeto, para que os leitores melhor possam aquilatar das diferenças existentes.

2. Os Estatutos formulam os princípios leninistas gerais de organização e em cada época e em cada Partido buscam expressar a linha política e também determinadas experiências do Partido. No informe ao IV CONGRESSO sobre os Estatutos, publicado na Revista "Problemas" 64, assinado pelo camarada João Amazonas, diz-se: «Os Estatutos dinamizam das novas tarefas que se apresentam ao Partido com a aprovação do seu programa.»

A vida revogou, há alguns anos, a linha do Programa e os Estatutos de 54, que se chocavam com a realidade e que levaram o Partido a um desgaste de forças e ao isolamento.

As teses políticas mostram que a causa real destas posições programáticas e falhas estão no subjetivismo. Isto é, na falta de suficiente estudo e conhecimento da realidade e das lutas do povo. Recorremos então ao dogmatismo — à transplantação mecânica de fórmulas gerais ou ideias de outros partidos. Este método dominou nessa forma de pensar e atuar e ainda pesa em muitos de nós.

Foram pois a linha do Programa, secretário por excelência, e o dogmatismo nos princípios de organização que guiam predominantemente a elaboração, interpretação e aplicação dos Estatutos aprovados no IV CONGRESSO. Embora as falhas dos Estatutos sejam baseadas essencialmente naquela linha e no sistema do culto à personalidade, eles mesmos, como instrumentos básicos de organização do Partido, tornaram-se causa de numerosos e graves erros.

O Projeto de Estatutos não introduz modificações substanciais nos princípios gerais, embora importe em modificações importantes, algumas delas relativas a questões de princípios. Em suas linhas gerais, procura democratizar a vida interna do Partido. Já que a longa prática e as violações dos princípios de organização encerram, essencialmente, aspectos de mendacismo e violações do centralismo democrático.

As modificações de sentido democrático introduzidas nos Estatutos não significam que se tenha deixado de levar em conta as manifestações de revisionismo, surgidas por ocasião dos debates sobre o XX CONGRESSO do P.C.U.S., nem erros graves, como a dissolução de organismos através da extensão do direito de voto a todos os participantes de cada reunião (C. R. Piratininga) e nem, também, as tendências liberais, que afloram em alguns lugares ultimamente.

3. Na sua introdução, o Projeto abandona fórmulas utilizadas pelos Estatutos de 54, como a «derrubada do poder» dos latifundiários e grandes capitalistas e outras semelhantes, que expressavam o conceito anti-leninista de revolução a curto prazo.

O Projeto, depois da definição dos princípios gerais, do caráter do nosso Partido e de seus objetivos finais, expõe os elementos fáticos mais importantes da linha política — o poder pelo qual lutamos e os objetivos da revolução nesta etapa. Nesta síntese está contido o princípio leninista da fática da revolução realizada pelas massas, tendo a classe operária à frente das demais forças progressistas, e não imposta por um pequeno grupo de heróis, conforme preconizava a linha do Programa.

4. Ao tratar das condições de membro do Partido, o artigo 1.º do Projeto introduz algumas mudanças. Os Estatutos

de 54 incluíam formulações que a prática mostrou inaplicáveis. Exigiam, no seu artigo 2.º, como condição de membro do Partido cumprir todas as decisões do Partido. O informe ao IV Congresso sobre os Estatutos insiste nesse ponto. Certamente esta ideia faz parte do centralismo democrático, mas não pode ser colocada como condição de membro do Partido. Se fosse tentada a aplicação desta fórmula, poucos ingressariam no Partido e poucos teriam condições para serem membros do Partido. Esta formulação foi suprimida.

Foi ainda modificada a formulação sobre a contribuição. Os Estatutos fazem no mesmo artigo em contribuições estabelecidas como condições de membro do Partido. O princípio leninista se refere não ao quantum, mas à contribuição em si. O Projeto formula de maneira mais simples e mais correta esta condição ao falar, no mesmo artigo, em «meios materiais» como contribuição ao Partido.

O Projeto de Estatutos também modifica e simplifica, através do seu artigo 2.º, o método de filiação ao Partido, exposto no artigo 6.º dos atuais Estatutos. Abole a condição de o candidato deve ser proposto e recomendado por um membro do Partido, que tenha no mínimo um ano de militância. Isto pouco era praticado, porque revelou-se impossível ser seguido e sua continuação só dificultaria o crescimento do Partido.

Outra modificação: a filiação já não será realizada somente por O.B. e obrigatoriamente confirmada por organismo superior. Essa norma nunca foi aplicada na prática; na realidade todas as inscrições recrutavam e não solicitavam confirmação do organismo superior. 5. Os artigos 3.º, 4.º e 5.º do Projeto modificam aspectos importantes dos artigos 3.º e 4.º dos Estatutos de 54 e introduzem coisas absolutamente novas em relação aos deveres e direitos dos membros do Partido.

O Projeto de Estatutos, procurando inserir as nossas poucas experiências de métodos democráticos, visa através da reformulação dos deveres e direitos, elevar o papel do militante do Partido, como revolucionário que pensa, elabora e não apenas cumpre decisões e executa tarefas. Assim o militante não somente participa ativamente da vida política, como indicavam os Estatutos — letra «b», artigo 3.º, como participa do estudo e da elaboração da linha política, como assinala o Projeto na letra «d» do artigo 3.º.

Os Estatutos de 54 assinalavam que o militante deve elevar ao seu próprio nível político e ideológico. O Projeto atribui ao militante a responsabilidade de ajudar no mesmo sentido aos camaradas e a todo o partido. Além disto, nossa prática mostra que este objetivo não se alcança apenas nas escolas e nos livros — que são necessários. Mas, também, através da atividade prática, junto às massas, inserindo-se na vida real, conhecendo a realidade e fundindo-a com a verdade universal do marxismo-leninismo, como se esforçam por fazer agora muitos militantes, combatendo o subjetivismo, o dogmatismo e as tendências de direita.

Os exageros dos preceitos de vigilância interna como ser sincero e honesto, não ocultar ou desvirtuar a verdade, guardar segredos, etc., determinados nas letras «g» e «h» do mesmo artigo dos Estatutos sancionaram muitas vezes um clima de desconfiança organizada; criaram e aguçaram contradições entre dirigentes e dirigidos e, por vezes, até nas famílias dos militantes. A vigilância e outros preceitos são indispensáveis à existência do Partido.

CORRESPONDÊNCIA

Barão de Xanver (Montes Claros Minas Gerais) — Seus artigos não serão publicados, por tratarem de assuntos alheios ao debate. Agradecemos o seu interesse.

Ferdinand Sales (São Paulo) — Sua carta foi levada em consideração pela comissão responsável, por «Tribuna de Debate». Agradecemos a sua cooperação.

Alfredo Tomaschewsky (São Paulo) — Recebemos sua carta e os três artigos, que não serão publicados por abordarem temas alheios ao debate. Gratos pelas sugestões.

Leônicio Basbaum (São Paulo) — «Tribuna de Debate» não publicará seu artigo porque o mesmo infringe as normas estabelecidas para a presente discussão.

Armando Frontini (São Caetano do Sul — São Paulo) — A divisão dos artigos extensos é necessária para possibilitar a participação de maior número de companheiros no debate.

particularmente tratando-se de um partido com longos anos de ilegalidade. Mas o exagero destas normas nos Estatutos, que são a lei básica do Partido, contribuíram para agravar a tradição, em nosso Partido, de esmagamento da luta interna de opiniões.

Sómente depois do XX Congresso do P.C.U.S. com a denúncia dos erros do culto à personalidade, o surgimento da nova política e os esforços no sentido de se impedir a violação dos princípios leninistas de organização foi possível envenenar com liberdade a luta de opiniões.

O Projeto de Estatutos, ao mesmo tempo que abandona aqueles exageros, registra várias formulações que traduzem a liberdade da luta interna e, entre elas coloca, na letra «e» do mesmo artigo, como um dever do militante concorrer para a prática permanente da crítica e auto-crítica para a luta de opiniões ampla e organizada.

O Projeto de Estatutos não registra o dever de aplicar firmemente a orientação sobre a acertada seleção de quadros, etc. Em primeiro lugar os exemplos positivos da política de quadros de quando datam os Estatutos são raros; em compensação, são abundantes os negativos. Tal seleção obedeceu, durante longo período, a um vasto subjetivismo e obrerismo. O exagero levou ao desligamento arbitrário e desnecessário da produção de numerosos operários, para «formá-los rapidamente» de forma mecanicista. Antes de incluir tal preceito nos Estatutos novamente, é importante sistematizar as velhas e novas experiências para saber formular esta norma. Mas o clima de democracia interna, de livre circulação da crítica e de luta de opiniões já abre condições de rápido progresso na seleção de quadros.

Nos Estatutos de 54 estavam inscritos vários direitos dos membros do Partido. Mas todos os militantes sabem que no passado esses direitos foram subestimados e esprezados. Basta atentar para o fato de o referido informe ao IV Congresso dedicar 6 páginas aos deveres tratando dos direitos em apenas uma página, sem nenhuma auto-crítica de suas violações permanentes. Basta lembrar como foi realizado o processo da discussão ao IV Congresso e como no mesmo foi aplicado o «direito de ser ouvido» de acordo com uma orientação especial do sistema mandonista. Certamente, nesta altura tal coisa não é mais possível, apesar do saudosismo de alguns.

O Projeto de Estatutos introduz várias inovações. Na letra «a» do artigo 4.º estabelece o direito de cada militante participar das discussões sobre os «problemas da vida interna e externa», antes privilégio de certos camaradas. Na letra «b» do mesmo artigo estabelece o direito de eleger e ser eleito para o quer cargo do Partido. Atualmente, o militante tem direito de fato de criticar não só nas reuniões, como junto às instâncias superiores, partidárias, qualquer órgão dirigente ou membro do Partido. Atualmente tornou-se possível inscrever isto como consta da letra «c», porque é realmente praticado no Partido.

Neste artigo, pela letra «e» foi introduzido no Projeto de Estatutos um conceito de extraordinária importância para a vida do Partido. É aquele que formula o direito de «manter sua opinião e continuar a defendê-la nas discussões partidárias» dentro das normas estatutárias.

Este princípio é indispensável a um partido sério, pois a verdade é encontrada na base da luta das opiniões contrárias e somente a prática prova quem está com a verdade, para que o Partido possa adotá-la.

No passado, era esmagada a opinião divergente, nem se podia pensar em mantê-la. Sómente agora, com a nova linha política que levou o Partido à procura das leis particulares da revolução brasileira e que permitiu o surgimento das Teses políticas, foi possível dar passos neste sentido.

Este princípio não significa que os divergentes sejam desqualificados, têm o direito de levantar seus pontos de vista em toda a parte, a qualquer momento e de qualquer forma, como tem ocorrido com alguns camaradas da direção central. Este direito é regulamentado pelo artigo 9.º, que estabelece as principais condições da prática do mesmo.

Outro conceito novo que foi introduzido no Projeto de Estatutos e que corresponde à prática de nossa vida partidária é o artigo 5.º. Ele reconhece a todo membro do Partido a liberdade de sair dele, segundo as normas estabelecidas. Tal conceito corresponde à experiência de nosso Partido. Sabe-se que muitas pessoas saíram do Partido

sem dar satisfação. Mas também é certo que muitas pessoas honestas, depois de ingressarem no Partido, têm chegado à conclusão que não se coadunam com seu caráter e hábitos a militância no Partido. Desejam então sair do Partido, embora continuando seus amigos. Nos dias idos tal ocorrência era impossível. Tais elementos eram logo marcados como covardes ou desertores e evitados como inimigos.

A admissão no Partido é voluntária e regulamentada. A demissão também o deverá ser. De qualquer forma é uma inovação em nossos Estatutos e a prática vai ensinar-nos a utilidade ou não deste conceito partidário.

6. O centralismo democrático é o princípio básico de nosso Partido. Os Estatutos de 54 encerravam este princípio de forma geral mas, em certa altura o confundiam com a estrutura geral. A formulação sofre de exageros e lacunas, peca por dogmatismo. Estas falhas se casaram muito bem com a prática de sua violação e deformação durante os longos anos de vida do Partido, particularmente na fase do sistema mandonista. O Projeto busca formular melhor este princípio e inserir nele o que de novo trouxeram os debates após o XX CONGRESSO e a recente prática do nosso Partido.

Na letra «a» do artigo 9.º, o Projeto determina: «Os membros do Partido são iguais em seus direitos e deveres e decidem sobre todas as questões do Partido». São do conhecimento dos militantes do Partido as graves infrações cometidas neste terreno. Jamais passaram pela cabeça de certos camaradas dirigentes tais conceitos de «direitos iguais» e sobre todas as questões do Partido para os militantes de todos os escalões e origens. Tal princípio nem constava dos Estatutos de 54. A inserção deste princípio nos futuros Estatutos possibilita lutar por sua regulamentação e prática em todo o Partido e impedir a volta ao mandonismo, como parece desejavam os saudosistas da linha do programa.

O princípio de elegibilidade, formulado no projeto de Estatutos, na letra «b» do mesmo artigo, está melhor formulado e os direitos dos militantes votantes igualmente melhor garantidos do que na letra «a» do artigo 12 dos Estatutos de 54. Isto possibilita acabar com a prática dolosa de irremovibilidade de certos dirigentes de determinados postos pois certos camaradas consideram isto «medida sem princípio».

As linhas gerais dos Estatutos de 54, o sistema e a prática centralizadora exagerada impossibilitavam entre nós uma abertura de discussão sobre assuntos do Partido (artigo 22 com suas letras). Tal fato contribuiu para agravar contradições no Partido.

O Projeto busca regulamentar esta norma partidária importante na letra «d» do artigo 9.º, indicando que cada organização ou órgão dirigente do Partido abre e encerra, por maioria, a discussão sobre os assuntos de sua jurisdição ou sobre qualquer outro assunto partidário, dentro das normas regulamentadas neste mesmo parágrafo para evitar igualmente o abuso dos que se tornam cegos na paixão da luta interna.

O Projeto também busca solucionar no mesmo espírito a importante questão do pronunciamento de membros do Partido e da autonomia dos organismos sobre problemas políticos. Assim se elimina o que estatua o artigo 20 dos Estatutos de 54 que, expressando o conceito de uma elite de aristocratas chefiando uma massa de militantes executantes, só permitia ao CC, ao Presidium ou ao Secretariado tomar posição política em casos graves e urgentes.

Em seu lugar, inscreve a letra «g» do artigo 9.º: «Dentro da linha política e das resoluções do Partido, cada organização e cada órgão dirigente goza de plena autonomia nas respectivas circunscrições e tem, como cada membro do Partido, no campo de suas atribuições e direitos, o dever de exercer ampla iniciativa, tanto dentro do Partido como publicamente». Nossa orientação atua exige, por excelência, iniciativa política dos comunistas, autonomia e ação fática local dos organismos dirigentes do Partido, e isto é radicalmente contrário ao espírito centralizador da linha do Programa e dos Estatutos de 54, bem como à longa prática que estrangulou a autonomia dos organismos locais. Aliás, essa prática centralizadora é também a maior responsável pelo atraso no conhecimento da realidade local e, portanto, da elaboração das fáticas particulares pelos respectivos organismos. Já que de-

garem e acompanharem os acontecimentos políticos, reagindo prontamente diante deles.

Disto não se subentende que deve haver pronunciamentos a torto e a direito, por todos e sobre tudo. Trata-se sim, de ajudar os militantes do Partido a pensarem, agir e assumirem responsabilidade sobre os problemas políticos. Tampouco isso implica numa autonomia que possa conduzir à quebra do centralismo — tal como vem ocorrendo por responsabilidade de alguns camaradas dirigentes em relação à aplicação de decisões do Comitê Central e outros organismos superiores em diferentes escalões. A letra «e» desse mesmo artigo é suficientemente explícita sobre a subordinação dos organismos inferiores aos superiores, bem como a obrigação de todo o Partido de levar à prática as resoluções tomadas.

7. O Projeto introduz uma série de inovações na estrutura do Partido. Inovações essas exigidas pela realidade do país, por uma linha política de massas e pela experiência, como se assinala no artigo 10. Ele revoga também diversos conceitos errôneos, dogmáticos e subjetivistas de Partido com seta, bem como rejeita todas as teses revisionistas de Partido sem estrutura, surgidas durante os debates e que ainda se manifestam em alguns lugares. Tese, essas que poderiam levar o Partido a perder suas características revolucionárias.

O Projeto estabeleceu a estrutura segundo a divisão administrativa territorial e a nomenclatura volta a acompanhar essa orientação. Os Comitês regionais voltam a ser estaduais, o Presidium volta a ser Comissão Executiva.

Acabou-se com a enxurrada de Comitês Regionais. Aquela divisão, transplantada mecanicamente para nosso país, apenas deu prejuízo, dividindo o Partido e o movimento de massas, criando condições para uma burocracia que emanava da concepção de revolução a ser realizada por um grupo de heróis, dando origem à ilegalidade. No Estado de S. Paulo chegou-se ao absurdo de 10 C.C.R.R. subdividindo o Partido. Fero que deixam marcas profundas e que só podem ser corrigido através de intensos esforços.

O artigo 13 do Projeto eleva o papel dos suplentes dos órgãos dirigentes, atribuindo-lhes o direito de preencherem o lugar do membro efetivo em sua ausência e acabando com a denominação de candidatos.

O artigo 15 regulamentou o papel da fração do Partido nas organizações de massas, atendendo a uma exigência das militantes que al trabalho — a eleição por eles mesmos da direção da fração. De acordo com os Estatutos de 54, cabia às direções o direito de nomear as direções das frações.

Por outro lado, o Projeto combate a tendência, hoje comum e prejudicial, de os ativistas das organizações de massas se desligarem da vida orgânica do Partido. Assim é que determina, em parágrafo único do mesmo artigo, a necessidade da participação desses ativistas em organismos do Partido.

Uma das falhas dos Estatutos de 54 e da atividade do CC, e demais órgãos dirigentes consiste no não re-

conhecimento da necessidade de sistematizar normas e regulamentos, o que levava a absurdos em organização e métodos. O Projeto, no seu artigo 16, determina a elaboração de regulamentos que sistematizem as normas e procedimentos, tanto em escala nacional, como estadual e local.

8. O Projeto de Estatutos ao tratar das organizações de base, no seu artigo 19, é contrário à rigidez dos Estatutos de 54, no seu artigo 13. Defende o princípio leninista de estrutura na base do local de trabalho e território e também abre a possibilidade de criar organizações de base de setor profissional. No mesmo sentido estende, através da letra «b» do artigo 34, essa possibilidade à criação de comitês. Este conceito não permite reservar para o setorismo e também não amarra as mãos do Partido em matéria de organização, que é sempre subordinada às necessidades políticas e a casos excepcionais. A criação de comitês em setores profissionais é subordinada, ainda, à ratificação do CC.

Seguindo a linha de combate ao sistema centralizador o Projeto de Estatutos dá um destaque especial, nos artigos 21 e 23, à assembleia da O.B. para reforçar o papel da massa de militantes. Simultaneamente, no artigo 21 define melhor o papel do secretário, como órgão dirigente entre uma e outra assembleia. Entra em alguns detalhes para facilitar o funcionamento da O.B., que estava sendo muito subestimado e ainda constitui problema não solucionado.

9. No Cap. V, tratando das organizações intermediárias e seus órgãos dirigentes, o Projeto formula com maior precisão a importância das conferências e facilita sua convocação, quando assim o requerer a necessidade do Partido, expressa pelo desejo da maioria dos delegados presentes à Conferência anterior, como o indica a letra «d» do artigo 27. No parágrafo único do mesmo artigo ele regulamentou esta norma. Os Estatutos de 54, no seu artigo 34, só permitiam convocação da conferência, com este caráter, por dois terços do total dos membros do respectivo território, o que era muito difícil e inaplicável. Outra inovação do Projeto é a norma determinada pelo parágrafo único do artigo 22, que facilita a assembleia de todos os comunistas com direito a voz e voto no Distrito ou Município de pequeno efetivo que não dirige O.B. como os mesmos direitos democráticos das conferências de organismos com grandes efetivos.

Ao mesmo tempo, o Projeto eleva a responsabilidade das direções locais, como se exige em país tão extenso e de desenvolvimento desigual como o nosso e como o exige também uma justa política de massas. De acordo com o Projeto, os Comitês podem elaborar sua política local dentro da política geral, ficando com maior autoridade para aplicar a linha política com ampla iniciativa bem como os Estatutos. Os Comitês Estaduais podem, além disso, elaborar suas próprias normas para as conferências locais, dentro dos princípios estabelecidos. Quando necessário, os CCEE podem eleger Comissões Executivas. Têm também o direito de ratificar candidatos a cargos eletivos nas respectivas circunscrições, etc. Também isto facilita ao Comitê exercer sua função de direção. Por outro lado, o Comitê pode ser convocado «por proposta de um de seus membros, aprovada pela maioria», de acordo com o estabelecido no parágrafo «d» do artigo 30.

10. Também em relação aos órgãos dirigentes centrais o Projeto, em seu capítulo VI, introduz importantes modificações. Ali se destaca a importância do problema que criou numerosas contradições e se apresenta complicado nos Estatutos de 54 — o da convocação dos Congressos e do Comitê Central. Na letra «e» do artigo 33 regulamentou a possibilidade da convocação do Congresso, inclusive por uma organização subordinada ao CC, uma vez aprovada por outros Comitês Estaduais e Territoriais representando a maioria de votos no Congresso anterior; e a letra «d» do artigo 35 estabelece que o CC, poderá ser convocado «por proposta de um de seus membros, aprovada pela maioria». O Projeto introduz, pelo artigo 36, a Conferência Anual do Partido e pelo artigo 37, Conferências Inter-Estaduais e regulamentou a convocação das mesmas. São novos passos no sentido da democratização.

O Projeto também abole a Comissão de Controle, que não corresponde à nossa experiência e que serviu, em alguns casos, como instrumento de coação, na fase do mandonismo florescente.

O Projeto deixou, igualmente, de registrar a criação da Comissão de Finanças, uma vez que já facultou a todos os Comitês a criação de órgãos e cargos auxiliares acessórios (artigo 16). Aboliu também a fixação de quotas de contribuição financeira, considerando o desenvolvimento desigual do país. Esta norma deverá, certamente, ser regulamentada depois pelo CC, e pelos Comitês, na base dos princípios e normas estatutárias que estabelecerem as fontes de finanças.

CONCLUSÃO

O atual Projeto de Estatutos não é uma obra acabada e ainda pode sofrer modificações. Mas expressa um avanço no processo de ruptura com a linha esquelética, a interpretação dogmática dos princípios leninistas de organização e o subjetivismo, na pesquisa e sistematização de nossa prática, visando evitar a repetição de erros graves e a violação dos princípios.

O Projeto de Estatutos, aprovado com as novas emendas que serão certamente sugeridas, se constituirá num instrumento importante para acelerar o processo de reeducação ideológica do Partido, dentro da linha das teses políticas que o Partido completará e aprovará colocando-o em condições de dirigir a revolução antimperialista e a construção

COMUNICADO

Os responsáveis pela TRIBUNA DE DEBATE comunicam a todos os interessados que foram estabelecidas as seguintes normas sobre a publicação dos artigos e cartas:

a) A fim de possibilitar a participação do maior número de companheiros no debate, cada participante terá direito a um máximo de 10 laudas datilografadas (30 linhas por lauda) em cada edição da TRIBUNA DE DEBATE. Os artigos que excederem a este limite serão divididos e publicados em série.

b) Os artigos e cartas serão publicados por ordem de recebimento na redação de NOVOS RUMOS. Em cada edição da TRIBUNA DE DEBATE figurará uma relação dos artigos recebidos, segundo a ordem em que serão publicados.

Justiça americana sob processo

EUA: E' BARATA A VIDA HUMANA

LUIZ ERNESTO JR.

San Quentin acordou agitado na manhã de 3 de junho de 1955. Um jazz soava a todo volume da vitrola...

nador rejeitou o pedido de graça e o cumprimento da sentença foi acertado para as 10,45. Outra vez passos na cela...

— Por que me torturam? Nova espera. Sempre o jazz. As 11,30, a justiça da Califórnia acrescentava a terceira mulher à lista...

Morte a 60 Cents

Já preparada, num vestido bege e brincos baratos como adorno, Babe recebe a visita de seus advogados...

A hora marcada, foi levada para a sala verde e amarrada à cadeira. A cerimônia já se ia completando...

cando outro infeliz para servir de exemplo. Exemplo que, longe de diminuir, só faz aumentar o assustador índice de criminalidade que mantém em permanente sobressalto os habitantes do país

— Isso significa que posso viver? A ilusão durou pouco. O gover-

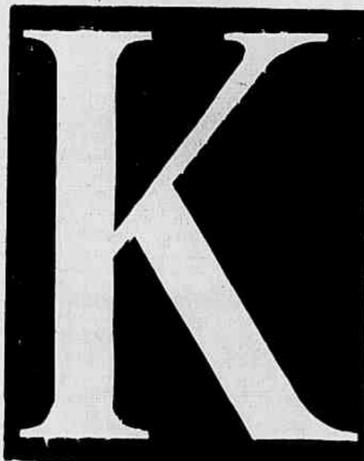
A viúva morava sózinha num pacelote em Los Angeles, acumulando as rendas de que vivia. Era um convite ao assalto, o que aconteceu na noite de 9 de março de 1953...

formatório, de onde saiu aos dezesseis anos, sem perspectiva e outro caminho que não o meretrício.

fascinada pela música de sua terra, fã ardorosa do jazz de Shelly Manne, Dave Brubeck e Jerry Mulligan. Gostava de poesia, e lia com frequência Byron e Oscar Wilde.

Carinho não faz mal a ninguém

Nem mesmo as atribuições da vida de grande estadista fizeram Kruschiov esquecer os carinhos de sua família, a quem dedica todo tempo deixado livre pelas obrigações de chefe da nação soviética.



Conta Sua Vida

De PIERRE COURTADE, exclusivo para NR

Última reportagem de uma série

Vida Marcada

kins e Jack Santo eram presos em seu apartamento, suspeitos do crime. Por azar, lá se encontrava Barbara, que participava de mais uma «noitada alegre».

fundos, o que a faz conhecer o cárcere. Ao sair, em liberdade condicional, mais difícil ficou a vida. Ainda tentou a recuperação, cursando uma escola industrial.

Foi inútil. O meio em que era obrigada a viver criava-lhe amarguras do tipo Perkins e Santo, preparando-lhe armadilhas como a que selou seu destino.

O propagandista

Nikita Kruschiov contou aos americanos como fez, naquela época, uma das suas primeiras experiências de propagandista. Os operários de Yuzovka haviam organizado uma coleta em favor das vítimas do massacre de Lena.

poder resistir aos capitalistas do mundo inteiro. As mais ricas potências do mundo sustentavam, nessa luta, os guardas brancos russos; consagravam a essa obra centenas de milhões de rublos...

mir um dos cargos de direção do Partido na capital da Ucrânia. Especializando-se em questões econômicas, é chamado a Moscou, em 1929, onde faz o curso da Academia Industrial.

Como se Forja um "Criminoso"

Os depoimentos dos assassinos eram os únicos elementos de que os juizes dispunham para condená-la. Não havia provas e Barbara continuava jurando inocência.

se mesmo praticado o crime. Argumentou dessa forma pretextando garantir um alibi para depois não ser processado por falso testemunho.

via cometido mais um assassinato legal, que pouco depois provou-se ter sido grave erro, até hoje os responsáveis não compreenderam que para acabar com a criminalidade não adianta matar o criminoso.

No que se refere aos proprietários das minas, os seus nomes não eram somente russos, mas franceses, belgas, ingleses, alemães...

Após a guerra civil começa a que Lenin chamou «a guerra onde não se derrama sangue»: «Devemos vencer na frente onde o sangue não corre, vencer a fome e o frio, o tifo e a ruína, as trevas e a desunião».

Quando os exércitos de Hitler invadem a Rússia, em junho de 1941, o tenente-general Kruschiov é enviado à frente da batalha, onde permanecerá até 1945.



A tragédia se prolonga

A execução de Barbara Graham foi uma tragédia que a projetou além de sua morte. Casada em terceiras núpcias com Henry Graham, toxicômano que nem ao menos pôde depor em defesa da esposa...

O homem que o presidente Eisenhower recebeu como o representante de uma potência que hoje rivaliza com os Estados Unidos, era, há quarenta anos, o soldado anônimo de um exército «cruado e esfomeado».

O DIA do Trabalhador foi comemorado este ano na União Soviética já sob os primeiros efeitos do Plano Setenal de desenvolvimento econômico e social e diante das novas perspectivas de emulação econômica pacífica com os Estados Unidos. Na primeira República dos Trabalhadores, criada pela Grande Revolução de Outubro, se comemorava este ano a jornada de trabalho de seis a sete horas e a suspensão do tipo de atividade. Os trabalhadores que se dedicam às tarefas mais pesadas já trabalham apenas seis horas por dia e se preparam para trabalhar cinco. Ao mesmo tempo, são suprimidos os impostos sobre os salários dos operários e empregados, sem qualquer diminuição no salário real. Com essas medidas, o salário real dos trabalhadores soviéticos será elevado cada vez mais, aproximando-se de sua capacidade, a cada um segundo suas necessidades.

Foi com esse espírito entusiástico de triunfo das vitórias econômicas de seu país e da elevação de seu bem-estar que os trabalhadores soviéticos participaram das manifestações do 1º de Maio. No desfile tradicional da Praça Vermelha, durante várias horas, milhares e milhares de trabalhadores desfilaram diante do paísaque em que se encontravam os dirigentes do Partido Comunista e do Governo soviético e das personalidades visitantes. Homens e mulheres, velhos e moços, operários e intelectuais demonstravam sua confiança no futuro e sua dedicação à causa da classe operária de todos os países

e da coexistência pacífica entre todos os povos e Estados do mundo.

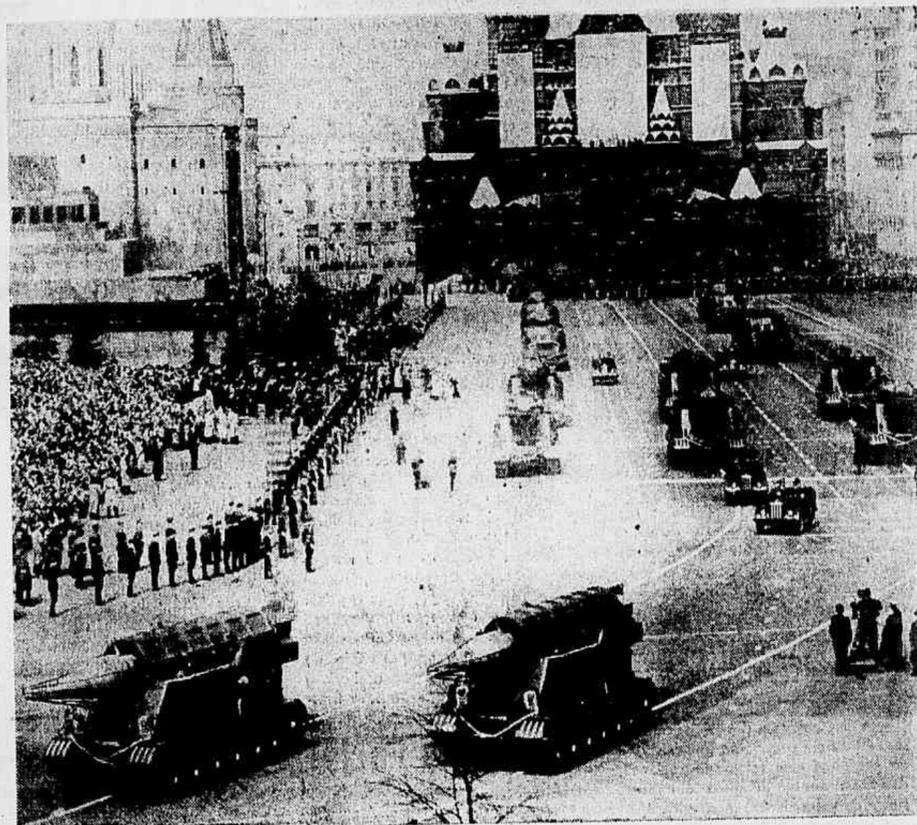
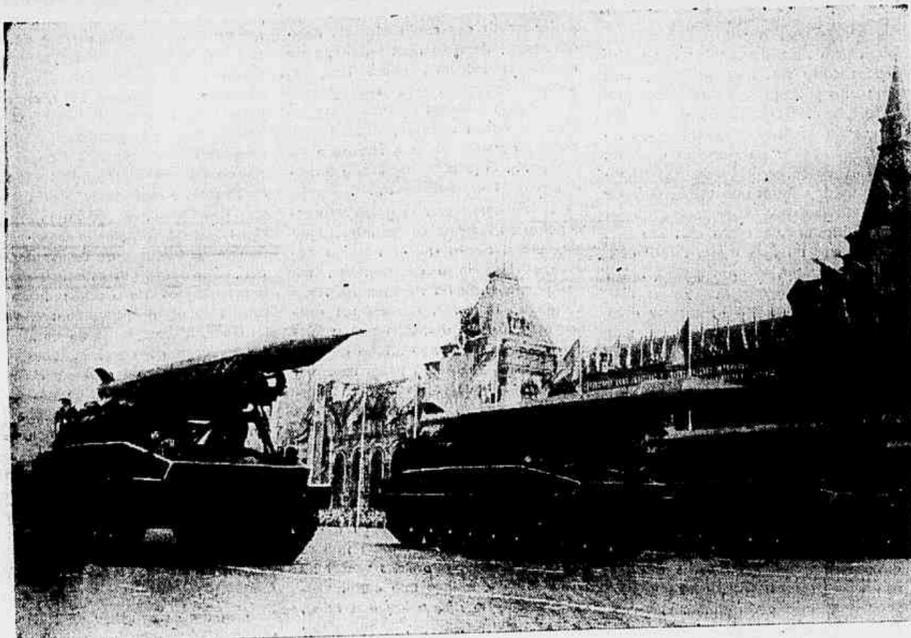
De acordo com a política de paz da União Soviética, o desfile militar foi reduzido a menos de meia hora. Como os dirigentes mais responsáveis da URSS já afirmaram repetidas vezes, a União Soviética está disposta a jogar todas as suas bombas e foguetes no mar, liquidar seus estados-maiores e desmobilizar seus soldados a qualquer momento, desde que se chegue a um acordo sobre o desarmamento universal e completo. Até que esse acordo seja firmado, entretanto, os militares soviéticos desempenharão sua missão de proteger as fronteiras de seu país e do campo socialista e de garantir o mundo contra qualquer ameaça de guerra imperialista, geral ou parcial, atômica ou «convencional».

Preparado para enfrentar qualquer agressão, o exército soviético se moderniza cada vez mais e dá importância crescente aos foguetes. Armas excepcionalmente velozes, podendo carregar todos os tipos de explosivos e atingir todos os alvos possíveis, os vários tipos de foguetes podem ser empregados para destruir foguetes ou aviões inimigos independentemente de sua altura ou velocidade, ou eliminar bases e objetivos militares em terra ou no mar com uma precisão absoluta. Nas fotos, aspectos do desfile do 1º de Maio, na Praça Vermelha, destacando-se alguns tipos das modernas armas soviéticas, ginastas e trabalhadores empunhando ramos de flores.



1º DE MAIO EM MOSCOU

Êstes Foguetes Acertam o Alvo



NOVOS RUMOS

